



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

**VIVER EM CONTEXTOS VIOLENTOS:
SIGNIFICAÇÕES DE JOVENS MORADORES DO COMPLEXO DA
MARÉ/RJ**

Daniel Gonçalves Alves

**Rio de Janeiro
Março de 2018**



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

**VIVER EM CONTEXTOS VIOLENTOS:
SIGNIFICAÇÕES DE JOVENS MORADORES DO COMPLEXO DA
MARÉ/RJ**

Daniel Gonçalves Alves

**Rio de Janeiro
Março de 2018**



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

**VIVER EM CONTEXTOS VIOLENTOS:
SIGNIFICAÇÕES DE JOVENS MORADORES DO COMPLEXO DA
MARÉ/RJ**

Daniel Gonçalves Alves

Dissertação apresentada à Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edinilsa Ramos de Souza

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Joviana Quintes Avanci

**Rio de Janeiro
Março de 2018**



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

CIP - Catalogação na Publicação

Alves, Daniel Gonçalves.

Viver em contextos violentos: Significações de jovens moradores do complexo da maré/rj / Daniel Gonçalves Alves. - Rio de Janeiro, 2018.
180 f.; il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Rio de Janeiro - RJ, 2018.

Orientadora: Edinilsa Ramos de Souza.
Co-orientadora: Joviana Quintes Avanci.

Bibliografia: f. 147-169

1. Juventude. 2. Adolescência. 3. Violência. 4. Vivência. 5. Experiência subjetiva. I. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Biblioteca da Saúde da Mulher e Criança/ICICT/IFF com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).}

**Rio de Janeiro
Março de 2018**



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

A todos(as) os(as) jovens
que vivem nessa era de sobrecarga e
violências, tendo continuamente que se
reinventarem enquanto sujeitos.

**Rio de Janeiro
Março de 2018**



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo amor infinito, pela graça recebida, por cobrir todas as minhas fraquezas e por sua fidelidade ser maior do que todos os obstáculos da minha vida.

“Porque Dele, por Ele e para Ele, são todas as coisas”...

Aos meus pais, David e Rozeli e meus irmãos Danilo e Jean, meu conforto (estamos sempre juntos!).

Minha cunhada Laura e demais amigos, vocês me fazem forte e firme a cada dia!
A Grazielle, minha esposa e ajudadora, aquela que escolhi pra viver ao meu lado. Pra sempre minha companheira! Obrigado por caminhar comigo sempre mais uma milha.
A Ester, minha estrelinha, pra sempre minha felicidade, razão do meu sorriso e de um novo motivo pra viver.

A minha amiga e irmã Mayara pela amizade verdadeira e companheirismo incansável, mesmo estando distante.

A Karine, minha irmãzinha emprestada, por sempre estar disposta a me auxiliar nas traduções dos meus artigos e trabalhos. Você é demais!

À Edinilsa, minha orientadora, que virou meu mundo de ponta a cabeça. Me mostrou que sou capaz de ir muito mais além do que poderia imaginar.

À Joviana, pelas orientações, conselhos e parceria na leitura e ponderações dos textos.

Ao professor Marcos pela paciência, preocupação e ajudas incansáveis. Pelo reconhecimento, pela força e por muito contribuir para o meu crescimento.

Ao professor Alexandre pela disponibilidade e ricas contribuições.

Aos meus amigos que adquiri no decurso do mestrado. Obrigado, pois através de vocês pude sentir uma amizade que alcança a fraternidade.

Ao corpo docente e funcionários do IFF que me ajudaram neste percurso a adquirir novas aptidões.

À CAPES, pelo apoio institucional oferecido.

**Rio de Janeiro
Março de 2018**



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

LISTA DE SIGLAS

ASMR.....	Autonomous Sensory Meridian Response
CEP.....	Comitê de Ética em Pesquisa
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS.....	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA.....	Estatuto da Criança e do Adolescente
FIOCRUZ.....	Fundação Oswaldo Cruz
IFF.....	Instituto Nacional de Saúde da Criança, do Adolescente e da Mulher – Fernandes Figueira
IPP.....	Instituto Pereira Passos
IVR.....	Instituto Vida Real
IPUB.....	Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil
MMA.....	Mixed Martial Arts
OPS.....	Organização Panamericana Da Saúde
PNJ.....	Política Nacional de Juventude
OMS.....	Organização Mundial de Saúde
ONU.....	Organização das Nações Unidas
ONG.....	Organização Não Governamental
TCLE.....	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TALE.....	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
UFC.....	Ultimate Fighting Championship
UFRJ.....	Universidade Federal do Rio de Janeiro



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1..... 81



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

RESUMO

O fenômeno da violência envolvendo jovens, enquanto um problema social, constitui-se uma temática digna de atenção. Deste modo, a forma como isso é significado na subjetividade destes jovens há de ser considerado, sobretudo devido as experiências que atravessam o cotidiano de cada um em distintas esferas e conjunturas sociais. O fato de um jovem estar inserido em um espaço social, familiar e/ou comunitário repleto de expressões de violência poderá acarretar significados e sentidos que ultrapassarão o período em que o jovem sofreu ou testemunhou a violência, com consequências que muitas vezes só surgirão na vida adulta. Assim, neste estudo pretende-se analisar as experiências e significados dados por jovens às violências vividas em seus distintos ambientes de convívio. Este é um estudo de natureza qualitativa. Os participantes foram jovens de comunidades do Complexo da Maré, sobretudo, aqueles matriculados e residentes no entorno de uma organização não governamental (ONG) sem fins lucrativos, o Instituto Vida Real (IVR). A amostra foi de conveniência e a seleção dos participantes foi por meio da técnica bola de neve. Para a coleta dos dados foi utilizada a entrevista narrativa e observações como método de investigação. Buscou-se focalizar nas histórias de vida narradas pelos(as) jovens, valorizando suas memórias e experiências frente/com a violência. Para o tratamento e interpretação das informações coletadas foi empregado o método de interpretação dos sentidos. Como resultado, detectou-se cinco categorias principais e algumas intermediárias, onde se discutiu e refletiu a partir de cada uma delas: “Significados da violência”, “Violências experienciadas em distintos ambientes”, “Ser jovem”, “Estratégias para lidar com vivências de violência” e “Expectativas para o futuro”. Pôde-se concluir que a dificuldade e o sofrimento de jovens que vivem em contextos violentos impactam sua reflexão sobre si mesmo e sobre seu futuro. O que alguns jovens tentaram descrever ao falarem de suas angústias foi uma espécie de estreitamento de sua própria existência, o que trouxe implicações na sua capacidade de viver, gerando uma espécie de *patologia da insuficiência*, permeadas por uma condição de incertezas, condição esta que demarca o sujeito da contemporaneidade. Por fim, o debate atual sobre as concepções da juventude reivindicam a necessidade e a urgência de ações sociais para esse grupo.

Palavras-chave: Juventude, Adolescência, Violência, Vivência, Experiência subjetiva.



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

ABSTRACT

The phenomenon of violence involving young people, as a social question, it creates a worthy care theme. Thereby, the way this is meant on youth's minds need to be debated, mostly because they have distinct scopes and social conjectures that makes their experiences goes through different in each everyday life. The fact that young person it's set in a social space, home and/or communitarian, full of violence expressions may create meanings and significations that will cross the period that this young one suffered or witnessed violence, with consequences that many times only will appear on his adult life. Therefore, this study intended to analyze experiences and meanings given to young people upon lived violence in their distinct everyday environment. This is a qualitative nature study. The participants were young people of needy communities from Complexo da Maré, withal, those enrolled and residents around of anon-governmental organization (NGOs) without profitable resources, the Real Life Institute (IVR). The sample was the convenience and participants selection by the Bola de Neve technique. For data collection was used the narrative interview and observation as investigation method. Searched to focus on life stories told by the youth and appreciating their memories and experiences against or with violence. For the treatment and interpretation of information collected was used the sense interpretation method. As result, was detected five main categories and some intermediary, where discussed and reflected from each of them: "Meanings of violence", "Violence experienced in different environments", "Being young", "Strategies to deal with lived violence" and "Expectations of future". It can conclude that young's difficulty and suffering that live in violent context impact their own reflection about themselves and their future. What some young ones tried to describe talking about their torment it was a sort of narrowing of their own existence that brought many problems in their capacity to live, which created a type of insufficient pathology, full of uncertainties conditions that marks present-day subject. To finish, the current debate is about youth conceptions that claim the need and urgency to social actions for this group.

Key words: Youth, Adolescence, Violence, Living, Subjective Experience.

**Rio de Janeiro
Março de 2018**



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

Importante não é ver o que ninguém nunca viu, mas sim, pensar o que ninguém nunca pensou sobre algo que todo mundo vê.

Arthur Schopenhauer

**Rio de Janeiro
Março de 2018**



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. OBJETIVOS	19
1.1 Objetivo Geral.....	19
1.2 Objetivos Específicos	19
2. JUSTIFICATIVA	19
3. MARCO TEÓRICO	27
3.1 Concepções sobre juventude e adolescência.....	27
3.2 Violência: fenômeno sociocultural e que afeta o jovem.....	32
3.3 Memória, identidade e violência	41
3.4 Marcadores sociais da diferença e violência.....	45
3.5 Contextos violentos, projetos de vida e campo de (im)possibilidades.....	48
4. METODOLOGIA	55
4.1 Tipo de estudo	55
4.2 Campo de estudo: O Complexo da Maré.....	56
4.2.1 Local do estudo: Instituto Vida Real	61
4.2.2 Os participantes do estudo	63
4.3 Coleta dos dados	67
4.3.1 Entrevista	67
4.3.2 A observação e as facilidades/dificuldades encontradas no campo	71
4.4. Análise dos dados.....	78
5. ASPECTOS ÉTICOS	82



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	84
6.1 Significados da violência.....	84
6.1.1 Ato que causa dano ao sujeito	85
6.1.2 Violação e satisfação de desejo	87
6.1.3 Abuso de poder.....	88
6.1.4 Desrespeito	90
6.1.5 Coisificação do humano.....	91
6.2 Violências experienciadas em distintos ambientes	94
6.2.1 Violências no contexto familiar	96
6.2.2 Violência no contexto escolar	99
6.2.3 Violência no contexto comunitário.....	103
6.3 Ser jovem	108
6.3.1 Favelatizar uma forma de ser jovem.....	108
6.3.2 Não dar mole e aproveitar as oportunidades	111
6.3.3 Fase confusa e cheia de responsabilidades	112
6.3.4 Fase de descobertas e de fácil influência	113
6.3.5 Etapa mais desejada da vida.....	115
6.3.6 Fase de iniciação para um viver de verdade.....	116
6.3.7 Vazio existencial – Um vazio na barriga que não é fome.....	119



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

6.4 Estratégias para lidar com vivências de violência.....	120
6.4.1 Esporte.....	121
6.4.2 Religião.....	124
6.4.3 ASMR: Uma forma de compensação afetiva	126
6.5 Expectativa em relação ao futuro	131
6.5.1 O sentido e o vazio da vida.....	131
6.5.2 Cada dia pior.....	135
6.5.3 Ser resiliente	136
6.5.4 Ter uma profissão.....	138
6.5.5 Ser realizada e bem sucedida	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
REFERÊNCIAS.....	147
ANEXO I CARTA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	170
ANEXO II AUTORIZAÇÃO INSTITUIÇÃO	172
ANEXO III ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	173
ANEXO IV TCLE.....	174
ANEXO V TALE.....	177
ANEXO VI APROVAÇÃO CEP/IFF/FIOCRUZ	180

INTRODUÇÃO

O fenômeno da violência envolvendo jovens, enquanto um problema social, constitui-se uma temática digna de atenção. Atualmente um número significativo de jovens que residem em periferias urbanas vive em contextos violentos. Deste modo, a forma como isso é significado na subjetividade destes jovens, há de ser considerado, sobretudo devido aos atravessamentos que experienciam em distintas esferas e conjunturas sociais. Guattari e Rolnik¹ (1996) afirmam que a subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais, sendo essencialmente social, e é assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. Não é passível de totalização no indivíduo, mas é substancialmente fabricada e modelada no registro social.

Minayo² (2012) considera que num contexto de análise qualitativa é preciso levar em conta a singularidade do indivíduo, abrangendo sua subjetividade que é uma manifestação do viver total, visto que suas experiências e vivências ocorrem no âmbito da história coletiva e são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que está inserido.

O ser humano se faz no curso de sua história e constrói sua subjetividade através de suas relações. A subjetividade aqui refere-se às diversas formas pelas quais o sujeito experiencia o mundo, tais como a maneira de ouvir, ver e sentir, e nos seus diversos relacionamentos. Diz respeito aos modos como vivemos e experimentamos a vida (GUATTARI *apud* ALVES³ et al., 2014). Assim, vivências na juventude podem deixar registros significativos na vida do sujeito, sobretudo se forem atravessadas por alguma forma de violência.

Botelho⁴ (2008) diz que, no período da adolescência, qualquer jovem vive dificuldades próprias da idade, em qualquer cultura e classe social, e em todo o mundo globalizado. Porém, os jovens das classes sociais de baixa renda enfrentam outras

limitações que se somam aos obstáculos já existentes. Seus comportamentos podem causar um grande “estranhamento” à sociedade, em função das maneiras que encontram para viver e sobreviver num ambiente que muitas vezes lhes parece hostil. Gomes⁵ et al. (2010) ressaltam que viver em comunidades expropriadas e com moradias inadequadas, ter restrições severas de consumo de bens e serviços, sofrer estigmas e preconceitos, não ter acesso a ensino de qualidade, ter relações familiares e interpessoais fragilizadas e sofrer violência em todas as esferas de convivência são situações que se sobrepõem em contextos adversos.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) evidenciou que em contextos sociais desfavoráveis, como em áreas de pobreza ou deterioração física, ou onde há pouco apoio institucional, há um aumento dos riscos à saúde, bem como ocorrências de violências em suas distintas expressões (KRUG⁶ et al., 2002). Isso pode gerar repercussões e impactos na produção de subjetividades e transformar o cotidiano desses indivíduos (ALVES³ et al., 2014), o que torna a violência um importante objeto a ser estudado.

De forma ampla, embora a violência tenha permeado toda a história da humanidade, enquanto objeto de estudo, é relativamente recente. No Brasil, por exemplo, deu-se em 1895 o primeiro caso de violência denunciado à polícia, que foi contra uma criança. Entre 1906 e 1912 surgiram os primeiros projetos de lei sobre os direitos da criança nos casos de violência, com intervenção do Estado. Somente em 1973 um caso foi estudado pela primeira vez nos Estados Unidos (PRADO⁷, 2004). No Brasil, apenas a partir de 1980, os primeiros estudos sobre o tema iniciaram, sobretudo, no campo programático da saúde (MINAYO⁸, 2006c).

Na atualidade, a violência tem sido tema central para entender e discutir parte essencial da identidade de certas localidades. Alguns autores destacam que, apesar de

ser reconhecida como “cidade maravilhosa”, o Rio de Janeiro apresenta altos índices de violência imbricada a sua realidade, o que afeta a vida dos cidadãos, marcando-os com sentimentos de insegurança, medo e vulnerabilidade, afetando significativamente a formação da juventude (ZALUAR⁹, 1995; ALVARENGA FILHO¹⁰, 2010; CANO¹¹, 2009; ALVES³ *et al.*, 2014).

A violência é uma realidade que circunda todos os sujeitos, mas os jovens, em especial, são diariamente alvos de tais incidentes, quando não são, eles próprios, seus protagonistas (CANO¹¹, 2009; KAMINER¹², *et al.*, 2013; HINSBERGER¹³, *et al.*, 2016). Via de regra, pode-se dizer que todos os envolvidos em processos violentos são, em alguma medida, vítimas. O próprio agressor pode ser considerado vítima, uma vez que, de um lado, experimenta uma degradação moral e psicossocial e, de outro, vê aumentada consideravelmente a chance de vir a ser agredido num futuro próximo (CANO¹¹, 2009).

O fato de um jovem estar inserido em um espaço social, familiar e/ou comunitário atravessado por alguma expressão de violência poderá acarretar significados e sentidos que ultrapassarão o período em que o jovem sofreu ou testemunhou a violência, com consequências que muitas vezes marcarão sua trajetória de vida até a fase adulta. Deste modo, percebe-se que o impacto deste fenômeno está para além dos problemas físicos, emocionais e comportamentais, afetando também a forma como o jovem vê o mundo e se vê, isto é, suas ideias sobre o sentido da vida, suas expectativas em relação a si, ao futuro e ao seu desenvolvimento moral (PINTO e ASSIS¹⁴, 2013). Ademais, desde a gestação, a violência pode afetar o desenvolvimento de uma criança (HARRIS e SECKL¹⁵, 2011; GLOVER¹⁶, 2011).

Pensando nisso, esta pesquisa teve como **objeto** de estudo as experiências de violências vivenciadas por jovens no ambiente da família, na escola ou na comunidade.

Cabe dizer que este trabalho de pesquisa não pretendeu fazer um estudo sobre as conceituações, tipologias, históricos e origens das violências vividas nestes distintos ambientes, mas sim focar na experiência dessas situações. Por outro lado, as experiências de violência de interesse ao estudo partiram de situações e/ou ocorrências em que os jovens foram afetados, ora vivenciando como *vítimas* ora como *autores*, bem como quando presenciavam estes eventos como *testemunhas*, isto é, aqueles acontecimentos que não foram vividos e experienciados pessoal e diretamente pelo sujeito, mas por outro indivíduo ou pelo grupo ao qual a pessoa se sente pertencer. É importante destacar que, para os jovens, tanto o testemunho quanto a real vitimização de situações violentas podem impactar suas emoções e afetos, seus comportamentos e percepções sobre o mundo em que vivem, abalando alicerces básicos para o desenvolvimento mais saudável, com prováveis repercussões até na vida adulta (ASSIS¹⁷, et. al., 2009).

A vivência de graves situações violentas em casa, na escola e na comunidade pode gerar um sentimento de desesperança e insegurança muito grande, impactando a vida e a saúde das pessoas. No entanto, o conhecimento das consequências da violência na saúde de crianças e jovens ainda precisa ser aprofundado, mas pode estar relacionado ao absenteísmo e abandono da escola, ao baixo rendimento na aprendizagem, à ideação suicida e a comportamentos violentos (ASSIS¹⁷, et al., 2009).

Reichenheim, Hasselmann e Moraes¹⁸ (1999) ressaltam que as consequências da violência que diretamente atingem a saúde de crianças ou jovens podem ser imediatas, a médio e longo prazos. As imediatas são mais facilmente identificadas, já que tendem a deixar marcas visíveis, dentre elas destacam-se os agravos físicos, que podem ser os mais variados, desde simples escoriações geradas por traumas leves, até a própria morte da criança ou do adolescente. Fatores como negligência, forma de violência de difícil

identificação, tem consequências emocionais de médio e longo prazos. Repercussões psicoemocionais, como ansiedade, depressão, dificuldade de relacionamento e comportamento manifestado por agressividade, timidez, isolamento social progressivo, transtorno do sono e de alimentação, ou ainda problemas na baixa performance social e intelectual caracterizam-se por outros agravos que podem acometer os jovens que vivenciam situações de violência.

Torna-se necessário investigar os distintos contextos sociais, visto que a violência sempre acaba emergindo, imbricada em sua polissemia, isto é, nas suas diferentes formas e expressões. Pinto e Assis¹⁴ (2013) apontam que a exposição de crianças e adolescentes a determinada forma de violência não ocorre, frequentemente, de forma pura ou singular, tendendo a vir acompanhada de outras expressões. Além disso, corroboram que no dia a dia das crianças e adolescentes, as distintas formas de violência não ocorrem de forma isolada, mas podem ser simultâneas ou ao longo do desenvolvimento (ASSIS¹⁷ et al., 2009). As autoras afirmam ainda que a população infanto-juvenil é muito vulnerável às situações de violência que ocorrem na família, na escola e na comunidade em que vivem. Martins¹⁹ (2005) alerta para a necessidade de abarcar contextos familiares, sociais, institucionais no estudo da violência que afeta o jovem, caso contrário, há uma possibilidade de simplificação do fenômeno.

Adicionalmente, também há que se considerar na análise da violência os marcadores sociais de diferenças (como gênero, raça/etnia, orientação sexual, classe social, idade, escolaridade, religião, etc.) e buscar obter os diversos pontos de vista do fenômeno, pois dessa perspectiva é possível ter um olhar ampliado sobre as experiências de violência.

Sendo assim, é essencial compreender como o fenômeno da violência é vivido e significado por cada jovem, podendo assim ser *problematizado*¹, para que eles próprios reflitam sobre suas (im)possibilidades até que possam encontrar estratégias que propiciem a construção de projetos de vida possíveis, de acordo com a realidade social a qual estão inseridos. Velho²¹ (2006) destaca que existe um campo de possibilidades pelo qual os jovens se movem e no qual elaboram seus projetos e desenvolvem suas trajetórias sociais. Os projetos de vida são aqui entendidos como formas e perspectivas de vida possíveis, sobretudo a partir de estratégias desenvolvidas para lidar com questões adversas, como são as experiências de violência. São, assim, uma forma de sobreviver e não sucumbir.

Neste estudo pretendeu-se analisar as significações dadas por jovens às violências vividas em seus distintos ambientes de convívio, seja na família, na escola ou na comunidade. Buscou-se compreender como os significados e sentidos produzidos por eles repercutiam na construção de suas vidas, como um todo; considerando que esse processo é permeado por questões ligadas à pobreza, à violência e ao trabalho, subjetivadas de diferentes modos e em distintos momentos e contextos (GUARESCHI²², et al., 2003).

¹Problematizar no sentido salientado por Deleuze²⁰ (1987) é colocar questões às perguntas em lugar de respostas, é tornar a reflexão uma prática de pensamento (levantar questões, interrogações e desafios) e exercer a análise das práticas como dispositivo de transformação pessoal. É implicar-se ativamente no mundo, acolhendo a alteridade, o estranhamento e as incertezas, tomando o mundo e a si mesmo como uma obra de arte, isto é, uma invenção permanente. Inventar problemas é sobretudo, refletir sobre determinadas situações, questionando fatos, fenômenos e ideias, compreendendo os processos e propondo soluções.

1. OBJETIVOS

1.1 Objetivo geral

Analisar as experiências e significados dados por jovens às violências vividas em seus distintos ambientes de convívio.

1.2 Objetivos específicos

- ✓ Conhecer as principais violências vivenciadas por jovens no âmbito familiar, escolar e comunitário;
- ✓ Analisar como os jovens significam as violências vividas em seu cotidiano;
- ✓ Conhecer quais estratégias desenvolvem para lidar com as experiências de violência.

2. JUSTIFICATIVA

O interesse em aprofundar o estudo do fenômeno da violência e suas implicações na vida dos sujeitos, sobretudo dos jovens, vem desde a participação em um programa de pesquisa no IPUB/UFRJ, na graduação. O principal objetivo daquele trabalho era intervir sob a ótica da saúde mental, com foco na rede dos serviços de acolhimento do município do Rio de Janeiro, onde são aplicadas medidas protetivas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA (BRASIL²³, 1990). Nessa experiência foram desenvolvidos estudos teóricos e práticos que investigaram o processo subjetivo de jovens em situação de violências, vulnerabilidade nos laços sócio-

familiares, fuga de casa, escola, uso de drogas e gravidez, com proposta de intervenções multidisciplinares nos serviços de acolhimento.

Posteriormente, foi desenvolvido um trabalho como psicólogo no Complexo da Maré, em uma organização não governamental sem fins lucrativos: o Instituto Vida Real (IVR). Nesse período foram escutados muitos relatos de situações de violências, tanto da parte dos jovens quanto de seus responsáveis, e presenciados casos visíveis e graves, mas também sutis e silenciosos. Essas experiências incutiram uma motivação e uma curiosidade para tentar compreender “como era ser jovem naquele contexto violento”, sobretudo, em suas próprias casas, escolas e comunidade, visto que grande parte das queixas advinham desses ambientes. Muitas questões eram entrelaçadas na construção e na produção de subjetividades desses adolescentes.

Isso confere o grau de importância de se investigar essa problemática, especialmente, pela ótica dos próprios jovens, que são os maiores alvos e envolvidos neste fenômeno, pois, residem e convivem nesses contextos de onde emergem altos índices de violência.

Partindo do pressuposto de que toda vivência que passamos (em todas as esferas da vida) traz marcas em nossa subjetividade, nesta experiência profissional não foi diferente. Entretanto, isso não deve ser considerado como um fator prejudicial na construção desta pesquisa, mas sim como um importante ponto de partida, o “arranque” de um veículo que sai de sua inércia. Como aponta Weber²⁴ (2003), não existe qualquer análise científica puramente “objetiva” da vida cultural ou dos fenômenos sociais. Os valores apresentam significativa influência no processo de escolha do objeto de pesquisa, porém o método rigorosamente empregado permite ao pesquisador interpretar de forma fiel o sentido dado a tal ação social. Em outras palavras, toda pesquisa parte de um impulso subjetivo, inerente aos valores de quem pesquisa. Contudo, isso não

significa que a objetividade da pesquisa científica será corrompida. Mas que, assim como aponta Wright Mills²⁵ (1982), é necessário um exercício de trabalho intelectual. O trabalhador intelectual forma-se a si próprio à medida que trabalha para o aperfeiçoamento de seu ofício. Usar sua experiência de vida em seu trabalho intelectual é examiná-la e interpretá-la continuamente. O artesanato é o centro de você mesmo, de forma que está pessoalmente envolvido em cada produto intelectual em que possa trabalhar. E, nesse processo, tem de moldar a si mesmo como um artesão intelectual. Em outras palavras, é preciso estar num constante exercício de “transformar o familiar em exótico” (DA MATTA²⁶, 1978; VELHO²⁷, 1978), isto é, ter um domínio sobre suas ilusões, estranhar e problematizar tudo que pareça óbvio e comum.

Isto posto, pensando sobre a temática da presente pesquisa, é sabido que as violências em suas distintas expressões pode infundir transformações na dinâmica social (atitudes e comportamentos) e na experiência subjetiva dos jovens (implicações nas percepções, vivências, memórias, representações, opiniões, juízos de valor ou crenças, ou seja, nos modos como vivem e experimentam a vida). Os impactos da violência em toda dimensão do sujeito, sobretudo, dos jovens, apesar de já vir sendo estudado e seus resultados documentados em livros e revistas científicas, ainda é um campo de estudos complexo (DOMENACH²⁸, 1981; MINAYO²⁹, 1994; MINAYO e SOUZA³⁰, 1997; CASTRO e ABRAMOVAY³¹, 2002; ASSIS e CONSTANTINO³², 2003; NJAINE, ASSIS, CONSTANTINO³³, 2009; ASSIS¹⁷, et al., 2009; BOCAYUVA e NUNES³⁴, 2009). Assim, esse tema torna-se de grande importância, visto que suas facetas afetam e impactam a constituição do sujeito, o que pode comprometer o desempenho emocional, social, familiar e ocupacional de todos os adolescentes e jovens que vivem em contextos de violência.

Esta pesquisa pode dar subsídios à formulação de programas de prevenção e enfrentamento da violência, voltados ao público infanto-juvenil, buscando a promoção do bem-estar e a amenização de situações de risco.

Observa-se uma vasta literatura a respeito do tema – jovens/juventude/adolescente e violência, analisado por inúmeras concepções teórico-metodológicas. Mas, ao focalizar as experiências dos jovens que vivem em contexto de violência, este estudo dá visibilidade à dimensão subjetiva da experiência juvenil que vive sob situações de violência e outros riscos psicossociais.

Estudos têm apontado que prevenções e intervenções eficazes no âmbito das violências envolvendo adolescentes e jovens precisam enfatizar o aspecto da experiência de vida (BARRETT e KALLIVAYALIL³⁵, 2015). Assim, uma das justificativas do presente estudo está no fato de que a compreensão das situações de violências é fundamental para o conhecimento do fenômeno, independente do ator social envolvido (jovens, crianças, pais, profissionais de saúde, educadores, etc.), pois colabora para a detecção dos casos, as intervenções e a prevenção. O entendimento do conceito ou a percepção que se tem da violência é fundamental para mediar e intervir em determinadas situações e grupos específicos. Ou seja, a partir do momento em que se denomina e significa o termo, é possível dar visibilidade a tal fenômeno em qualquer circunstância que ele possa vir a emergir.

De fato, isto é corroborado por Melo, Barros e Almeida³⁶ (2011), ao acentuarem que investigar a representação, os significados e os sentidos da violência, a partir da fala dos adolescentes de camadas sociais desfavorecidas, pode ampliar o entendimento deste fenômeno e favorecer a elaboração de estratégias de enfrentamento voltadas para essa parcela da população. Aliás, no ato da fala, a reflexão sobre o tema possibilita um

exercício de problematização do jovem na sua atuação, de suas atitudes e comportamentos frente ao fenômeno da violência.

Na década de 1990, Abramo³⁷ (1997) já apontava que a maior parte da reflexão e estudos envolvendo jovens era ainda destinada a discutir os sistemas e instituições presentes em suas vidas (notadamente as instituições escolares, a família, ou ainda os sistemas jurídicos e penais, no caso de adolescentes em situação de risco). “*Poucas delas enfocavam o modo como os próprios jovens viviam e elaboravam essas situações.*” (p.25). Essa autora cita que somente mais tarde é que esse campo foi ganhando certo volume de estudos sobre os próprios jovens e suas experiências, suas percepções, formas de sociabilidade e de atuação.

Contudo, a necessidade de estudos desse cunho ainda perdura e há necessidade de pesquisas cujo enfoque teórico-metodológico busque apreender o jovem em suas dimensões de sentidos e significados. Novaes³⁸ (2006) salienta que, pela gravidade dos problemas que atingem a juventude, em especial na área do desemprego e da violência, outras pesquisas e reflexões devem desvendar os pontos de vista e experiências dos jovens, tal como seus campos de possibilidades e trajetórias individuais. Essas são necessidades urgentes! Velho²¹ (2006) ratifica que as juventudes, com sua heterogeneidade e dinamismo, com novos tipos de projetos e trajetórias, devem ser acompanhadas com cuidado e atenção.

Assim, negar a importância das questões da violência e sua relação com as experiências dos jovens é desvalorizar o agravamento de situações que podem comprometer o próprio jovem enquanto sujeito.

Em virtude da produção científica ter por alvo a apropriação da realidade para melhor analisá-la e, em seguida, produzir mudanças e transformações, a discussão sobre as experiências juvenis que residem em contextos violentos, além de externar aspectos

subjetivos e práticos muito relevantes, reveste-se de importância para o meio acadêmico. Esses aspectos se traduzem na possibilidade de: dar visibilidade a tal fenômeno em qualquer circunstância que ele possa vir a emergir; dar visibilidade a dimensão subjetiva da experiência juvenil que vive sob riscos psicossociais; incidir, através de uma reflexão, num exercício de problematização do jovem na sua atuação, atitudes e comportamentos frente ao fenômeno da violência; e compreender e poder informar a comunidade local e programas de desenvolvimento nacional e internacional, a fim de apoiar o público infanto-juvenil ao longo de suas trajetórias sociais, buscando a promoção do bem-estar e a amenização de situações de risco (ABRAMO³⁷, 1997; NOVAES³⁸, 2006; GOMES⁵ et al., 2010; MELO, BARROS e ALMEIDA³⁶, 2011; BARRETT e KALLIVAYALIL³⁵, 2015). Nessa esfera, a produção de conhecimento sobre estudos neste campo, pode dar início a um processo de transformação que começa na academia e estende seus reflexos para a realidade social.

Do ponto de vista da saúde pública, portanto, importa abordar essa questão focalizando o olhar sobre as vítimas e objetivando, tanto quanto possível, a prestação do atendimento adequado, alívio do sofrimento e o pensar nos modos de prevenir as ocorrências, por meio de uma forma ampliada de fazer saúde. A grande meta é a promoção de uma sociedade saudável (SOUZA e MELLO JORGE³⁹, 2006).

Visto pela ótica da saúde coletiva, o fenômeno da violência, deve ser tratado de forma muito mais abrangente do que apenas sob um único ponto de vista teórico, visto que a violência antes de ser um problema intelectual, é uma questão da práxis sócio-política e se realiza como parte da história humana e social (MINAYO⁴⁰, 2003).

“Por ser histórica e ter a cara da sociedade que a produz, a violência pode aumentar ou diminuir pela força da construção social. Suas formas mais cruéis precisam ser analisadas junto com as modalidades mais sutis, simbólicas e escondidas, de forma profunda e aberta, para que todos possam colaborar.” (MINAYO⁴¹, 2009, p.25), sobretudo os próprios jovens.

Quando se fala de jovens, é quase impossível não recordar as décadas de 70, 80 e 90, quando eram vistos como o “futuro da nação”. Todavia, atualmente essa juventude atravessada por distintos fenômenos sociais, dentre os quais a própria violência, parece que perdeu este vaticínio, assumindo atualmente uma identidade “problemática” (PICCOLO⁴², 2010; ABRAMO³⁷, 1997; LEITE e SILVA⁴³, 2013). Diante das adversidades e inconstâncias que encontram em suas trajetórias sociais, trilham por um campo confuso de impossibilidades, de modo que a perspectiva de construção de um projeto de vida possível torna-se difícil.

Contudo, como aponta Schilling⁴⁴ (2005), é necessário problematizar o lugar das falas peritas e especialistas, onde muitas vezes fala-se "sobre" um sujeito, construindo-o e rerepresentando-o. Contudo, algumas indagações permanecem: como o sujeito jovem aparece nas discussões dominantes (violência, infração, pobreza, drogas e gravidez na adolescência)? Quando o jovem é um problema? O jovem (menino ou menina) é um problema por ser adolescente ou por ser pobre²? O que está em foco são as questões da adolescência e da juventude ou da pobreza, da falta de políticas de distribuição de renda, de trabalho ou de qualquer outra política pública? A questão que deve ser ressaltada e aqui resgatada é *quem fala e de onde fala*. Isso é o que faz com que uma situação seja vista como um problema ou uma solução.

Nos últimos anos, pode-se considerar que a juventude vem sendo tratada como um conceito publicitário, estrategicamente aplicado para criar, consolidar ou transformar o posicionamento de marcas, produtos e instituições (PEREIRA, ROCHA e PEREIRA⁴⁵, 2009). Entretanto, a juventude não deve ser compreendida como um

²*Ser adolescente e ser pobre* são aspectos que indicam uma perspectiva da interseccionalidade, termo que será melhor discutido no tópico 3.4 que trata sobre marcadores sociais da diferença e violência. Contudo, diz respeito às interseções entre marcadores sociais (raça/etnia, orientação sexual, classe social, idade, etc.), sendo categorias de articulação. São marcadores sociais da diferença que identificam os sujeitos, de acordo com cada grupo que o indivíduo está inserido (McKLINTOCK⁴⁶, 1992; McKLINTOCK⁴⁷, 1995; CRENSHAW⁴⁸, 2002; PISCITELLI⁴⁹, 2008).

conjunto singular com as mesmas necessidades e padrões. Há particularidades e especificidades dentro de cada juventude, variando conforme a cultura, a orientação sexual, a etnia, a cor, a religião e a classe social. Assim, subsiste a premência de políticas específicas para a juventude e suas peculiaridades, que podem e devem ser produzidas com a participação dos próprios jovens (de acordo com a ótica e experiência de cada um), percebidos como sujeitos de direitos e atores ativos estratégicos, protagonistas, com potencial criativo, e não somente como uma fase da vida ou faixa etária de transição. Aliás, o próprio fato de “não falar” ou de não existir um espaço para que possa se expressar, já é, por si só, uma experiência de violência.

3. MARCO TEÓRICO

3.1. Concepções sobre juventude e adolescência

Os termos “juventude” e “adolescência” são conceitos sócio-históricos e culturais que compreendem distintas realidades. Recentemente incorporados na história da humanidade, são compreendidos como estágios peculiares de inserção dos indivíduos num patamar de autonomia psicossocial e de adaptação à sociedade, caracterizado por um processo permanente de mudança e ressignificação nas sociedades contemporâneas (DAVILA LEON⁵⁰, 2004; DAVILA LEON⁵¹, 2005; BRASIL⁵², 2005; NOVAES³⁸, 2006; SILVA e LOPES⁵³, 2009; PICCOLO⁴², 2010).

Neste estudo optou-se por focar na concepção de juventude, mas levando em consideração aspectos da adolescência, que se refere a um momento posterior à infância e anterior a vida adulta (ABRAMO³⁷, 1997). Por sua vez, embora não seja a temática deste estudo, compete dizer que infância e fase adulta também são resultados de construções e significações sociais em contextos históricos e sociedades determinadas, em um processo de permanente mudança e ressignificações (DAVILA LEON⁵¹, 2005).

É importante ressaltar que não existe consenso quanto às diferenças e os nexos entre as noções de adolescência e juventude. Algumas vezes podem ser empregados, amiúde, de forma intercambiável, sem maiores preocupações com a distinção conceitual. Entretanto, por razões teórico-metodológicas e/ou políticas, vários textos procuram sublinhar as particularidades dos termos (FILHO e VAZ⁵⁴, 2006). Filho e Vaz⁵⁴ (2006) apontam ainda que:

“Uma das tendências dentro dos debates sobre políticas públicas em nosso país é definir adolescência e juventude como dois momentos do período amplamente denominado juventude – a *juvetcência* – que corresponderia no caso à adolescência (fase que vai dos 12 anos aos 18 anos incompletos, segundo a faixa etária estabelecida pelo ECA). A juventude (também qualificada de juventude propriamente dita ou pós-adolescência) remeteria a uma adolescência posterior, de

construção de trajetórias de entrada na vida social (que se estenderia até os 24 anos, consoante o critério formado pela Organização das Nações Unidas e pelo IBGE.” (FILHO e VAZ⁵⁴, 2006, p.38)

Convencionalmente, a adolescência pode ser vista como a primeira etapa da juventude, ocorrendo dos 12 aos 18 anos. E, juventude, aproximadamente, entre 15 e 29 anos de idade, sendo dividida em três faixas etárias: 15 a 19 anos, 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos. Alguns países designam o período juvenil no intervalo dos 12 aos 35 anos (DAVILA LEON⁵⁰, 2004).

Embora as categorias, adolescência e juventude, possam ser utilizadas para caracterizar um período ou fase da vida, com a intenção de esclarecer sumariamente as distinções entre esses conceitos e de justificar a opção de se trabalhar com o termo juventude, tem-se que: (1) a adolescência parece estar mais vinculada às dimensões psicológicas e biológicas, considerando o indivíduo como ser psíquico, com características próprias relativas ao seu desenvolvimento, sua personalidade e seu comportamento, pautado principalmente pelas mudanças físicas, pela realidade que constrói e por sua experiência subjetiva e (2) a juventude, por sua vez, parece ter uma dimensão inclinada para o campo sociológico e histórico, na qual a leitura do coletivo prevalece, englobando uma concepção sócio-histórica-cultural e agregando conteúdos da própria adolescência. Sendo assim, a juventude só poderia ser entendida na sua articulação com os processos sociais mais gerais e na sua inserção no conjunto das relações sociais produzidas ao longo da história. Deste modo, pode ser entendida como uma categoria social, que resulta de uma vivência em determinado período histórico e social, trazendo os dados da cultura e do tempo em que ela é pensada e vivida (ABRAMO³⁷, 1997; DAVILA LEON⁵⁰, 2004; DAVILA LEON⁵¹, 2005; GRINSPUN⁵⁵, et al., 2005; COIMBRA, BOCCO e NASCIMENTO⁵⁶, 2005; SILVA e LOPES⁵³, 2009; MOREIRA, ROSÁRIO e SANTOS⁵⁷, 2011).

Sob o ponto de vista da faixa etária, caracterizar a adolescência e a juventude pode ser algo bastante complexo, visto que existem distintas visões. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, Lei 8.069, considera a adolescência como a faixa etária de 12 a 18 anos de idade, e, em casos excepcionais e quando disposto na lei, o estatuto é aplicável até os 21 anos de idade (artigos 121 e 142). Já a Organização Mundial da Saúde (OMS) define a adolescência entre 10 e 19 anos, sendo divididas nas etapas de pré-adolescência (dos 10 aos 14 anos) e de adolescência propriamente dita (de 15 a 19 anos).

No que diz respeito ao conceito de juventude, tanto a Organização Pan-Americana da Saúde, Organização Mundial da Saúde (OPS/OMS) como a Organização das Nações Unidas (ONU) definem que essa fase vai dos 15 aos 24 anos, tal como aponta Sposito⁵⁸ (1997) e Abramo⁵⁹ (2005). Em 2013, ano que foi aprovado e sancionado o Estatuto da Juventude (BRASIL⁶⁰, 2013), a categoria “jovem” passou a abarcar os indivíduos dos 14 aos 29 anos. Outros autores adotam essa perspectiva (LEITE e SILVA⁴³, 2013). A ONU utiliza o termo jovens adultos para englobar a faixa etária dos 20 aos 24 anos de idade. No Brasil, existe uma tendência a antecipar o início da vida juvenil para antes dos 15 anos devido ao prematuro ingresso no mundo do trabalho, e também do amadurecimento nas áreas físico/motora, sexual, social, afetiva e intelectual, que determina um período de transição (MOREIRA, ROSÁRIO e SANTOS⁵⁷, 2011).

Com base na Política Nacional de Juventude (PNJ), SILVA e SILVA⁶¹ (2011) consideram que jovem é toda pessoa com a idade entre os 15 e os 29 anos, dividindo-se essa faixa etária em 3 grupos:

“jovens da faixa etária de 15 a 17 anos, denominados jovens-adolescentes; jovens de 18 a 24 anos, como jovens-jovens; e jovens da faixa dos 25 a 29 anos, como jovens-adultos. Considerando essa divisão, pode-se perceber que o primeiro grupo já está incluído na atual política da criança e do adolescente; entretanto, os outros dois não estão.” (p.664)

Estas informações exemplificam o imbróglio que circunda a definição destas categorias simplesmente pela faixa etária. Para Bourdieu⁶² (1983b), juventude seria “apenas uma palavra”, um termo funcional à reprodução de hierarquias. Seria como uma estrutura que se refere a uma divisão lógica entre os jovens e os velhos, tratando-se do poder e da divisão dos poderes (no sentido de repartição). As classificações por idade, lembra o autor, ou também por sexo, ou por classe, acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem, onde cada um deve se manter em relação ao seu lugar. Groppo⁶³ (2000) corrobora essa visão e assinala que a juventude é uma espécie de representação originada para caracterizar o modo de ser de um determinado grupo, que vai se diferenciar de acordo com a época, a sociedade e as distintas experiências vivenciadas.

Assim, as definições sobre “o que é ser jovem”, “quem e até quando se é jovem” têm mudado ao longo do tempo e são diferentes nas diversas culturas e espaços sociais (NOVAES³⁸, 2006). Desse modo, a compreensão de juventude abarca definições distintas e significados particulares, bem como maneiras diversas de se expressar, conforme as culturas, as classes e os grupos sociais (PICCOLO⁴², 2010).

Portanto, a concepção de juventude pode não se referir restritamente a uma faixa etária específica, nem a uma série de comportamentos reconhecidos como pertencentes a um grupo específico. Trabalhar com o termo juventude pode ser a melhor forma de trazer uma intensidade juvenil, ao invés de uma identidade adolescente (COIMBRA, BOCCO e NASCIMENTO⁵⁶, 2005). As intensidades juvenis compreendem-se num “movimento”, enfatizando as forças que atravessam e constituem os sujeitos ao invés das formas com que se tenta defini-los (COIMBRA, BOCCO e NASCIMENTO⁵⁶, 2005). Dessa forma, não se busca categorizá-los ou caracterizá-los como bons ou ruins, mas ressalta-se sobretudo o modo de se viver.

Novaes³⁸ (2006) destaca que, embora se possa definir os jovens como sendo aqueles nascidos há 14 ou 24 anos, esses limites de idade não são fixos, pois, com efeito, qualquer que seja a faixa etária estabelecida, jovens com idades iguais vivem juventudes desiguais.

Muitos autores afirmam que não se pode delimitar uma única juventude, mas sim juventudes (DAYRELL⁶⁴, 2002; SPOSITO e CARRANO⁶⁵, 2003; LEITE e SILVA⁴³, 2013; PICCOLO⁴², 2010). Silva e Lopes⁵³ (2009) asseguram que o termo no plural pode abarcar sentidos múltiplos da juventude, alcançando uma compreensão mais ampla e fiel com relação às heterogeneidades produzidas pelos coletivos sociais dos jovens. Santos⁶⁶ (2014) ressalva que:

“compreender a juventude em toda sua complexidade implica, primeiramente, a consciência de que esta fase da vida do ser social não se constitui de forma homogênea. Ainda que o conceito retrate a dimensão de uma categoria juvenil, que compartilha uma fase específica da vida biológica, entre outras características próprias desta fase, devemos entender que dentro desta homogeneidade coexistem inúmeras possibilidades de ser jovem - o que configura sua heterogeneidade de acordo com as variáveis do tempo, do espaço, das relações, das experiências, entre tantas outras possibilidades.” (p.11).

Para Velho²¹ (2006), colocar a juventude no plural expressa a posição de que é necessário qualificá-la, percebendo-a como uma categoria complexa e heterogênea, na busca de evitar simplificações e esquematismos. Assim, há várias maneiras de “ser jovem”, como também de “ser velho”, sem esquecer que essas próprias classificações não são dadas, e sim são fenômenos socioculturais.

Dayrell⁶⁴ (2002) ratifica que aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos contribuem para que se tenha em cada território, um tipo de juventude, existindo assim, várias juventudes, em decorrência do estilo de vida, do pertencimento a classes sociais distintas, dos locais em que habitam, das relações de gênero, dentre outros determinantes. Portanto, ser jovem tem relação com vários fatores multicausais como o tempo em que se vive e os modos como se experimenta a vida.

A importância de estudos com este enfoque está na construção epistemológica e nos próprios conceitos adotados de juventude e adolescência, sobretudo, na forma como estas questões são dimensionadas na contemporaneidade (SILVA e LOPES⁵³, 2009). Esses mesmos autores ressaltam que o debate atual sobre as concepções da juventude reivindicam a necessidade e a urgência de ações sociais para esse grupo. O quadro complexo em que se encontram os jovens no Brasil com relação à educação, trabalho e assistência, em outras palavras, com relação aos direitos e bens sociais, indica a necessidade de reivindicações para a busca de soluções.

A esse respeito Castel⁶⁷ (1995) nomeou de juventude *desafiliada*³, aquela que, além de viver com a falta de recursos financeiros, possui laços sociais muito frágeis e, não tendo perspectivas de um trabalho que lhe dê reconhecimento social, se encontra desassistida pelo Estado e desafiliada socialmente (CASTEL⁶⁷, 1995; CASTEL⁶⁸, 1998a).

Além disso, ainda existe a violência que afeta brutalmente a juventude, ocorrendo em suas formas visíveis e invisíveis, nos lares, nos locais de trabalho e, até mesmo, em instituições médicas e sociais criadas para cuidar dessas pessoas (KRUG⁶ et al., 2002).

3.2. Violência: fenômeno sociocultural que afeta o/a jovem

A violência é um fenômeno essencialmente sociocultural. Minayo e Souza³⁰ (1997) distinguem violência (espécie de gesto ou conduta cultural) de agressividade (espécie de impulso ou instinto natural), ressaltando que a primeira manifesta-se como

³Apesar de na tradução oficial para a língua portuguesa (CASTEL⁶⁹, 1998b) a palavra aparecer como "desfiliado", sem o "a", o autor enfatiza no livro em francês (CASTEL⁶⁷, 1995) que o termo "desafilié" se refere a alguém que após seu nascimento, é capaz de criar outros vínculos sociais de a-filiação e se, de algum modo, perder posições sociais anteriormente adquiridas, pode se tornar um des-'a'-filiado (MORAES⁷⁰, 2015).

um fenômeno criado na vida em sociedade, sendo um ato de intenção socialmente construída, enquanto que a agressividade associa-se à necessidade de sobrevivência. A transformação da agressividade em violência é um processo ao mesmo tempo social e psicossocial para o qual contribuem às circunstâncias sociais, o ambiente cultural, as formas de relações primárias e comunitárias (NJAINÉ, ASSIS, CONSTANTINO³³, 2009).

O tema da violência tem sido alvo de intensas discussões na literatura nacional (ADORNO⁷¹, 1991; MINAYO e SOUZA⁷², 1999; QUEIROZ e LACERDA⁷³, 2005; MINAYO⁷⁴, 2006b; ASSIS¹⁷, et al., 2009; NJAINÉ, ASSIS, CONSTANTINO³³, 2009; SILVA, VALADARES, SOUZA⁷⁵, 2013; XIMENES⁷⁶, 2013) e internacional (SCHIAVONE⁷⁷, 2011; SWAHN⁷⁸, et. al., 2012; EPSTEIN-NGO⁷⁹ et. al., 2013; BARRETT e KALLIVAYALIL³⁵, 2015; BUTCHER⁸⁰, et al., 2015). Discorrer sobre o tema da violência pode ser considerado algo bastante complexo, pois trata-se de um tema amplo e polissêmico. Todavia, torna-se necessário fazer um esclarecimento preliminar sobre seu significado. No senso comum, a violência é frequentemente compreendida como crime, delinquência, corrupção. E, na visão erudita, a violência é um fenômeno interiorizado na consciência, como negação de direitos ou como um instrumento de poder e portador de especificidade histórica (BRASIL⁵², 2005).

Não existe um conceito universal de violência (CANO¹¹, 2009), e, em virtude do termo poder ser interpretado de múltiplas formas, alguns autores preferem utilizá-lo no plural (CASTRO e ABRAMOVAY³¹, 2002). As dificuldades para conceituar a violência provêm do fato de se tratar da ordem do vivido, no qual se inclui também quem tenta teorizar sobre ela, e cujas manifestações provocam uma forte carga emocional em quem a comete, em quem a sofre e em quem a presencia (MINAYO⁴⁰, 2003).

Viana⁸¹ (1999) traz uma interessante sintetização do termo:

“O conceito amplo de violência nos permite pensar as suas *diversas formas de manifestação*: violência física, simbólica, sexual, etc. Porém, a *classificação das formas* de violência é bastante problemática, pois ela pode variar de acordo com o critério utilizado e existem diversos critérios. *A violência pode ser classificada de acordo com as características comuns de suas vítimas* (violência contra a criança, contra a mulher, etc.), pelas características comuns *dos agentes da violência* (violência policial, realizada pelos policiais; violência criminal, realizada pelos criminosos; violência estatal ou institucional, realizada pelo Estado, etc.), *pelo local onde ela ocorre* (violência urbana, violência no campo, violência doméstica, etc.), *pela forma como ela se realiza* (simbólica, sexual, física, etc.), *pelo seus objetivos* (violência revolucionária, cujo objetivo é a revolução; violência repressiva, cujo objetivo é a repressão, etc.), *pelos grupos sociais envolvidos* (violência racial, étnica, de classe, etc.), *pelas suas “motivações inconscientes”* (violência reativa, violência vingativa, violência compensatória, violência recreativa)” (VIANA⁸¹, 1999, p. 225).

Sendo assim, a violência não é uma, é múltipla. Mutante, a violência assinala aspectos de acordo com épocas, locais, circunstâncias, grupos envolvidos, formas, entre outros aspectos, abarcando realidades muito distintas. Há violências toleradas e há violências condenadas. E, desde o início da modernidade, ela se enriquece de novas formas, cada vez mais complexas e, ao mesmo tempo, mais fragmentadas e articuladas (MINAYO⁴⁰, 2003). A esse respeito Milani⁸² (2003) explica que:

“A violência é um fenômeno polissêmico que se apresenta em inúmeras modalidades e níveis, o que justifica o termo “violências”. Suas causas, fatores determinantes e agravantes são múltiplos – tanto em números quanto em natureza -, interdependentes e dinâmicos, alguns imprevisíveis e outros, fora das possibilidades de intervenção do cidadão. Trata-se de um dos problemas mais complexos com os quais a humanidade se confronta” (p.33).

Assim, a violência não é apenas física, aquela que deixa marcas visíveis, mas também é simbólica e psicológica, que afeta a saúde mental de cada sujeito e repercute no coletivo. Ela também se manifesta de forma silenciosa, em atos sutis que violam a dignidade humana, atravessa formas físicas, psíquicas ou simbólicas, e acaba sendo aceita como uma condição normal por muitos dos que a vivenciam (LEITE⁸³ et al., 2011).

A violência em sua origem e manifestações é tida como um fenômeno que acompanha toda a experiência humana (BRASIL⁵², 2005), podendo, em suas expressões, resultar em efeitos diversos. Por isso, sua compreensão não se limita apenas a um “problema”. Como assegura Minayo e Souza⁷² (1999), a violência é uma forma

própria de relação pessoal, política, social e cultural, resultante das interações sociais.

Domenach²⁸ (1981) também assegura que:

“La violencia está inserta, arraigada en la condición humana, en cuyo nacimiento como hemos visto está presente, y cuyas más altas expresiones colorea a veces: la mística, el arte, el sentimiento de rebeldía, el amor. Es verdaderamente demasiado fácil, e ineficaz, condenar la violencia como un fenómeno exterior, e incluso extraño al hombre, cuando en realidad le acompaña sin cesar, y tal vez, como presentía Nietzsche y como nuestra época comprende mejor, le acompaña hasta en la articulación del discurso, en la afirmación misma de la evidencia racional.” (p.37).

Assim, observa-se que a violência está introjetada à condição humana e se constitui no interior das subjetividades, não podendo ser tratada apenas como uma força exterior aos indivíduos e aos grupos (MINAYO⁴⁰, 2003). Minayo e Souza⁷² (1999) ainda afirmam que, por vezes, ela torna-se um componente cultural naturalizado, permanente em todas as sociedades, além de apresentar um aspecto ambíguo, ora sendo considerada como fenômeno positivo ora negativo. Sendo um modo de organização social, a partir da violência, é possível regular as relações, sobrepondo as categorias de autor e vítima. Este é um aspecto importante para se pensar, pois muitas maneiras de sociabilidade juvenis estão atravessadas pelos modos como a violência se faz presente nos ritos e operações.

Assim, parafraseando Winnicott⁸⁴ (2005), o problema do mundo não se deve à agressividade (ou a qualquer conduta violenta) do homem, mas à agressividade reprimida no homem. O remédio não é a educação em termos de manejar e controlar essa agressividade, mas oferecer condições (de ambiente emocional) estáveis e confiáveis, onde cada jovem pode vir a conhecer e a tolerar como parte de si mesmo o conjunto total de sua agressividade, isto é, aceitar e saber lidar com sua própria agressividade.

Cano¹¹ (2009) observa que os níveis de violência em nosso meio são tão intensos e o quadro de impunidade e desproteção por parte do Estado tão dramático, que a raiva gerada precisa muitas vezes ser logo controlada, pois a expressão dela pode ser fatal.

Em conseqüência, o que chama a atenção de observadores externos não é a raiva, mas justamente sua supressão. A vista disso, os modos contemporâneos de sociabilidades virtuais podem se enquadrar e cumprir esta função de se instalar na forma de condições adequadas, de modo que incorporam estratégias de manejo para lidar com situações hostis.

Sendo a violência um fenômeno nebuloso, a compreensão e apreensão não devem ser abordadas de forma singular e linear. Assim, qualquer reflexão teórico-metodológica sobre ela pressupõe o reconhecimento da complexidade, polissemia e controvérsia desse objeto (MINAYO e SOUZA³⁰, 1997). Trata-se de um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, tendo seu espaço de criação e desenvolvimento na própria vida em sociedade. Na configuração da violência se cruzam problemas da política, da economia, da moral, do direito, da psicologia, das relações humanas e institucionais, e do plano individual (MINAYO²⁹, 1994).

Levando em conta sua amplitude e capacidade de irradiação por distintos espaços da vida social, emerge a violência difusa. Barreira^{85 86} (2013; 2015) destaca a noção de o termo difuso permitir qualificar, fundamentalmente, o fenômeno da violência na contemporaneidade, assumindo uma dimensão polissêmica, direcionada para uma “sensação difusa de insegurança”, bem como para “difusos medos sociais”. O difuso configura o incontrolável e o imponderável. Relaciona-se, claramente, com a possibilidade de que todos, independentemente de sexo, idade ou classe social, podem ser vítimas de práticas classificadas como violentas, em diversas situações sociais. Na noção de violência difusa, cabe tanto a possibilidade de qualquer um(a) ser vítima quanto de qualquer um(a) ser ator.

Deste modo, a violência não se resume às delinqüências ou a qualquer forma mais visível ou condenada. Suas formas culturalmente naturalizadas de agressões

interpessoais, de discriminações raciais ou contra grupos específicos, como contra crianças e jovens, constituem um ambiente sociocultural adverso e, frequentemente, portador de exclusão e que acarreta lesões físicas e emocionais. Todas essas formas são potencializadoras da violência difusa (MINAYO⁴⁰, 2003).

Os jovens são considerados a parcela da população mais vulnerável à violência, ao desemprego, à dificuldade de acesso a escolas de qualidade e à carência de bens culturais, esporte e lazer (BOCAYUVA e NUNES³⁴, 2009). Os estudos de Novaes³⁸ (2006) acenam que, em geral, os dois principais problemas do país mencionados pelos jovens são desemprego e violência, embora isto varie em algumas pesquisas. Tais resultados permitem compreender um pouco mais dos jovens de hoje: entre os medos citados por eles aparecem em destaque o “medo da morte” e o “medo do futuro”. O medo da morte está relacionado ao temor por suas vidas, em virtude do medo de “bala perdida”, “da polícia”, “do tráfico” e “do aumento da própria violência”. No medo do futuro se expressam os sentimentos de uma geração que se defronta com um mercado de trabalho restritivo e mutante.

Pensar as relações entre violência e a situação da juventude é uma tarefa desafiante e complexa. Pesquisar sobre a violência, especialmente a que afeta a vida da criança e do adolescente, pode ser um campo equiparado a uma caixa preta que surpreende qualquer pesquisador, quer seja experiente ou não (ASSIS e CONSTANTINO³², 2003). Lefèvre⁸⁷ (1992) afirma que atualmente a violência contra as crianças e adolescentes é um *fato*⁴, uma forma de violação dos direitos.

Neste contexto, o ECA (BRASIL²³, 1990) surge como um marco legal que institui a responsabilidade compartilhada entre a sociedade, a família e o Estado para

⁴Um *fato* é um acontecimento que se destaca contra o pano de fundo dos eventos normais na vida dos indivíduos e da cultura. Portanto, o fato é uma “anormalidade” ou uma variação. Nesse sentido, a violência contra crianças e adolescentes é para nossa cultura uma “anormalidade” instituída, e, também um fato moralmente constrangedor. Para os brasileiros, um fato moralmente constrangedor implica num baixo grau de imoralidade já que não se trata propriamente de um escândalo (Lefèvre⁸⁷, 1992).

garantir os direitos das crianças e dos adolescentes (DARLAN⁸⁸, 2008), bem como o Estatuto da Juventude (BRASIL⁶⁰, 2013), que amplia a idade legal para o amparo. Esses dois Estatutos outorgaram a condição de sujeito de direitos das políticas sociais, visando reparar anos de silêncio por parte do poder público a esse segmento social.

A juventude está exposta a fatores de risco de tamanha gravidade, que impõem uma atenção especial a esse momento da vida. Destarte, é preciso compreender as diferenças que marcam as pessoas dessa faixa etária, considerando a região geográfica em que habitam e seus contextos de convívio, bem como suas heterogeneidades. (BORGES e ALENCAR⁸⁹, 2015)

Além disso, observa-se que são diversas as formas de violências que acometem os jovens: a física, a verbal e a sexual; a que ocorre em casa e na rua, o roubo, a tentativa de homicídio e o homicídio propriamente dito, as brigas na escola, o tráfico de drogas, a violência policial, o silenciamento, a moratória, a objetificação, a mercantilização, a institucionalização como condição de existência, dentre outras; mostrando que a sua vivência e testemunho ocorre tanto no espaço privado quanto no público (ASSIS¹⁷, et al., 2009; MELO, BARROS e ALMEIDA³⁶, 2011; PINTO e ASSIS¹⁴, 2013; ROSA⁹⁰ et al., 2014; BORGES e ALENCAR⁸⁹, 2015).

Conceitualmente, a violência familiar é caracterizada como uma ação que ocorre na família, envolvendo parentes que vivem ou não sob o mesmo teto (ARAÚJO⁹¹, 2002). Assis e Constantino³² (2003) explicam que essa violência se manifesta nas relações interpessoais que ocorrem entre os membros de uma família, através de atitudes, omissões, ou ações de caráter físico, sexual, verbal, emocional e moral de uns com os outros, causando prejuízo a um ou mais dos familiares. O público infanto-juvenil costuma ser vítima privilegiada, por ser hierarquicamente menos poderoso no equilíbrio familiar e pelo seu grau de fragilidade e dependência. Portanto, esta violência

deve ser encarada como prioridade na agenda do Estado (DESLANDES⁹², 1997; BRASIL⁹³, 2002).

No que diz respeito à violência no âmbito escolar, alguns autores fazem distinção entre violência escolar e violência na escola (NEVES⁹⁴ 2008; TOGNETTA⁹⁵, 2008). A violência escolar é uma forma específica de violência, gerada pela instituição escolar (VIANA e VIEIRA⁹⁶, 2002). É realizada tanto por aqueles que detêm o poder quanto pelos que estão submetidos a ele. Ela também se manifesta como violência cultural, caracterizada por uma relação social na qual um grupo/indivíduo realiza a imposição de uma cultura (idéias, valores, etc.) a outro grupo/indivíduo contra sua vontade e/ou natureza (VIANA e VIEIRA⁹⁶, 2002). Já a violência na escola refere-se a toda e qualquer forma de violência que acontece no ambiente escolar, mas que não é produzida por ela. Ocorre devido à interferência de alunos, funcionários, professores e grupos externos (VIANA e VIEIRA⁹⁶, 2002; LUCINDA, NASCIMENTO e CANDAU⁹⁷, 1999). A pobreza, o conflito e a dificuldade de acesso à escola também podem gerar atos de violência na escola (VIANA e VIEIRA⁹⁶, 2002).

Além disso, muitos jovens estão expostos à violência na comunidade, que ocorre fora dos lares. Dahlberg e Krug⁹⁸ (2006) afirmam que, além de ser uma subcategoria da violência interpessoal, é uma violência entre indivíduos sem relação pessoal, que podem ou não se conhecerem. A violência comunitária compõe-se de episódios violentos ocorridos no contexto social/ambiental de inserção do indivíduo, incluindo agressões, estupros, assaltos, roubos, homicídios, presença de armas, tráfico de drogas e a impossibilidade de constituir e usufruir das redes de proteção comunitária. (BENNETI⁹⁹ et al., 2006; BRAGA e DELL'AGLIO¹⁰⁰, 2012).

Diante disso, é possível observar que a violência ocorrida no domínio familiar é retroalimentada pela violência na escola e na comunidade, visto que gera uma banalização dos atos e das relações ditas violentas.

Em relação ao público afetado nestes distintos espaços, a literatura aponta que a violência no âmbito familiar afeta mais as meninas e mulheres, em distintas faixas etárias e de todos os estratos socioeconômicos e culturais (KRUG⁶ et al., 2002; MORÉ e KRENKEL¹⁰¹, 2014). No que diz respeito à violência praticada pelos jovens no espaço escolar, embora os atos mais violentos sejam peculiarmente cometidos por meninos, suas expressões existem também entre meninas, e se manifestam, sobretudo, nas disputas por namorados (NJAINÉ e MINAYO¹⁰², 2003; NEVES⁹⁴, 2008). No contexto comunitário, os jovens do sexo masculino, provenientes de camadas socioeconômicas menos favorecidas, com baixa escolaridade e de minorias raciais são as vítimas mais frequentes da violência, com destaque para os homicídios, constituindo-se num grupo de risco para testemunhar, sofrer e perpetrar atos violentos (BARKER¹⁰³, 2008; BENNETI⁹⁹, et. al., 2006). Contudo, embora em número reduzido em comparação aos homens, o envolvimento de jovens mulheres como testemunhas, infratoras e vítimas de violência também é significativo (GUARESCHI²², et al., 2003; HERRMAN e SILVERSTEIN¹⁰⁴, 2012; NEVES⁹⁴, 2008).

Desse cenário pode emergir o que Barrett e Kallivayalil³⁵ (2015) denominaram de “violência retaliatória”, isto é, a violência que surge como resposta a um ataque ou ameaça percebida. Estas são manifestações da violência pelas quais os jovens perpassam e com as quais lidam frequentemente.

Posto isso, adequa-se cogitar sobre quais registros de violência vivida e testemunhada tem um jovem que vive em um contexto violento e quais são os sentidos e significados que dá a essas experiências. A fim de nortear esta ponderação, tomar-se-á

como esteio as ideias e conceitos de Michael Pollak a respeito de memória e identidade, com a intenção de refletir sobre como a violência pode se articular com a memória, repercutindo na própria identidade dos jovens.

3.3. Memória, identidade e violência

Na obra de Michael Pollak^{5 105} (1992), proeminente autor da “*Memória e identidade social*”, pode-se entender a memória, sobretudo, como um fenômeno construído coletivamente, submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. Assim, para o autor, embora a memória pareça ser individual, relativamente íntima e própria da pessoa, deve ser compreendida como um fenômeno coletivo e social.

Para Pollak¹⁰⁵ (1992) existem alguns elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva. De modo geral, a memória é constituída por acontecimentos, pessoas e personagens, e por lugares. Os *acontecimentos* se dividem em dois tipos: (1) aqueles que podem ter sido vividos pessoalmente e/ou (2) aqueles vividos pela coletividade ou pelo grupo ao qual a pessoa se sente pertencer, o que o autor chama de “vividos por tabela”, isto é, acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou (dentro de seu espaço-tempo), mas que no imaginário tomaram tamanho relevo que é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.

Além desses acontecimentos, a memória é constituída por *pessoas* ou *personagens*, que podem, de fato, ser encontradas no decorrer da vida de alguém ou serem personagens que não participaram diretamente da vida do sujeito. Já o último

⁵Michael Pollak nasceu em Viena, Áustria, em 1948, e morreu em Paris em 1992. Foi historiador e sociólogo. Seu interesse acadêmico voltado, de início, para as relações entre política e ciências sociais, tema de sua tese de doutorado, orientada por Pierre Bourdieu, estendeu-se a diversos outros campos de pesquisa que confluíam para uma reflexão teórica sobre o problema da identidade social em situações limites.

elemento, os *lugares*, são particularmente ligados a uma lembrança, que permanece muito forte na memória da pessoa, independente da data real em que a vivência se deu (POLLAK¹⁰⁵, 1992). Assim, esses acontecimentos, personagens e lugares são fundantes na construção da memória.

Adicionalmente, em “*Memória, esquecimento e silêncio*”, Pollak¹⁰⁶ (1989), baseado na análise da obra de Maurice Halbwachs, *A memória coletiva*, realiza uma discussão inicial sobre os diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos, isto é, as datas, paisagens, personagens, tradições e costumes, regras de interação, etc. Esses pontos de referência são indicadores da memória coletiva de um grupo. O que diferencia um grupo de outro fundamenta o que é comum a um grupo e reforça o sentimento de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais.

Halbwachs¹⁰⁷ (1990) afirma que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Essa memória coletiva não é vista como uma imposição (uma forma específica de dominação ou violência simbólica), mas acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, ou seja, o reforço da coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo (POLLAK¹⁰⁶, 1989). Pollak¹⁰⁶ (1989) em sua análise da obra de Halbwachs menciona que existe um processo de negociação para conciliar memória coletiva e memórias individuais. De fato, Halbwachs¹⁰⁷ (1990) assegura que “*para que a memória dos outros venha assim reforçar e completar a nossa, é preciso também que as lembranças desses grupos não estejam absolutamente sem relação com os eventos que constituem o nosso passado*” (p.53). Ou seja, na ponderação de Pollak¹⁰⁶ (1989) para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que as pessoas nos tragam seus testemunhos. Antes, é preciso que haja suficientes

pontos de contato entre ela (nossa memória) e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possam ser reconstruídas sobre uma base comum.

Deste modo, percebe-se que a memória é concebida como um fenômeno construído social e individualmente, consciente e inconsciente. Assim, segundo Pollak¹⁰⁵ (1992), há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. A identidade aqui é concebida como sendo o sentido da imagem de si, para si e para os outros, ou seja:

“é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.” (POLLAK¹⁰⁵, 1992, p.204)

Por conseguinte, a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de credibilidade e que se faz por meio da negociação direta com outros. Conforme assegura Pais¹⁰⁸ (2006), embora as identidades individuais se constituam como resultado de experiências individuais, elas surgem de ritualizações próprias de identidades coletivas. Como se o “eu” se perdesse no “outro”, num desencontro e ao mesmo tempo encontrasse sua identidade nas teias da sociabilidade.

É nesse sentido que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação e de transformação em função dos outros (POLLAK¹⁰⁵, 1992).

Segundo Amartya Sen¹⁰⁹ (2015), identidades são fortemente plurais, ou seja, são de vários tipos, estão em condições díspares em nossas respectivas vidas e surgem de nossos antecedentes, de papéis ou atividades sociais: “*Pertencemos de fato a muitos*

grupos diferentes, de uma forma ou de outra, e cada um desses agrupamentos pode dar a uma pessoa uma identidade potencialmente importante.” (p.42). Assim, a construção de uma identidade específica dependerá do contexto social. Como assegura Velho²¹ (2006), a construção das identidades é um processo que decorre no tempo, é dinâmico, transforma-se e se dá em múltiplos contextos sócio-culturais e níveis de realidade.

Pensando nisso, há que se considerar sobre como se dá esse processo na construção e na reconfiguração dos sujeitos juvenis e de seus projetos de vida, sobretudo frente a expressões de violência em seus distintos espaços de convívio. Pais¹⁰⁸ (2006) alude que, atualmente, parece que os jovens nutrem uma espécie de *culto da sensação multiplicada*, uma condição de “lógica experimentalista”, que sustenta a extravagância, a aventura e o experimentalismo, gerando muitas das novas sensibilidades juvenis.

“Perante estruturas cada vez mais fluidas, os jovens sentem a sua vida marcada por crescentes inconstâncias, flutuações, descontinuidades, reversibilidades, movimentos autênticos de vaivém: saem da casa dos pais para um dia qualquer voltarem; abandonam os estudos para os retomar tempos depois; encontram emprego e em qualquer momento se veem sem ele; suas paixões são como “vão de borboleta”, sem pouso certo; casam-se, não certo que seja para toda vida... São estes movimentos oscilatórios e reversíveis que o recurso à metáfora do ioiô ajuda a expressar. Como se os jovens fizessem de suas vidas um céu onde exercitassem a capacidade de pássaros migratórios.”(PAIS¹⁰⁸, 2006 p.8)

Segundo o psicanalista Joel Birman¹¹⁰ (2009), na contemporaneidade houve uma transformação dos mitos fundadores do sujeito. O Édipo deixou de ser considerado o mito de referência a forjar a constituição do ser psíquico em sua dimensão simbólica. O que hoje está em pauta é a valoração do mito de Hamlet (“*ser ou não ser*”). O mito shakespeariano de Hamlet se impõe hoje de forma crucial no imaginário dos jovens. Em decorrência disso, se disseminou uma esfera de *incertezas* do que o sujeito é efetivamente. *Ser ou não ser*, eis a nova questão que atravessa a juventude de hoje em seu fundo abissal, marcado muitas vezes pelo desamparo e desalento.

Na contemporaneidade, contudo, essa *experimentação de si* deixou de se restringir à condição juvenil, disseminando-se também entre outras figuras parentais,

promovendo, assim, novas formas de ser. Todos, jovens ou adultos, estão imersos numa experimentação permanente e insistente de si, enfrentando o espectro da figura de Hamlet a assediar os percursos simbólicos de subjetivação. Enfim, o tempo todo a pergunta é: o que somos e o que não somos, numa incerteza crucial sobre a efetiva condição de ser, condição esta que demarca o sujeito da contemporaneidade (BIRMAN¹⁰, 2009).

Diante disso, sobre os objetivos desta pesquisa cabe ponderar como se constituem as estratégias desenvolvidas pelos jovens para lidar com estas inconstâncias e incertezas, sobretudo com os efeitos das violências. Pois, de modo geral, a forma como o(a) jovem vivencia a experiência da violência, é central na formação de sua identidade, na percepção de sua subjetividade e de seu lugar no mundo (CANO¹¹, 2009). Porquanto, pensar sobre essas estratégias pode remeter a um campo de possibilidades, pelos quais os jovens podem encontrar recursos que propiciem a construção de projetos de vida possíveis, de acordo com o contexto e a realidade social na qual estão inseridos.

3.4. Marcadores sociais da diferença e violência

De modo geral, os *marcadores sociais são sistemas de classificação que organizam a experiência* [de compreender a existência de diversidades e desigualdades sociais] *ao identificar certos indivíduos com determinadas categorias sociais* (ZAMBONI¹¹, 2016, p.13). São categorias que servem para identificar e organizar os sujeitos, como por exemplo, gênero, raça/etnia, orientação sexual, classe social, idade, escolaridade, religião, etc.

Nesta discussão circunscrita pelos marcadores sociais da diferença, que atravessam as dimensões da vida em sociedade, surgem as interseccionalidades ou categorias de articulação (PISCITELLI⁴⁹, 2008). Da heterogeneidade e pluralidade social e cultural da modernidade emergem categorias sociais que acabam se articulando devido a suas inter-relações e formam interseções. Assim, sem pormenorizar, interseccionalidades são fluxos entre os marcadores sociais. Interseccionalidades dizem respeito às interseções entre esses marcadores, sendo categorias de articulação. São os marcadores sociais da diferença que identificam os sujeitos, de acordo com cada grupo em que o indivíduo está inserido (McKLINTOCK⁴⁶, 1992; McKLINTOCK⁴⁷, 1995; CRENSHAW⁴⁸, 2002; PISCITELLI⁴⁹, 2008). A proposta de trabalho com essas categorias visa oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades, sobretudo, considerando as diferenças num sentido amplo (PISCITELLI⁴⁹, 2008).

Na sociedade moderno-contemporânea a divisão social do trabalho e a distribuição de riquezas delineiam categorias sociais distinguíveis com continuidade histórica. Essa ideia complexa traz a noção de uma heterogeneidade cultural que deve ser entendida como a coexistência, harmoniosa ou não, de uma pluralidade de tradições (VELHO¹¹², 1981).

No final da década de 1990 o debate internacional foi marcado pela emergência de categorias que aludiam à multiplicidade de diferenciações que permeavam o social (PISCITELLI⁴⁹, 2008). Desse modo, surgiram algumas categorias que se articulavam, como é o caso do gênero, que nasceu como um construto analítico e passou a ser um novo campo de conhecimento nas ciências humanas e sociais (MATOS¹¹³, 2008; LOURO¹¹⁴, 2008). Conseqüentemente, tratou-se de uma construção histórica que estrutura a percepção e produz atitudes e comportamentos, designando as relações

sociais e culturais entre homens e mulheres, não apenas enquanto indivíduos deste ou daquele sexo, mas enquanto sujeitos sociais dotados de identidades e atribuições em razão de suas relações (SCHRAIBER¹⁷², 2009; LOURO¹¹⁴, 2008). Ser homem e ser mulher passou a representar uma produção social e cultural (MATOS¹¹³, 2008; LOURO¹¹⁴, 2008).

Piscitelli⁴⁹ (2008) ressalta que, na primeira década dos anos 2000, a utilização dessas categorias foi amplamente difundida. Contudo, assim como aconteceu com o conceito de gênero, essas categorias adquirem conteúdos diferentes segundo as abordagens teóricas adotadas por alguns autores.

Para Crenshaw⁴⁸ (2002), que parte de uma leitura sistêmica, as interseccionalidades são formas de capturar as conseqüências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo e patriarcalismo. Essa autora também aponta que outros fatores operam conjuntamente com o gênero, no que diz respeito à discriminação, sendo esses, a vulnerabilidade e o desempoderamento. E ainda que a discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo. Por ser tão comum, ao ponto de parecer um fato natural da vida ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural) é, muitas vezes, invisível.

McKlintock^{46 47} (1992; 1995), que segue uma linha de abordagem construcionista, destaca os aspectos dinâmicos e relacionais da identidade social. Nessa abordagem, a noção de articulação como prática, estabelece uma relação entre elementos, de forma que as identidades se modificam como resultado da prática articulatória. Em suas pesquisas, a autora destaca a necessidade de articular gênero não apenas à sexualidade, raça ou classe, mas também à religião e à nacionalidade (MCKLINTOCK⁴⁶, 1992).

No livro *“Imperial leather, Race, gender and sexuality in the colonial contest”* (Couro imperial, Raça, gênero e sexualidade na disputa colonial), Mcklintock⁴⁷ (1995) exemplifica como essas categorias de articulação modificavam e estabeleciam as identidades de alguns indivíduos, sobretudo aquelas identidades submissas. A autora ressalva que no decorrer do século XIX, a imagem da família foi projetada sob a subordinação da mulher ao homem e da criança ao adulto. A descrição metafórica da hierarquia social como natural, a Colônia como uma família de crianças negras governadas por um pai branco, dependia da naturalização prévia da subordinação social de mulheres e crianças no âmbito doméstico. Por fim, neste estudo foram analisadas distintas perspectivas da violência, entre homens e mulheres.

Neste sentido, a questão da interseccionalidade e suas interfaces foi levada em conta. Considera-se que essas vertentes contribuem para analisar a relevante problemática contemporânea, que é a vivência dos jovens com/frente a violência, já que indubitavelmente, estão identificados por esses marcadores sociais e perpassam pelas interseções. Logo, os lugares onde convivem, as pessoas com quem se relacionam e as identidades grupais que assumem, serão as formas com que expressarão suas experiências.

3.5. Contextos violentos, projetos de vida e campo de (im)possibilidades

Nas últimas décadas, tem crescido o interesse pelo tema da juventude, seja em relação às demandas e necessidades dos jovens, seja no tocante aos problemas por eles levantados. Pensar a juventude, no entanto, é tarefa complexa porque não se trata de uma condição ahistórica, que se exprime de maneira idêntica nos diferentes momentos e estratos da sociedade (BOCAYUVA e NUNES³⁴, 2009), visto que, conforme já

abordado, podem existir diversas juventudes, e pelo diferente que são, têm que ser tratadas como tal.

Em geral, em nossa sociedade, a categoria “jovem” tornou-se um “problema social”, por ser concebida como uma fase de crise, irresponsabilidade e rebeldia (PICCOLO⁴², 2010), além dos meios de comunicação a associarem à violência, à criminalidade, à exploração sexual, ao uso de drogas e à gravidez precoce (ABRAMO³⁷, 1997; LEITE e SILVA⁴³, 2013). Contudo, a essa juventude pode-se empregar o que Leite¹¹⁵ (1999) denominou de "invencíveis culturais", conceito que remete a ideia de que estes grupos de jovens apresentam diversas formas de resistência frente ao sistema instituído, não aceitando passivamente o modelo a eles dirigido. A partir dessa perspectiva, podemos evocar Deleuze e Guatarri¹¹⁶ (1997) na discussão sobre *espaço estriado e espaço liso*:

“o estriado é o que entrecruza fixos e variáveis, *ordena* e faz sucederem-se formas distintas, *organiza* as linhas melódicas horizontais e os planos harmônicos verticais. O liso é a *variação* contínua, é o desenvolvimento contínuo da forma, é a fusão da harmonia e da melodia em favor de um *desprendimento de valores* propriamente rítmicos, o puro traçado de uma diagonal através da vertical e horizontal” (DELEUZE e GUATARRI¹¹⁶, 1997, p.162).

Deste modo, podemos dizer que muitas juventudes atualmente não se enquadram em um *espaço estriado* ou prescritivo, isto é, de ordem, organização e controle, em que a sociedade impõe e determina suas condutas e atitudes, onde seus trajetos surgem confinados às características do ambiente ou espaço. Em contrapartida, parecem se encontrar no *espaço liso*, ou seja, ao devir, a variação e ao desprendimento de valores, um espaço de novas realidades e sensibilidades, quer dizer a condição da “lógica experimentalista”, do *culto da sensação multiplicada* (PAIS¹⁰⁸, 2006).

Diante desse panorama geral, nos últimos anos têm sido implementadas políticas públicas voltadas para a juventude, especialmente a juventude pobre, de classes populares. Muitas dessas ações assumiram a forma de “projetos sociais” (PICCOLO⁴²,

2010). Cabe destacar que embora a temática “projetos sociais” não seja o objeto desta pesquisa, é importante considerá-los quando se abordam as experiências e significações que os jovens têm acerca de seus contextos de convívio, isto é, das redes de relações que participam.

Segundo Novaes³⁸ (2006), hoje, para analisar as possibilidades de inclusão e exclusão social de um jovem, tal como as dimensões de sua vida, certamente é preciso considerar quanto ganham os pais, se ele é negro ou branco, homem ou mulher e onde mora. Mas, no que diz respeito aos jovens pobres, há ainda um outro critério que pode fazer diferença: hoje existem os “jovens de projeto”.

Leite e Silva⁴³ (2013) compreendem que este público foi homogeneizado e transformado em problema, como o segmento que concentra mais vítimas e algozes das mortes violentas, desde meados dos anos 1990, e tematizados como “em situação de vulnerabilidade social”. Os jovens moradores de favelas passaram a ser objeto de atenção privilegiada das políticas públicas e de projetos sociais implementados em seus territórios de moradia por organizações estatais e ONG, que têm por objetivo afastar ou minimizar os problemas sociais dessa juventude (LEITE e SILVA⁴³, 2013).

A juventude das classes populares, ou seja, a juventude “pobre” é aqui entendida similarmente com os adjetivos “excluídos, vulneráveis, em situação de risco ou miseráveis” (SPOSITO e CORROCHANO¹¹⁷, 2005). Nesse sentido, ser “pobre” configuraria um estigma nas interações sociais. Pois, via de regra, a condição socioeconômica das camadas populares é associada às ações violentas e criminosas dos indivíduos (PICCOLO⁴², 2010).

À vista disso, discutir sobre contextos violentos é, sobretudo, se referir a territórios que ganham outras configurações públicas, muitas vezes, vistos e reconhecidos como periferia e/ou favela, dentre outros termos. Esses cenários, em

muitos casos são marcados pela violência em suas distintas formas (CUNHA e FELTRAN¹¹⁸, 2013). A literatura é vasta quanto às conceituações dos termos (BIRMAN¹¹⁹, 2008; SILVA¹²⁰, 2008; ZALUAR e ALVITO¹²¹, 2004; CUNHA e FELTRAN¹¹⁸, 2013), porém não é o foco de discussão deste trabalho.

Todavia, segundo Zaluar e Alvito¹²¹ (2004) falar de favela é falar da história do Brasil desde a virada do século passado. É falar particularmente do Rio de Janeiro na república, entrecortada por interesses e conflitos regionais profundos. Cidade desde o início marcada pela derrubada dos cortiços, que resultou no crescimento da população pobre nos morros, charcos e demais áreas vazias em torno da capital. Para os autores, a favela ficou registrada como a área de habitações irregularmente construídas, sem plano urbano, sem esgotos, sem água e sem luz. Dessa precariedade urbana, resultado da pobreza de seus habitantes e do descaso do poder público, surgiram as imagens que fizeram da favela o lugar da carência, da falta e do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários.

De acordo com essa visão, a favela é um território estranho, o avesso da cidade, onde seus moradores, dependendo de quem os olha, podem ser considerados como “pobres coitados”, vítimas passivas das circunstâncias ou, ao contrário, pessoas coniventes com toda a sorte de delitos e crimes. De ambas visões, o que temos é uma perspectiva equivocada que não reconhece as pessoas que moram nas favelas como cidadãos. Elas habitariam um território à parte, fechado, com leis e regras próprias, onde a cidadania não funcionaria. Obviamente, tal perspectiva não reconhece a complexidade, a diversidade e as relações dialéticas que os moradores estabelecem no seu cotidiano, entre si e com os outros espaços da cidade. O problema é que justamente esse modo de ver e interpretar orienta as ações do poder público, de agentes da sociedade civil e do mercado, em suas relações com as favelas e seus moradores

(DINIZ, BELFORT e RIBEIRO¹²², 2012), deixando de lado, muitas vezes, as vivências/experiências dos indivíduos que ali residem e vendo-os a partir das suas próprias perspectivas de vida.

Birman¹²³ (2013) refere que o termo “periferia” é recorrente e de grande ressonância. Muitas vezes emerge com facilidade quando se quer falar de algumas situações dramáticas presentes na vida das grandes metrópoles, considerando os lugares construídos como periféricos, mas sem buscar fixá-los *a priori* (por meio de atributos sociais, pelo estatuto de seus habitantes ou outros exames que desconsideram as formas variadas de inserção nesses espaços). As fronteiras das periferias estão longe de se constituírem por coordenadas somente ou primordialmente espaciais. Suas margens podem ser políticas, religiosas, sociais, culturais, sem que se recubram de forma a criar espaços fixos, homogêneos e submetidos às mesmas clivagens (BIRMAN¹²³, 2013). Essas margens ou fronteiras revelam sua diversidade interna e a recusa de qualquer simplificação.

Novaes³⁸ (2006) assegura que “periferia” não tem um sentido meramente geográfico. Trata-se da nomeação de uma identidade construída nos últimos anos e que tem efeitos nos estilos, estéticas, vínculos sociais e laços afetivos das trajetórias de uma parcela dos jovens de hoje. Adicionalmente, Silva¹²⁰ (2008), refletindo acerca desse contexto “favelado”, destaca que muitas vezes esses territórios são vistos como lugares preñes de uma violência descontrolada. E, é diante deste cenário, que o jovem tem que elaborar seus caminhos e trajetórias de vida.

As trajetórias de vida de muitos jovens assemelham-se a jardins labirínticos de sendas que bifurcam, como redes que enfileiram todas as possibilidades. Os projetos de vida que os jovens idealizam abrem portas a um vazio temporal de enchimento adiado. Projetos de vida cujos trajetos nem sempre são alcançados (PAIS¹⁰⁸, 2006). Todavia,

para muitos jovens, o projeto hoje é sobreviver, isto é, criar estratégias para lidar com qualquer adversidade que possa surgir na vida e não sucumbir a tal desventura.

Considera-se que esses jovens estão em “situação de risco social”. A percepção do “risco” atrela-se a um ato propriamente consumado ou a possibilidade de isso vir a acontecer. Deste modo, a “situação de risco” apoia-se em diversas eventualidades, como local de moradia, as próprias famílias vistas como “desestruturadas”, a falta de escolaridade e a percepção da ambígua relação de medo e fascínio pelo tráfico de drogas (PICCOLO⁴², 2010). Kelly¹²⁴ et al. (2012) afirma que estes jovens muitas vezes são acolhidos por distintos grupos, sobretudo os “marginalizados”, isto é, as gangues existentes nestas localidades. A violência das gangues sobre a saúde dos jovens também constitui uma preocupação crescente de saúde pública. Em geral, o “contexto” no qual o jovem está inserido, que pode ser entendido como a rede de relações da qual participa, em diversas ocasiões pode lhe colocar em situação de risco (PICCOLO⁴², 2010).

É nesta conjuntura que cabe analisar a forma como se constituem as estratégias desenvolvidas pelos jovens para lidar com estas inconstâncias e estigmas, sobretudo, seus *campos de possibilidades* e a forma que estes interferem na elaboração de seus *projetos* de vida, a fim de desenvolverem suas trajetórias, de acordo com o contexto e a realidade social nos quais estão inseridos.

A *priori* Velho¹²⁵ (2003) entende que *projeto* não é um fenômeno puramente interno e subjetivo, mas formula-se e é elaborado dentro de um *campo de possibilidades*, circunscrito histórica e culturalmente. Nos termos de Shultz, Velho¹²⁵ (2003) denomina que *projeto* é “a conduta organizada para atingir finalidades específicas” (p.40). Desse modo, ao retomar o tópico anterior, sobre memória e identidade, as falas de Velho¹²⁵ (2003) ratificam essa relação:

“A consistência do *projeto* depende fundamentalmente da *memória* que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar *projetos* [...] A *memória* e o *projeto* associam-se e articulam-se

ao dar significado à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria *identidade*” (p.101).

Para Velho¹²⁵ (2003), a memória é fragmentada, de modo que o sentido que o indivíduo dá a si mesmo depende da organização de seus fragmentos ao longo de sua trajetória. Cumpre observar que a construção de um projeto não é um processo contínuo ou homogêneo, portanto, deve ser compreendido em suas multiplicidades. Ou seja, o indivíduo traça seu projeto influenciado pelo *campo de possibilidades* em que está inserido. O *campo de possibilidades*:

“trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura. O projeto no nível individual lida com a performance, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas em avaliações e definições da realidade. Estas, por sua vez, nos termos de Schutz, são resultado de complexos processos de negociação e construção que se desenvolvem com e constituem toda a vida social, inextricavelmente vinculados aos códigos culturais e aos processos históricos” (Velho¹²⁵, 2003, p. 28).

Assim, o campo de possibilidades diz respeito a uma dimensão sociocultural e um espaço para formulação e implementação de projetos, sendo o rol de alternativas que se apresenta ao indivíduo a partir de seus processos inter-relacionais sociais e históricos. Portanto, o campo de possibilidades é uma concepção essencial para compreender a maneira pela qual os projetos se movimentam ao longo de uma trajetória de vida, coerentemente ou não (VELHO¹²⁵, 2003).

Deste modo, pensando em projetos e campo de possibilidades, sobretudo, a respeito das (im)possibilidades que os jovens experienciam e como desenvolvem suas trajetórias, há de se considerar até que ponto esses contextos podem influenciar nesta construção.

4. METODOLOGIA

4.1 Tipo de Estudo

Este é um estudo de natureza qualitativa, realizado através de entrevistas individuais com jovens. A característica peculiar da pesquisa qualitativa atravessa as áreas das ciências sociais e humanas, permitindo a possibilidade de descrição, decodificação, interpretação e compreensão dos sentidos atribuídos aos fenômenos no mundo social (NUNES¹²⁶, 2008).

Trivinos¹²⁷ (1995) argumenta ainda que a pesquisa qualitativa está impregnada de significados que o ambiente lhe outorga, sendo produto de uma visão subjetiva e que intenta não só à aparência do fenômeno, como também sua essência. Gaskell¹²⁸ (2002) ressalta que a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas explorar o espectro de opiniões, e as diferentes representações e experiências sobre o assunto em questão.

Malinowski¹²⁹ (1990) salientou a importância que, para uma pesquisa de campo, os participantes, chamados por ele de *nativos*, têm de ser considerados em todo seu contexto, abrangendo cada sentido e significados dados pelos mesmos, de forma que possa alcançar uma *interpretação nativa*, para, assim, poder obter o *sentido da vida "tribal"*. Esse autor afirma que: “*Um etnógrafo que se propõe a estudar apenas religião ou somente tecnologia, ou simplesmente organização social, delimita um campo artificial para a pesquisa, e será seriamente prejudicado em seu trabalho*” (p.47).

Deste modo, observa-se como é necessária uma pesquisa que não estuda nem vê somente um aspecto de seu objeto de pesquisa, visto que assim, corre-se o risco de criar

um campo artificial de análise, pois quando foca-se em apenas uma coisa, priva-se de outra. Minayo¹³⁰ (2006a) destaca que os meandros das relações sociais trabalham com o universo de significados, experiências, crenças e valores, conhecendo e explicando toda essa dinâmica. Em outras palavras, a pesquisa qualitativa tende muitas vezes a maximizar a variedade do fenômeno desconhecido (BAUER e AARTS¹³¹, 2002).

4.2. Campo de estudo: O Complexo da Maré

Denominado oficialmente bairro Maré, o Complexo da Maré é um conglomerado de pequenos bairros, sub-bairros ou comunidades e conjuntos habitacionais, situado na região da Leopoldina na Zona Norte do Rio de Janeiro. É constituído por 16 favelas/comunidades. O termo oficial (bairro) utilizado para a Maré se entrelaça com concepções cotidianas de reconhecimento social desse território como – favela ou Complexo. O bairro Maré é emoldurado pela Avenida Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela, principais vias da cidade do Rio de Janeiro. Foi oficialmente reconhecido como bairro no ano de 1994, através da Lei Nº 2119, de 19 de janeiro do mesmo ano (DINIZ, BELFORT e RIBEIRO¹²², 2012; SILVA¹³², 2012).

Toda a região da Maré era ocupada por pântanos e manguezais junto à orla da Baía de Guanabara e abrangia vários acidentes geográficos que desapareceram com os sucessivos aterros. O termo “Maré” tem origem no fenômeno natural que afligia os moradores das palafitas que ocuparam a região⁶.

Em documento lançado em 2017 sobre o panorama do território do Complexo da Maré, o Instituto Pereira Passos (IPP)⁷ descreve que essa área tem 129.770 habitantes,

⁶ Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro - <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/armazenzinho/web/BairrosCariocas/Bairros.asp?varea=Jacarepagua#Jacarepagua>

⁷ Fonte: Instituto Pereira Passos, com base em IBGE, Censo Demográfico (2010) - <http://www.riomaisocial.org/wp-content/uploads/2017/01/1-Panorama-dos-Territórios-Mare.pdf>

distribuídos em 41.759 domicílios. Dentre as comunidades que a conformam, Parque União é a mais populosa: 19.662 habitantes. As comunidades Nova Holanda e Parque Maré vêm em seguida com 13.341 e 12.421 habitantes, respectivamente. A comunidade Avenida Canal II é a que apresenta a menor população, com apenas 12 habitantes.

No que diz respeito à área, novamente a comunidade Parque União se destaca por ser a mais representativa, com 225.173 m², enquanto a comunidade Maré (Rua Guilherme Frota) é a que possui a menor área, com 1.292 m². O número médio de habitantes por domicílio é de 3,11 pessoas, um pouco superior à média do município do Rio de Janeiro (2,9). De fato, a maior diferença entre as áreas está na densidade demográfica: enquanto que no município do Rio de Janeiro a média é de 110,7 hab/ha, na Maré esse número é de 596 hab/ha.

O processo intenso de ocupação do terreno local é um fator básico na definição de alguns aspectos da paisagem da Maré. Destaca-se, em particular, a ausência de árvores, o rareamento de espaços vazios, a verticalização das residências e a intensa circulação de pedestres e diversos meios de transporte (SILVA¹³², 2012).

Considerando toda a área da Maré, segundo o IPP⁸, a porcentagem de mulheres (50,92% - 62.567 hab.) é um pouco maior que a de homens (49,08% - 60.304 hab.), seguindo o padrão da cidade do Rio de Janeiro. Contudo, quando as comunidades e conjuntos são considerados individualmente, percebe-se que em algumas destas áreas a porcentagem de homens revela-se superior a de mulheres, como nas comunidades Parque Rubens Vaz, Comunidade Vila do Pinheiro, Avenida Canal, Avenida Canal II e Pata Choca e nos conjuntos habitacionais Bento Ribeiro Dantas e Vila do João. Em relação aos grupos etários, a maior parcela é de pessoas de 30 a 64 anos (50.653 hab.). Mas, é significativo o número de jovens entre 15 e 29 anos (35.265) que vem logo em

⁸ Ibidem.

seguida. Ainda sobre essa faixa etária (15 a 29 anos), o número de pessoas do sexo feminino supera ligeiramente o do sexo masculino, visto que esse grupo etário é composto por 17.791 mulheres e 17.474 homens.

No que diz respeito à taxa de alfabetização, segundo o IPP⁹, foram considerados três recortes etários (de 8 a 9 anos; de 10 a 14 anos; e 15 ou mais anos de idade). As comunidades com maior número de crianças, entre 8 a 9 anos, não alfabetizadas são Parque União (52), Parque Maré (52) e Nova Holanda (59). Foram encontradas 498 crianças, de um total de 4.157 meninos e meninas, que indicaram não saber ler nem escrever, correspondendo 12% do total de crianças na faixa etária considerada, a diferença entre o número de meninos e meninas é bastante sutil: são 2.083 meninos contra 2.074 meninas. Entre crianças de 10 a 14 anos de idade, são 391 as crianças encontradas nesta faixa etária que não sabiam ler nem escrever de um universo total de 11.413. Isto representa uma taxa de analfabetismo de 3,4%, ainda consideravelmente acima da taxa da cidade do Rio de Janeiro (2,0%), 92% delas estão concentradas nas comunidades Parque Roquete Pinto, Parque Rubens Vaz, Parque União, Ramos, Baixa do Sapateiro, Parque Maré e Nova Holanda e nos conjuntos Salsa e Merengue, Nova Maré, Vila do João e Vila Pinheiros. No conjunto de 391 pessoas não alfabetizadas, há um número relativo maior de analfabetos do sexo masculino do que do sexo feminino, sendo 235 homens, e 156 mulheres. Isto representa uma proporção de aproximadamente 60% e 40%, aproximadamente. Quando os dados de alfabetização para pessoas maiores de 15 anos são organizados por sexo, percebe-se uma tendência inversa a das outras faixas etárias consideradas. Verifica-se que em áreas de implantação de UPPs da Maré, o número absoluto de mulheres que indicaram não saber ler nem escrever é significativamente maior do que o de homens: enquanto 3.420 homens nesta faixa não

⁹ Ibidem

sabem ler nem escrever, 3.685 mulheres estão nesta condição. Isto é, do total de pessoas não-alfabetizadas, 48% são homens e 52% são mulheres neste recorte etário.

A população da Maré possui, em sua maioria, a classe mais explorada pelo sistema capitalista: a da população de baixa renda (WIMMER e FIGUEIREDO¹³³, 2006), com ocupações desordenadas dos espaços, não seguindo às diretrizes de urbanização. O processo de favelização resultou da falta de uma política de habitação coerente com as necessidades da população local, levando a um aumento de moradias precárias.

O Instituto Pereira Passos também escolheu trabalhar com os dados sobre a renda dos responsáveis pelos domicílios, uma vez que os mesmos possibilitam um melhor entendimento sobre as condições de inserção no mercado de trabalho. Pode-se presumir que, quanto menor a renda do responsável pelo domicílio, pior é sua inserção no mercado de trabalho. Da mesma maneira, a renda mais elevada indica que as condições de inclusão no mercado de trabalho são favoráveis. Assim sendo, dividiu-se às seguintes faixas de renda: até ½ de salário mínimo; mais de ½ até 1; mais de 1 até 2; mais de 2 a 3; e superior a 3 salários mínimos.

“O cruzamento entre sexo e renda dos responsáveis pelos domicílios indica tendências inerentes ao mercado de trabalho e ao papel da mulher na sociedade atual. Nas primeiras faixas de renda as mulheres constituem a ampla maioria: são 607 mulheres contra 135 homens na faixa que vai até ½ SM e 6.959 mulheres contra 5.822 homens na faixa superior a ½ SM até 1 SM), o que indica profunda precarização de suas condições de trabalho. Já nas faixas de renda que apresentam os maiores rendimentos as mulheres surgem como minoria em relação aos homens (são apenas 695 mulheres contra 2.997 homens na faixa superior a 2 SM até 3 SM e 340 mulheres contra 1.652 homens na faixa superior a 3 SM), fato que demonstra, mais uma vez, um déficit dos rendimentos das mulheres frente à parcela masculina. Estes dados corroboram a tendência nacional observada no mercado de trabalho, em que, de um modo geral, mulheres ganham menos, seja por receberem salários menores que os conferidos aos homens - mesmo quando ambos ocupam as mesmas funções.” (IPP¹⁰, 2017, p.38).

Um diagnóstico socioambiental do bairro da Maré mostrou que dentre os problemas que mais afligem as pessoas estão: a violência entre jovens, os crimes envolvendo assassinatos, o comércio crescente de drogas, a violência contra crianças e

¹⁰ Ibidem.

mulheres, a prostituição de menores, os assaltos a residências e o trabalho infantil (PEREIRA e ANDRADE¹³⁴, 2011). Há ainda uma alta taxa de desemprego, violência armada, envolvendo especialmente a juventude, além do próprio preconceito e discriminação (SILVA¹³², 2012). Esses resultados demonstram como as violências permeiam distintos espaços, num imbróglio de manifestações, afetando, sobretudo os (as) jovens.

Na Maré, assim como na cidade do Rio em geral, o cotidiano é rodeado pelo medo da violência (MARTELETO e STOTZ¹³⁵, 2009). Considerar a violência enquanto fenômeno presente e perene nas cidades brasileiras remete à compreensão de uma realidade marcada pelo medo (QUEIROZ e LACERDA⁷³, 2005). Portanto, faz-se necessário destacar que os territórios da Maré pesquisados são marcados significativamente pela violência e pelo tráfico de drogas. As frequentes brigas entre facções rivais ligadas ao tráfico de drogas e as invasões policiais constantemente retiram o sono e a paz dos moradores, negando-lhes o direito de cidadania mais elementar: a liberdade de ir e vir (MARTELETO e STOTZ¹³⁵, 2009).

A convivência forçada com a violência não pode ser confundida com convivência. O que as pessoas acabam sendo obrigadas a fazer é encontrar um *modus vivendi* para continuar com suas vidas. É óbvio que isso tem um preço traduzido muitas vezes de forma trágica na perda de algum parente, de um ente querido, de um vizinho ou de conhecidos. Outras vezes, as marcas da violência ficam gravadas no corpo por meio de doenças geradas pela tensão, pelas “balas perdidas”, pelo medo e pelo sentimento de impotência (DINIZ, BELFORT e RIBEIRO¹²², 2012).

Silva¹³² (2012) desenvolveu sua tese de doutorado no bairro da Maré e apontou algumas demandas de gerações que residiram e residem nesse território. Ela denominou de demandas de primeira, de segunda e de terceira geração. Assim, as demandas de

primeira geração teriam como foco a busca de acesso a serviços materiais básicos como os que estão circunscritos na oferta regular de água, energia, pavimentação, telefonia pública e saúde. Na ocasião, aquelas demandas ainda orientavam, em grande medida, a agenda das ações e reivindicações da Associação de Moradores da Nova Holanda e de suas congêneres.

As demandas de segunda geração, por sua vez, podem ser definidas como o acesso a serviços mais sofisticados, abrangentes e de melhor qualidade em campos como educação, cultura e bem-estar. Nesse caso, trata-se de ampliar o cardápio e melhorar a qualidade dos serviços e equipamentos públicos; aumentar os níveis de escolaridade, até alcançar o ensino superior; garantir o acesso a línguas estrangeiras, à informática, aos cursos que permitam o acesso a empregos de maior qualidade técnica (SILVA¹³², 2012).

Já as demandas de terceira geração tratam de aspectos relacionados às subjetividades e identidades dos sujeitos, tais como o direito à diferença, em todas as suas dimensões, e a luta pelo direito à dignidade, em todos os níveis. Nesse caso, questões vinculadas ao gênero, à etnia, à opção sexual, à segurança, e, enfim, aos direitos humanos definem essa nova agenda (SILVA¹³², 2012).

Tendo em vista o contexto e o imaginário de violência presentes na Maré e na cidade como um todo, multiplicam-se os desafios. Portanto, apesar de já existirem diversas pesquisas realizadas na área, torna-se necessário ainda construir novas interpretações e visões sobre essa “complexa” região, sempre levando em conta sua diversidade e o ponto de vista de seus moradores, bem como a rica pluralidade existente de seus grupos sociais.

4.2.1 Local do estudo: Instituto Vida Real

A escolha pelo Instituto Vida Real (IVR) deveu-se ao fato de já ter trabalhado, como psicólogo nessa instituição. O IVR é uma organização não governamental (ONG) sem fins lucrativos, cuja missão é contribuir para a melhoria da qualidade de vida de adolescentes e suas famílias, procurando garantir a promoção e proteção dos direitos básicos na convivência familiar e comunitária. Visa oferecer novas perspectivas pessoais, utilizando a educação como ferramenta estratégica.

O IVR teve sua origem quando, em 2004, a equipe de um documentário formada por cineastas e jornalistas, chegou à comunidade Nova Holanda, para realizar um filme sobre a educação de jovens em situação de risco e em conflito com a lei. Essa equipe encontrou ali o líder comunitário Sebastião Antônio de Araújo, que trabalhava como inspetor em um colégio estadual e os encantou pelo seu desejo de “construir algo para retirar aqueles meninos e meninas da vida do crime”. O empenho e entusiasmo de sua luta e o desejo de mudar a vida desses jovens contagiaram a todos os envolvidos na filmagem que, a partir desse momento, resolveram apoiá-lo na criação de um projeto voltado para os adolescentes dessas comunidades.

Criou-se, então, o Projeto Vida Real, que começou a desenvolver atividades de reforço escolar, informática, palestras e o encaminhamento de adolescentes para outros cursos.

Em 2005, a ONG Instituto da Criança passou a apoiar o projeto, possibilitando que o Vida Real organizasse sua estrutura operacional e ampliasse seu funcionamento e sua equipe de trabalho. A partir de 2006, em função da ampliação progressiva de suas ações, o projeto foi formalizado e passou a ser a organização não governamental sem fins lucrativos Instituto Vida Real.

Essa instituição recebe jovens, rapazes e moças, entre 12 e 18 anos, moradores de comunidades. Muitos desses chegam por demanda espontânea acompanhados de

seus respectivos responsáveis, que também são assistidos, tal como, outros membros da comunidade. Ademais, os jovens chegam ao IVR através de encaminhamentos pelo Centro de Referência da Assistência Social/CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social/CREAS e Varas da Infância e da Juventude, como parte de suas medidas protetivas ou socioeducativas, de modo a contribuir para a inclusão social e ressocialização destes jovens. O Instituto Vida Real atende hoje cerca de 600 pessoas ao longo do ano.

O IVR não só traz ao cotidiano dos jovens moradores das comunidades da Maré novas atividades extracurriculares, tais como oficinas variadas (incluindo grafite, música, fotografia, serigrafia e artesanato), reforço escolar e informática, mas também busca promover a integração da família ao espaço da ONG, fornecendo atendimento psicossocial aos seus membros, a fim de assistir os jovens e seus familiares de forma mais aprofundada.

Atualmente, o IVR, além de outras ONGs que oferecem atividades para crianças e jovens, estão ameaçadas pela crise estadual¹¹.

4.2.2 Os participantes do estudo: seleção, acesso e autorizações

Minayo¹³⁰ (2006a) observa que numa pesquisa social de abordagem qualitativa, a composição da amostra não passa pela representatividade numérica e sim pela representatividade de complexidade do objeto em estudo. Victora¹³⁶ (2011) também salienta que na pesquisa qualitativa um dilema decorre entre quantidade e qualidade. Não se trata de *com quantas* pessoas se conversa, mas *sobre o que* se conversa e *como* se conversa, principalmente porque a definição dos entrevistados, bem como do número

¹¹ Fonte: <http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-08-27/esperanca-em-risco-nas-comunidades.html>

de indivíduos envolvidos, está diretamente relacionada ao problema a ser estudado. Trata-se, muitas vezes, de uma seleção de entrevistados dentro daquilo que se convencionou chamar de universo de pesquisa. Portanto, não se trata de estabelecer um número grande de entrevistados, mas o importante é selecionar as pessoas certas (isto é, pessoas que possuem características ou vivem em circunstâncias relevantes para o fenômeno social que está sendo estudado) e analisar de maneira ética, minuciosa e reflexiva.

Os participantes do presente estudo foram jovens do bairro Maré, sobretudo, os matriculados e os residentes no entorno da ONG (que abarca as favelas da Nova Holanda e Parque União). Como critério de inclusão, buscou-se jovens de ambos os sexos, que tinham nascido na comunidade da Maré ou que nela residiam há pelo menos dois anos, e que estivesse com idade entre 16 a 18 anos. Estudos apontam que faixas etárias próximas podem facilitar o processo de investigação para estudos que visam analisar significados comuns, de um mesmo fenômeno, entre distintos sujeitos, de forma que, mudanças discrepantes na faixa etária do público infanto-juvenil demonstram exercer considerável diferença no desenvolvimento das habilidades intelectuais, na capacidade criativa e na forma de vê o mundo (WECHSLER¹³⁷ et. al., 2010).

A seleção dos participantes do estudo ocorreu por conveniência, sobretudo por meio do tipo de *amostragem em bola de neve* (BIERNACKI e WALDORF¹³⁸, 1981), que serve para se estudar populações difíceis de encontrar ou difíceis de estudar (BERNARD¹³⁹, 2005), bem como, quando não há precisão sobre sua quantidade (VINUTO¹⁴⁰, 2014). Nela são utilizados informantes-chave e/ou documentos para localizar uma ou duas pessoas em uma população (BERNARD¹³⁹, 2005).

É uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, como uma espécie de rede, tendo a seguinte execução: um indivíduo é contactado e, em seguida, indica outras pessoas de seu relacionamento para que também participem da pesquisa. Para tanto, um número inicial de pessoas, que, preferencialmente, conhece muitos componentes da população a ser estudada, indica quem poderá participar. Esse grupo recebe a designação de “sementes¹²”, por serem os primeiros indivíduos recrutados (GOODMAN *apud* ALBUQUERQUE¹⁴¹, 2009).

Albuquerque¹⁴¹ (2009) destaca que em alguns estudos as “sementes” recrutam o maior número de pessoas possível; em outros, os próprios pesquisadores podem efetuar esse recrutamento, por meio de agentes que atuam em um dado campo, com conhecimento aprofundado e trânsito em uma dada comunidade (são os *outreach workers* - *Trabalhadores de proximidade*).

No caso deste estudo, os jovens que estavam matriculados na ONG foram as sementes que indicaram outros jovens que residiam na comunidade local.

Vinuto¹⁴⁰ (2014) ressalta que a amostragem em bola de neve não é um método autônomo, no qual, a partir do momento em que as sementes indicam nomes, a rede de entrevistados aumenta por si mesma, já que os entrevistados não são procurados ao acaso, mas a partir de características específicas que devem ser verificadas a cada momento.

O acesso aos jovens participantes, *a priori*, se deu após a autorização do diretor da ONG, permitindo a realização das entrevistas na instituição e com os jovens que residem na comunidade local. Esse pedido foi feito por meio de uma carta, solicitando esta autorização (ANEXO I). Após isso, ocorreu um contato prévio com os jovens, que

¹² *Sementes* são indivíduos que iniciam um processo de amostragem utilizando cadeias de referência, e os quais são escolhidos de forma não aleatória. São os sujeitos que recebem a designação de “sementes”, por serem os primeiros indivíduos contactados e recrutados. Os que são recrutados em seguida são chamados de “filhos” das “sementes” (ALBUQUERQUE¹⁴¹, 2009).

após uma apresentação coletiva, numa reunião, alguns demonstraram interesse em participar da pesquisa. Foi de certa forma surpreendente esse entusiasmo e disposição por parte destes(as) jovens (média de 13 jovens que estavam na apresentação. Os demais jovens estavam em outras atividades). Julguei previamente que eles estariam mais “fechados” à pesquisa. Até porque, eu era um estranho para eles. Contudo, alguns desses não se enquadravam nos critérios de inclusão, tendo sido explicado quem participaria e quem não poderia participar da pesquisa.

Após esse primeiro momento, dentre os interessados, quatro jovens (três meninas – uma com 16 anos, duas com 17 anos e; um menino – com 17 anos) permaneceram, e a partir dessas sementes foram alcançados mais seis jovens (quatro meninas – tendo uma com 16 anos, outra com 17 anos e duas com 18 anos; mais dois meninos – um com 16 e outro com 18 anos), perfazendo um total de dez jovens entrevistados (sete meninas e três meninos), que foram abordados individualmente, para explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa (objetivos, métodos e/ou procedimentos para coleta de dados, benefícios e riscos que pudessem acarretar, anonimato, bem como o direito do mesmo de não querer participar). Mediante a aceitação espontânea dos jovens, foi feito um contato telefônico com seu representante legal, a fim de solicitar o seu consentimento. De acordo com a disponibilidade e permissão de cada responsável para a participação do jovem, o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) foi assinado na instituição e, em dois casos, em sua própria residência.

Deste modo, a concessão para realização das entrevistas ocorreu em três instâncias: (1) inicialmente, mediante a autorização da instituição; (2) através da aceitação dos próprios jovens; e (3) por intermédio da autorização dos responsáveis pelos jovens. Tomou-se o cuidado de esclarecer o objetivo e o caráter sigiloso da

pesquisa, bem como o procedimento das entrevistas. Os jovens e seus responsáveis foram devidamente informados sobre a utilização das informações obtidas no estudo. Após os referidos consentimentos, iniciou-se a coleta de dados.

4.3 Coleta dos dados

4.3.1 Entrevista

A coleta de dados foi realizada por meio da técnica de entrevista narrativa (JOVCHELOVITCH e BAUER¹⁴², 2002), com o foco nas histórias de vida narradas pelos(as) jovens, valorizando suas memórias e experiências de forma geral, sobretudo frente/com a violência (POLLAK¹⁰⁶, 1989; POLLAK¹⁰⁵, 1992). Teve-se como norte a necessidade de acessar a história desses jovens que vivem em territórios hostis, sobretudo as experiências e significados que dão à violência.

A narrativa é uma técnica de pesquisa empregada no âmbito da metodologia da pesquisa social em saúde como forma de obter acesso aos sentidos atribuídos e à experiência dos indivíduos e de seus esquemas interpretativos no que concerne à realidade da vida cotidiana (LIRA, CATRIB e NATIONS¹⁴³, 2003). Jovchelovitch e Bauer¹⁴² (2002) ressaltam que estudos com narrativas estão relacionados com a crescente consciência do papel que o contar histórias desempenha na conformação de fenômenos sociais. Pollak¹⁰⁵ (1992) compreende que a permanência da memória ligada à história ou eventos da vida são promotores de narrativas.

Existem dois níveis de estruturação de sentidos: o das representações sociais e o da reconstrução da experiência. Entretanto, a narrativa, enquanto técnica de pesquisa, mostra-se intrinsecamente relacionada à estrutura da experiência (LIRA, CATRIB e

NATIONS¹⁴³, 2003). Por isso, optou-se por focar no campo das experiências. Ademais, trabalhar com memórias é ir além das representações sociais, mas, acima de tudo é investigar a própria constituição do sentido de si, de identidade e de pertencimento a um grupo, no qual o sujeito está socialmente inserido e considerado normal (POLLAK¹⁴⁴, 2010).

Para Gaulejac¹⁴⁵ (1999) as narrativas apresentam um rico material de análise porque são subjetivas, atemporais e vividas psicologicamente, ao passo que a história de vida se vincula, sobretudo, ao objetivo, ao cronológico e ao que é vivido no tempo social.

Gaskell¹²⁸ (2002) afirma fundamentalmente que em uma entrevista em profundidade bem feita, a cosmo visão pessoal do entrevistado é explorada em detalhe. O entrevistado possui o papel central nesse palco de coleta de dados: seu ponto de vista pessoal reflete os resíduos ou memórias de conversações passadas e a sua construção pessoal do passado é refletida neste processo. No decurso de tal entrevista, é fascinante ouvir a narrativa em construção. Alguns elementos são muito bem lembrados e detalhes e interpretações falados podem até mesmo surpreender o próprio entrevistado. Talvez seja apenas falando que nós podemos saber o que pensamos.

As entrevistas narrativas se caracterizam como ferramentas não estruturadas, uma vez que as perguntas que estruturam um suposto roteiro não possuem um caráter interrogativo, mas dão a entender que o que entrevistador faz é solicitar ou pedir que o entrevistado conte sua história de vida ou determinada fase desta história (SCHUTZE¹⁴⁶, 2013). Nesta técnica também se visa a profundidade de aspectos específicos a partir dos quais emergem histórias de vida. Esse tipo de entrevista visa encorajar e estimular o sujeito entrevistado a contar algo sobre algum acontecimento

importante de sua vida e de seu contexto social. A técnica recebe seu nome da palavra latina *narrare*, relatar, contar uma história (JOVCHELOVITCH e BAUER¹⁴², 2002).

Embora as experiências possam parecer únicas ao indivíduo, os significados e representações de tais experiências não surgem das mentes individuais, mas são o resultado de processos sociais (GASKELL¹²⁸, 2002). Como assinala Pollak¹⁴⁴ (2010), *“toda entrevista ‘individual’ põe em jogo, indiretamente, uma multiplicidade de definições do grupo e de ligações com o passado”* (p.12).

Deste modo, as narrativas combinam histórias de vida a contextos sócio-históricos, ao mesmo tempo em que as narrativas revelam experiências individuais e coletivas que podem lançar luz sobre as identidades dos indivíduos e as imagens que eles têm de si mesmos (CRESWELL¹⁴⁷, 2014). De igual modo, Pollak¹⁰⁶ (1989) afirma que as histórias de vida devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais, visto que a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência. Além disso, ao contar sua vida, em geral, o sujeito tenta estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos chaves. Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo, o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros (POLLAK¹⁰⁶, 1989). Ademais, contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal (JOVCHELOVITCH e BAUER¹⁴², 2002).

Segundo Jovchelovitch e Bauer¹⁴² (2002), a entrevista narrativa se processa através de algumas fases: ela começa com a iniciação, move-se através da narração e da fase de questionamento e termina com a fase da fala conclusiva. Para cada uma dessas fases, é sugerido determinado número de regras. Mas, em geral, os passos da entrevista narrativa são: (1) *Preparação*: exploração do campo e formulação de questões

exmanentes (aquelas que refletem o interesse do pesquisador, que se articulam com as questões da pesquisa ou questões norteadoras); (2) *Início*: começar gravando e apresentar o tópico inicial; (3) *Narração central*: não interromper, apenas encorajamento não-verbal ou paralinguístico para continuar a narração; (4) *Fase de questionamento ou perguntas*: ir de questões exmanentes para imanentes (os temas, tópicos e relatos de acontecimentos que emergem da narrativa e que permitem esclarecer dúvidas, podendo ser uma porta de entrada para a análise posterior); (5) *Fala conclusiva*: parar de gravar e continuar a conversação informal; e (6) *Construir um protocolo de memórias da fala conclusiva*.

Em geral, questões exmanentes e imanentes podem se sobrepor totalmente, parcialmente ou não terem nada a ver umas com as outras. O ponto crucial da tarefa é traduzir questões exmanentes em questões imanentes, ancorando questões exmanentes na narração, e fazendo uso exclusivamente da própria linguagem do entrevistado. No decurso da entrevista, a atenção do entrevistador deve estar focada em questões imanentes, no trabalho de tomar anotações da linguagem empregada, e em preparar perguntas para serem feitas posteriormente, em tempo adequado (JOVCHELOVITCH e BAUER¹⁴², 2002). O roteiro de perguntas que guiou a entrevista encontra-se no Anexo III.

As entrevistas ocorreram no espaço da ONG (IVR), em uma sala onde são atendidos os alunos, seus familiares e demais membros da comunidade local. Foi realizada uma entrevista com cada participante, levando aproximadamente 45-55 min. Os encontros com cada jovem foram marcados de acordo com a disponibilidade de cada um. As entrevistas foram registradas através de gravação de áudio, e, em seguida transcritas, procurando sempre assegurar o sigilo e o caráter confidencial das respostas dadas pelos participantes.

Os jovens foram convidados a contar suas histórias de vida, produzindo suas narrativas de forma individual. Para isso, foram utilizadas algumas “questões exmanentes”, como um “tópico inicial” (JOVCHELOVITCH e BAUER¹⁴², 2002) para facilitar o processo de produção das narrativas, tal como o que se segue:

“Fale um pouco sobre você, desde quando era pequeno até esse momento atual, contando como é o seu dia a dia... Durante esse processo, conte sobre suas experiências e relações que estabeleceu em casa, na escola, aqui na comunidade, entre outros lugares que foram importantes para você. Disponha do tempo que precisar para isso, com bastante calma e em detalhes”.

A partir dessas questões, foi oferecido um ambiente adequado e descontraído para que os jovens contassem suas histórias da forma que se sentissem o mais à vontade possível, dispondo do tempo que julgassem necessário, objetivando o estabelecimento de vínculo.

4.3.2 A observação e as facilidades/dificuldades encontradas no campo

“A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa. É, todavia, na fase de coleta de dados que o seu papel se torna mais evidente. A observação é sempre utilizada nessa etapa, conjugada a outras técnicas ou utilizada de forma exclusiva. Por ser utilizada, exclusivamente, para a obtenção de dados em muitas pesquisas, e por estar presente também em outros momentos da pesquisa, a observação chega mesmo a ser considerada como método de investigação.” (GIL¹⁴⁸, 2008, p.100).

O ato de observar é um dos meios mais freqüentemente utilizados pelo ser humano para conhecer e compreender as pessoas, as coisas, os acontecimentos e as situações. Vale ressaltar que não se trata de uma observação simples, utilizada no dia a dia. É uma técnica de observação sistemática, com arrimo em princípios teórico-filosóficos, que propicia a participação mais intensa possível do pesquisador nas vivências dos grupos e acontecimentos julgados importantes para melhor compreendê-los (QUEIROZ¹⁴⁹ et al., 2007; MINAYO¹³⁰, 2006a).

Neste aspecto, o objetivo da observação foi coletar informações a fim de complementar os depoimentos, que, em geral, esses dados serão expostos neste tópico. *A priori*, a técnica de observação participante foi a opção para tal fim, pois, compreender como os jovens significam e representam seu mundo é fundamental no processo de aproximação das dimensões subjetivas e objetivas dos mesmos. No entanto, foi um longo percurso que apresentou algumas dificuldades, dificuldades estas que serão apresentadas mais adiante. Assim, optou-se por não realizar uma etnografia propriamente dita, isto é, apreender tal realidade pela observação participante, porém foi inevitável não realizar uma observação como método de investigação.

Deste modo, buscou-se realizar uma observação direta¹³, onde o próprio investigador coletou dados, sem intervenção dos observados, através de um guia previamente elaborado que orientou o que observar. Assim, este estudo se limitou observar a dinâmica e o cotidiano dos jovens na ONG, analisando os aspectos verbais e não verbais e aquilo que ele revela: condutas instituídas e os códigos de comportamento, os modos de vida, a organização espacial dos grupos, buscando mergulhar no cotidiano dos jovens, visando conhecer, de modo concreto, suas práticas, dinâmicas próprias, e seus pontos de vista, que também trazem em seu bojo fragmentos de seus espaços de socialização – casa, escola, bairro de moradia. Além de informações obtidas através de declarações dos responsáveis a partir de conversas informais.

O papel do pesquisador no campo

Partindo de uma perspectiva a respeito da identidade de um pesquisador, cabe refletir qual é o papel deste no campo de pesquisa. Neste transcurso, sendo, em parte, um “estranho” no local, em virtude de nenhum jovem ser conhecido, tal como alguns

¹³ Para Lopes¹⁵⁰ (1994), a observação direta dos fatos no processo de pesquisa em Comunicação Social, a partir de situações interativas, permite o registro de diversos fatores, sendo estes esperados ou não, que surgem no decorrer da investigação.

funcionários, foi um processo natural despertar curiosidade. Eu não fui reconhecido como um representante da instituição (como educador, professor ou qualquer funcionário), pois não pertencia a um conjunto de rostos “conhecidos” que compunham o cotidiano da instituição e dos moradores do bairro da maré. Embora, já tivesse trabalhado ali, na ONG, os alunos e alguns funcionários já não eram mais os mesmos. Contudo, após ser identificado como psicólogo, alguns achavam que eu estaria ali pra tratar de algum problema específico de alguns jovens. Como uma jovem me abordou no corredor da ONG: *“Tio, você é psicólogo né!? Você veio aqui pra tratar a gente?”*. Pergunto: *“mas o que você acha que eu poderia tratar em vocês? Vocês têm algum problema a ser tratado?”*. Ela respondeu: *“Ah, sei lá, porque às vezes a gente passa por uma porção de coisa, né!? Que a gente tem medo de acabar ficando igual o Davi [Davi é um jovem de 21 anos, de estrutura psicótica, diagnosticado com esquizofrenia]”*. Isso demonstra a dificuldade de se fazer clara e estabelecer a minha identidade e papel enquanto pesquisador, para assim, possibilitar um distanciamento que permitiria enxergar a construção da realidade social protagonizada por esses sujeitos com mais nitidez. Além disso, a fala da jovem revela uma angústia diante do desconhecido e o medo de situações traumáticas do cotidiano afetar sua saúde mental, levando-a à “loucura”.

Houveram outras situações de estranhamento que enfatizaram meu papel de “alguém de fora” da comunidade. Uma jovem da comunidade convidada a participar deste estudo me interrogou: *“Rafaela [nome fictício] me falou sobre esta pesquisa que você tá fazendo, mas é sobre o quê mesmo?”* Apresentei as motivações e expliquei a natureza da pesquisa, acreditando que eu havia elucidado em parte minha presença ali. Ela respondeu: *“Ah, você tá pesquisando a nossa violência!”*. A partir da afirmação dessa jovem é possível compreender que as minhas visitas esporádicas naquele território

me isentavam de experienciar as violências acometidas naquele local, pois numa primeira instância existe uma *apropriação simbólica* do fenômeno por aqueles que ali residem. Numa primeira análise, de fato, determinadas violências são caracteristicamente nativas, ou seja, só quem pode vivenciá-las são os seus moradores. Contudo, embora pareça estar alojada em um único território, a violência é um fenômeno polissêmico, é múltipla, e ainda que afete cada sujeito isoladamente, acaba repercutindo num coletivo social. Isso é o que ressalta Machado da Silva¹⁵¹ (2004) ao tomar a violência como um observador externo, tem de se considerar, sobretudo, que ela é uma representação coletiva, categoria do senso comum que designa um conjunto de práticas e relações sociais, apesar de constituir-se num modo de organização social que transforma-se numa “forma de vida” para muitos nativos de determinadas localidades.

Isto observa-se, através das várias formas de sociabilidade juvenis que estão atravessadas pelos modos como a violência se manifesta nos hábitos e rotinas cotidianas (MINAYO e SOUZA⁷², 1999). Ademais, percebe-se a recorrência de discursos, efetuados por pessoas “de fora”, que rotulam negativamente os espaços comunitários que são permeados por violências.

Adentrar no bairro para ir ao IVR foi um desafio. Pois, estabelecer vínculos de confiança não é fácil em nenhuma instância relacional, quanto mais no que diz respeito a relações flutuantes e esporádicas, como é o caso da relação pesquisador-pesquisado, pois acessar narrativas que, muitas vezes, envolvem experiências e episódios violentos exige muito esforço e carga emocional de ambas as partes. Todavia, apesar dos desafios, foi obtido êxito, e esses resultados serão apresentados mais adiante.

As nuances da observação

A “porta de entrada” na Maré foi através da ONG (IVR). Apesar de reconhecer a importância da ONG na vida dos jovens, sobretudo, o caráter educacional de suas atividades, não era interessante focar exclusivamente nelas nem somente naqueles que ali estavam matriculados, pois, assim, poderia privilegiar apenas um ponto de vista e uma respectiva vivência experiencial. Assim, optei por me debruçar igualmente na experiência de jovens não matriculados na ONG, contudo não deixaria de observar também o ambiente institucional. Becker¹⁵² (1997) já apontava algumas críticas à coleta de dados realizada no interior de instituições (no caso do autor, sua pesquisa era concernente a instituições de encarceramento). A esse respeito ele diz que estes atores sociais talvez contem apenas “histórias tristes” ou relatos autojustificativos de como chegaram a este ponto às instituições. Entretanto, Becker¹⁵² (1997) explica que a coleta em instituições não deve ser utilizada simplesmente por ser conveniente, mas também quando, por alguma razão, houver algum tipo de possibilidade estruturalmente restrita de acesso ao campo. Ademais, na pesquisa qualitativa não se busca saber se os entrevistados contam verdades ou mentiras, ou se até mesmo se vitimizam, pois tudo pode ser considerado material de análise. Tudo é interpretação da própria experiência vivida.

Portanto, na atmosfera institucional do IVR foi possível perceber que os jovens ficavam mais tolhidos em seus comportamentos, especialmente quando estavam na presença do diretor da ONG, visto que este impõe determinadas regras. Como uma espécie de “pai”, ele de alguma forma tentava colocar e ensinar limites aos adolescentes: *“A gente tem que ser duro com eles algumas vezes, e colocar limite neles, porque muitos não têm pai. Aí a gente muitas vezes tem que fazer o papel de um pra eles[...] E se a gente não for assim, eles não entendem os limites e não respeitam”*.

Observava-se o burburinho dos jovens pelo corredor e em uma das salas, onde estavam agitados e fazendo bagunça. Ao se aproximar do diretor da ONG uns gritavam: “*Olha o Chico* [nome fictício do diretor da ONG] *aí, olha o Chico aí*”. E rapidamente a balbúrdia cessava. Os jovens consideram o diretor como uma figura de autoridade e respeito.

Em outra situação, os alunos chegaram ao Instituto Vida Real um pouco eufóricos e agitados, pois logo pela manhã havia uma operação da polícia na comunidade da Maré. Pela fala e conversa entre alguns jovens, verificou-se que aquele fato (violento) vivenciado naquela manhã era significado e externado por eles como uma espécie de “jactância” ou “suntuosidade”. Eles comentavam: “*é, viver aqui não é pra qualquer um não. Aqui é sinistro, tem que ser de selva*¹⁴”. Ou seja, demonstrando que eles se consideravam, em parte, fortes por viverem cotidianamente situações adversas e semelhantes a estas, tendo sempre que se reinventarem. O processo de naturalização da violência transforma a visão que se tem dela e de si mesmo, gerando uma espécie de “adaptação”, para conseguir melhor lidar com ela e, desse modo, sofrer menos.

Outra ocasião onde se obteve informações pertinentes de apoio para a pesquisa foi a partir das declarações dos responsáveis. Essas informações foram obtidas em conversas informais, no momento da assinatura do TCLE, com os respectivos responsáveis, moradores da Maré. Para eles, o bairro como um todo é representado como um local violento e de forte participação do crime “organizado”. Embora, nesta etapa da pesquisa estivesse limitado apenas a colher as assinaturas e a observar, foi imprescindível não captar tais informações.

¹⁴ *Ser de Selva* – termo utilizado por um jovem que tem um primo militar. Este é um jargão militar que significa que “só os fortes permanecem ou sobrevivem”. No contexto militar são aqueles que permanecem e concluem o curso de guerra na selva oferecido pelo exército brasileiro, visto ser este um curso com grandes dificuldades, que exige dos alunos muita determinação e perseverança.

Por isso, muitos pais e responsáveis mostraram-se dispostos a contribuir com a pesquisa, expressando sua voluntariedade e empenho, acreditando, sobretudo, que esta poderia de alguma forma redundar em benefício para seus filhos. Todos os progenitores demonstraram-se preocupados com a ociosidade dos filhos dentro da favela, pois, segundo eles, é um lugar de muitas influências negativas. Esta foi uma crença que facilitou a realização do estudo.

Um aspecto diferencial identificado entre a fala dos responsáveis dos jovens que estão matriculados na ONG para aqueles que não têm os filhos inscritos no projeto, *a priori*, se encontra na fala dos primeiros, que têm uma expectativa no projeto social, como sendo uma espécie de recurso extra, que pode facilitar a vida dos filhos no âmbito profissional e educacional, provendo-os de responsabilidades e competências.

Dificuldades encontradas no campo

Devido ao curto espaço de tempo disponível para o trabalho de campo, não foi possível mapear alguns possíveis territórios de convivência dos jovens, a fim de identificar e obter dados que poderiam ser acrescidos ao estudo. Desse ponto de vista, outro componente limitador da observação dos jovens em espaços públicos, como praças, esquinas ou quadras de esportes do bairro, foi a divergência e incompatibilidade de horário entre a circulação deles nesses espaços, que costuma ocorrer a partir das seis ou sete horas da noite, e a possibilidade de observá-los neste horário.

Ademais, só havia um único dia em que seria possível para o pesquisador frequentar esses ambientes de convívio dos jovens e não coincidia com a disponibilidade de nenhum dos entrevistados. Havia o receio dos riscos que o local oferecia para a circulação à noite sem um representante da comunidade para acompanhar o trabalho de pesquisa, devido a presença do tráfico no local. Um pesquisador não residente no local, seria facilmente identificado como alguém de fora e

isso, de algum modo, afetaria as relações neste ambiente. Assim, não foi possível marcar uma agenda comum para esta observação.

A opção foi concentrar a pesquisa nas entrevistas e na observação cotidiana da instituição. De acordo com Becker¹⁵² (1997), quando se acredita que não se sabe nada e não se tem nenhum contato com o campo de pesquisa, o único método seguro de conseguir algumas informações é por intermédio institucional. Essa via possibilitou algum canal de comunicação com os jovens da Maré.

Outras dificuldades surgiram em relação à utilização de elementos teóricos que possibilitassem uma percepção menos estigmatizada sobre a temática “juventude e contextos violentos”, não reforçando estigmas socialmente imputados aos jovens. Para tanto, buscou-se ouvi-los, sobretudo, qualificando suas vozes e dando relevância a cada aspecto significado. Essas vertentes nem sempre estavam relacionadas especificamente com a violência, pois, embora o foco da presente pesquisa estivesse debruçada nos aspectos da violência, outros elementos dignos de atenção e relevantes da esfera afetiva e existencial também emergiram.

4.4 Análise dos dados

Para tratamento e interpretação das informações coletadas, foi empregado o método de interpretação dos sentidos, que é uma proposta de interpretação de dados que busca analisar o contexto, as palavras, os grupos, a lógica e as razões das falas e das ações, correlacionando os dados ao conjunto de inter-relações e conjunturas, entre outros corpos analíticos. Trata-se de uma perspectiva das correntes compreensivas das ciências sociais, que trabalha com sentidos mais amplos, num movimento de síntese por

meio da construção de possíveis significados (MINAYO¹³⁰, 2006a; GOMES¹⁵³ et al., 2005; GOMES¹⁵⁴, 2016).

Para efeito desta análise, destacam-se duas concepções: a interpretação da cultura sistematizada por Clifford Geertz¹⁵⁵ (1989) e o diálogo entre as concepções hermenêutica e dialética.

Em geral, Gomes¹⁵³ et al. (2005) partem da reflexão de Geertz¹⁵⁵ (1989, p.15), de que as teias ou estruturas de significados, às quais o homem está amarrado, foi ele mesmo quem teceu, e elas são socialmente estabelecidas. Para Gomes¹⁵³ et al. (2005): “a cultura são essas intrincadas teias e a sua interpretação pelos que a vivem e ao mesmo tempo produzem estruturas de significados socialmente estabelecidos. A interpretação seria, portanto, a compreensão dessas estruturas, dentro de sua base social e material” (p.203-204).

No que diz respeito às perspectivas hermenêuticas e dialéticas, Minayo¹⁵⁶ 130 (2002; 2006a), fazendo uma reflexão densa acerca do diálogo entre hermenêutica (compreensão) e dialética (crítica), traz princípios para balizar a operacionalização do método de interpretação dos sentidos. Dentre esses princípios, destacam-se: buscar a lógica interna dos fatos, dos relatos e das observações; situar os fatos, os relatos e as observações no contexto dos atores; e produzir um relato dos fatos em que seus atores nele se reconheçam (GOMES¹⁵⁴, 2016).

As trajetórias analítico-interpretativa não são excludentes, nem sequenciais, podendo haver uma interpenetração entre elas. Contudo, no limiar destes caminhos são destacados os seguintes passos (MINAYO¹³⁰, 2006a; GOMES¹⁵³ et al., 2005; GOMES¹⁵⁴, 2016):

- *Leitura compreensiva do material selecionado*: busca-se, de um lado, ter uma visão de conjunto e, de outro, apreender as particularidades do material. Podem-

se adotar várias classificações para distribuir o material da pesquisa. Duas delas são as mais comuns: por *segmentos* de atores, de ações ou de depoimentos da pesquisa e por *gênero* dos atores. Vários tipos de agrupamentos poderão existir numa mesma estrutura de análise. Entretanto, nota-se que as estruturas para análise do material qualitativo são uma construção teórica;

- *Exploração do material*: é de fundamental importância ser capaz de ir além das falas e dos fatos ou, em outras palavras, caminhar na direção do que está explícito para o que é implícito, do revelado para o velado, do texto para o subtexto. Nesta etapa segue-se o princípio da decomposição do conjunto do material da pesquisa em unidades;
- *Elaboração de síntese interpretativa*: nesta etapa procura-se caminhar na direção de uma síntese. É o ponto de partida da interpretação propriamente dita. Para que se tenha êxito nessa síntese interpretativa deve-se principalmente fazer uma articulação entre os objetivos do estudo, a base teórica adotada e os dados empíricos.

Assim, o método de interpretação de sentidos caminha além dos conteúdos dos textos, na direção de seus contextos, revelando as lógicas e as explicações mais abrangentes presentes numa determinada cultura acerca de um determinado tema (GOMES¹⁵⁴, 2016).

Para a análise interpretativa do universo informacional da vida dos jovens, foram identificadas cinco categorias principais e algumas intermediárias, que são apresentadas no quadro 1. As respostas colhidas foram analisadas qualitativamente com base nos autores e nos referenciais teóricos que abordam o tema.

Quadro 1: Categorias (principais e intermediárias) de análise

CATEGORIAS PRINCIPAIS	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS
Significados de violência	Ato que causa dano ao sujeito Violação e satisfação de desejo Abuso de poder Desrespeito Coisificação do humano
Violências experienciadas em distintos ambientes	Violências no contexto familiar Violências no contexto escolar Violências no contexto comunitário
Ser jovem	Favelatizar: uma forma de ser jovem Não dar mole e aproveitar as oportunidades Fase confusa e cheia de responsabilidades Fase de descobertas e de fácil influência Etapa mais desejada da vida Fase de iniciação para um viver de verdade Vazio existencial - Um vazio na barriga que não é fome
Estratégias para lidar com vivências de violência	Esporte Religião ASMR: uma forma de compensação afetiva
Expectativas para o futuro	O sentido e o vazio da vida Cada dia pior Ser resiliente Ter uma profissão Ser realizada e bem sucedida

5. ASPECTOS ÉTICOS

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética do Instituto Nacional de Saúde da Criança, da Mulher e do Adolescente – IFF/FIOCRUZ, conforme preconiza a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde para pesquisas com seres humanos.

Seguiu de modo criterioso e ético as necessidades específicas para a realização de uma pesquisa com seres humanos, sobretudo quanto a questões de voluntariedade e confidencialidade.

Por se tratar de entrevista com menores de idade, o/a responsável autorizou e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO IV). Os/as jovens assinaram um Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (ANEXO V). O TCLE é um documento que demonstra total e irrestrita concordância do sujeito (neste caso, do seu responsável) em participar, voluntariamente da pesquisa, após explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa (objetivos, métodos e/ou procedimentos para coleta de dados, benefícios e riscos que possam acarretar). O uso do TCLE visa garantir o respeito à dignidade dos sujeitos, sua autonomia e defesa de sua vulnerabilidade.

Os termos de consentimento foram assinados em duas vias, uma ficando com o pesquisador e outra com o participante ou seu responsável. foram fornecidas explicações completas e pormenorizadas aos participantes da pesquisa sobre seus objetivos, métodos e aplicação dos instrumentos elaborados para colher suas opiniões e informações a respeito da temática em estudo.

Também foram respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos dos sujeitos envolvidos, bem como o direito do mesmo em não querer participar das entrevistas. Os jovens foram convidados a participar voluntariamente, sendo-lhes

assegurado a não obrigatoriedade e o total sigilo das informações e o anonimato da sua identidade.

Neste estudo foi assegurada a confidencialidade, a privacidade e a não estigmatização, garantindo que as informações não seriam utilizadas em seu prejuízo. Também foi garantido que os participantes poderiam retirar-se do estudo a qualquer momento que julgassem necessário.

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Nacional de Saúde da Criança, da Mulher e do Adolescente Fernandes Figueira/FIOCRUZ – RJ, sendo protocolado neste departamento sob o nº 1864/Dpq/2017 em 25 de abril de 2017 (ANEXO VI).

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta os achados e reflexões do presente estudo, trazendo a lume as significações e trajetórias existenciais dos sujeitos da pesquisa e assinalando algumas experiências que marcaram suas vidas, com destaque às situações de violências.

A seguir os resultados são dispostos e discutidos a partir das principais categorias de análise apresentadas anteriormente e que orientaram a interpretação dos dados.

6.1 Significados da violência

A violência é um fenômeno complexo no que diz respeito as suas definições e conceituações, ainda mais quando se considera seus diversos pontos de vista e significações de distintos atores sociais. Assim, relevando esses aspectos, esta pesquisa também mergulhou nessa esfera polissêmica da violência ao adentrar nas concepções subjetivas de jovens.

Ao refletir sobre o caráter consensual da violência, Flores¹⁵⁷ (1995) aponta um elemento perigoso, pois este caráter é representado pela falsa obviedade e unanimidade quando se discute violência. A literatura, de algum modo, traz alguns conceitos sobre o que ela seria, o que dispensaria a necessidade de defini-la, afinal todos sabem do que se trata. Todavia, embora tão conhecida, é muito difícil de ser verbalizada, expressa e conceituada.

A categoria “Significados da violência” diz respeito aos sentidos atribuídos pelos jovens entrevistados a situações como atos que causam danos e que violam

outrem para satisfação do próprio desejo, abuso de poder, desrespeito e coisificação do humano. Esses vários significados são explorados a seguir.

6.1.1 Ato que causa dano ao sujeito

Semelhante à definição de violência adotada na Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência (BRASIL¹⁵⁸, 2001) e também pela Organização Mundial de Saúde (KRUG⁶ et al., 2002), um jovem a conceitua como sendo um ato que causa dano ao indivíduo, afetando a vida como um todo e suas demais instâncias física, moral e/ou psicológica:

“Pra mim a violência é qualquer ato, atitude ou palavra proferida contra alguém que possa causar algum dano físico, moral ou psicológico a qualquer um” (rapaz, 18 anos).

Já o impacto das experiências violentas se destaca na sua conceituação, pois fere e denigre o outro, fazendo com que se sinta abalado em suas estruturas psicossociais, conforme o seguinte depoimento:

“Violência é causar um dano ao próximo, é prejudicar o próximo, ferir o próximo. É o que acontece muito hoje em nosso país.” (moça, 17 anos)

De modo geral, os danos, prejuízos e traumas causados por violências trazem consequências diretas nos diferentes setores e esferas da sociedade, resultando em altos custos emocionais e sociais, tal como com aparatos de segurança pública. Também acarretam prejuízos econômicos por causa dos dias de ausência do trabalho, pelos danos mentais e emocionais incalculáveis que provocam nas vítimas e em suas famílias e pelos anos de produtividade ou de vida perdidos. Ao sistema de saúde, as consequências da violência, dentre outros aspectos, se evidenciam no aumento de gastos com emergência, assistência e reabilitação, gerando muito mais custos que a maioria dos procedimentos médicos convencionais (BRASIL⁵², 2005; MINAYO e LIMA¹⁵⁹, 2009).

Machado da Silva¹²⁰ (2008) assegura que além de ser um problema e uma representação coletiva, a violência é uma categoria do entendimento do senso comum que consolida e confere sentido às experiências vividas. Complementando esta ideia e refletindo em relação aos danos e prejuízos que as violências podem provocar, sobretudo ao público infanto-juvenil, Day¹⁶⁰ et al. (2003) afirma que o trauma vivido nesta etapa da vida não deve ser desconsiderado por seus efeitos a longo prazo não serem evidenciados de imediato. Deve ser reconhecido como um sério problema, pois os efeitos da experiência vivida repercutirão em toda sua vida. Dentre muitos agravos (como manifestações da violência física, da negligência e da violência sexual) os autores destacam manifestações psicológicas:

“Danos imediatos: pesadelos repetitivos; ansiedade, raiva, culpa, vergonha; medo do agressor e de pessoa do mesmo sexo; quadros fóbico-ansiosos e depressivos agudos. queixas psicossomáticas; isolamento social e sentimentos de estigmatização. *Danos tardios:* aumento significativo na incidência de transtornos psiquiátricos; dissociação afetiva, pensamentos invasivos, ideação suicida e fobias mais agudas; níveis intensos de ansiedade, medo, depressão, isolamento, raiva, hostilidade e culpa; cognição distorcida, tais como sensação crônica de perigo e confusão, pensamento ilógico, imagens distorcidas do mundo e dificuldade de perceber realidade; redução na compreensão de papéis complexos e dificuldade para resolver problemas interpessoais. ” (DAY¹⁶⁰ et al., 2003, p.14)

A partir disso, é possível lançar mão da análise de Silva e Silva (*apud* SILVA¹³², 2012) na qual a violência é encarada como uma prática incomodamente presente em nosso cotidiano, nos mais diversos espaços sociais. Ela também não é um ato de exceção que se manifesta em raras ocasiões nem é praticada apenas por sujeitos enquadráveis no estereótipo clássico de “desequilibrados mentais” ou de alguém que é considerado pelo senso comum, estando fora de sua “sanidade mental”, sem consciência de seus atos e de suas conseqüências. Por ser um fenômeno complexo e multicausal que atinge todas as pessoas e as afeta emocionalmente, a violência foge a qualquer conceituação precisa e cabal (MINAYO⁴¹, 2009).

6.1.2 Violação e satisfação de desejo

Outra participante define a violência como uma forma de violar o outro e ao mesmo tempo satisfazer suas vontades e desejos:

“Ela [violência] me parece uma vontade de alguém agredir uma pessoa... abusar... violentando e não respeitando a vontade e o espaço da outra pessoa, com objetivo de, as vezes, simplesmente satisfazer seu desejo.” (moça, 17 anos)

Nesse sentido, a violência emerge com um aspecto intencional, em especial, para satisfazer uma vontade ou desejo, de forma que o sujeito não se preocupa com o outro, mas somente consigo. Esse fator destacado pela entrevistada é contemplado em estudos que abordam as violências que acometem sobretudo o público infanto-juvenil e feminino (FERREIRA¹⁶¹, 2002; MORÉ e KRENKEL¹⁰¹, 2014), considerado como mais vulnerável. Ao considerar esse primeiro público, vê-se a marca da violência que os adultos – pais/responsáveis – impõem aos seus filhos, vistos como destituídos de valor e não merecedores dos direitos que lhes são conferidos, percebidos como objetos dos seus desejos, podendo ser manifestos através de imposições, indo desde ignorar suas necessidades – negligências - até os abusos sexuais (FERREIRA¹⁶¹, 2002). Em relação ao segundo grupo, constata-se a elevada incidência de violência por parceiros íntimos, principalmente a partir da adolescência e dos primeiros anos da vida adulta. Esse tipo de violência é compreendido como comportamentos em uma relação íntima que causam dano físico, sexual ou psicológico, incluindo atos de agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos controladores (MORÉ e KRENKEL¹⁰¹, 2014).

A violência, infelizmente, é utilizada por diversos indivíduos, grupos, instituições do Estado e da sociedade como forma de controle social e meio de realização de desejos singulares (SILVA e SILVA apud SILVA¹³², 2012).

Com efeito, não há consenso sobre a caracterização da violência, em suas formas mais sutis ou mais naturalizadas ou até mesmo nas mais explícitas. Entretanto, conforme acentua Krug⁶ et al. (2002) ela configura-se no seu aspecto intencional:

“O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.” (p.27).

Portanto, os aspectos enfatizados por esses jovens abarcam essa dimensão destacada pelo Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (KRUG⁶ et al, 2002). Esses fatores, de violação, incluindo o uso intencional da força física ou do poder e a satisfação de desejo, enquadram a violência como um fenômeno que não, necessariamente produza ferimento ou morte aparente, mas que, apesar disso, impõe um peso substancial em indivíduos, famílias, comunidades ou demais setores da sociedade (DAHLBERG e KRUG⁹⁸, 2006). Isso emerge na discussão sobre a violência e suas diversas ramificações, como realça ainda o relatório:

“A inclusão da palavra "poder", além da frase "uso da força física", amplia a natureza de um ato violento e expande o entendimento convencional de violência de modo a incluir aqueles atos que resultam de uma relação de poder, inclusive ameaças e intimidações. O "uso do poder" também serve para incluir negligência ou atos de omissão, além de atos violentos mais óbvios de perpetração. Assim, "o uso da força física ou do poder" deve ser entendido de forma a incluir a negligência e todos os tipos de abuso físico, sexual e psicológico, bem como o suicídio e outros atos de auto-abuso.” (p.27).

6.1.3 Abuso de poder

Como problema social, a presença da violência é lembrada desde o mito de origem bíblico que se inicia com uma disputa fratricida e a morte de Abel por Caim, evidenciando-se a convivência da sociedade humana com as perenes disputas de poder, com os ódios e com a vontade de aniquilamento de uns pelos outros (BRASIL⁵², 2005).

A priori, há uma discussão ampla sobre *violência e poder*¹⁵, o que não é o objetivo deste tópico, mas vale destacar as associações que duas participantes da pesquisa fizeram da violência com o abuso do poder e da força em suas significações:

“A violência se manifesta por meio da tirania da obsessão e do abuso do poder e da força. Eu acho que é isso, é muito abuso de poder. Igual a polícia que vem e sai entrando na nossa casa, na casa de morador de bem, ou de alguém que gosta de ficar humilhando os outros, né!?”(moça, 17 anos)

“Violência... é... eu acho que violência é uma forma de abuso de poder. Não acho que seja só briga, agressão não. Mas também é essas pessoas que se acham mais que outras, que as vezes tem uma condiçãozinha melhor e quer se valer disso. Igual esses políticos corruptos que robam e ficam oprimindo o povo.”(moça, 16 anos).

O vocábulo violência vem da palavra latina *vis*, que quer dizer força e se refere às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro (MINAYO e SOUZA¹⁶⁴, 2003). No seu sentido material o termo parece neutro, mas quem analisa os eventos violentos descobre que eles se referem a disputas de autoridade, a lutas pelo poder e a vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro ou de seus bens (BRASIL⁵², 2005). Chauí¹⁶⁵ (1999) a define “como um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror” (p.3)

¹⁵ Sobre a associação entre os conceitos de poder e violência, é importante retomar as considerações de SCHRAIBER, D'OLIVEIRA e COUTO¹⁶² (2006) sobre o Relatório sobre violência e saúde da OMS. As autoras ressaltam que, embora o relatório cite, pouco esclarece a própria definição de poder, confundindo-a com a de violência, fazendo muitas vezes com que a violência seja associada rigorosamente a parte do poder. Reitera-se inadvertidamente, desse modo, a inevitabilidade da violência que se quer recusar. Outra confusão possível é, ao revés, inviabilizar a concepção de poder como relações não violentas, obscurecendo igualmente o papel da responsabilidade social intrínseca a essas ações de poder. Já Hanna Arendt¹⁶³ (2004) distingue poder e violência em sua clássica obra. Para a autora o poder é um instrumento de dominação, conforme afirma: “O “poder” corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder Jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome.” (p.27). Sua posição deriva de que “a forma extrema do poder resume-se em Todos contra Um, e a extrema forma de violência é Um contra Todos. E esta última jamais é possível sem instrumentos (como por exemplo a utilização de armas)” (p.26). A violência tem um caráter instrumental e se expressa no uso de meios, implementos, instrumentos, ferramentas pelos quais é exercida. É sempre uma reação ao enfraquecimento do poder. A violência funciona como o último recurso do poder contra os criminosos ou rebeldes – isto é, contra indivíduos isolados que, pode-se dizer, recusam-se a ser dominados pelo consenso da maioria.” (p.32)

Essas falas são típicas de quem vivencia uma experiência de dominação e sujeição, sentidas por meio da repressão policial, por pessoas próximas ou mesmo por meio da corrupção política que acaba afetando toda a população, em especial a classe menos favorecida. Deste modo, cabe refletir, no que se refere ao jovem, como vêm sendo fabricadas suas subjetividades frente a essas pressões invasivas externas, e, como estes sujeitos estão sendo constituídos por essas distintas práticas sociais que acabam modelando e imprimindo modos de viver e lidar nas relações interpessoais cotidianas.

6.1.4 Desrespeito

Outro aspecto da violência destacado por uma jovem é o desrespeito, que se transfigura em causas e ações que estimulam a violência:

“Existe várias formas de violência, mas todas se resumem em desrespeito. Porque, por exemplo, se alguém é desrespeitado e desrespeitado sempre, uma hora acabam explodindo em forma de violência.” (moça, 16 anos).

Assis e Avanci¹⁶⁶ (2006) ressaltam que pessoas que crescem em ambientes onde não há respeito tendem, mais facilmente, a repetir relações desrespeitosas na comunidade e demais contextos em que vivem. Como uma forma de violência, o desrespeito que acomete à cidadania das crianças e dos adolescentes, seja no interior dos lares seja nos espaços públicos, na maioria dos casos, ressaltam o elevado estresse nas relações interpessoais (SOUZA e MELLO JORGE³⁹, 2006). Sendo assim, o desrespeito se configura como um importante potencializador da violência.

Com base na fala da entrevistada acima, é adequado refletir sobre o que pode levar à violência. Por certo, ela se origina de múltiplos fatores sociais, políticos, psicológicos, familiares, religiosos, entre tantos outros, requerendo intervenções micro e macrosociais.

Como já assinalado, Guattari e Rolnik¹ (1996) entendem a subjetividade como essencialmente fabricada e modelada como construções histórico-sociais. Nascimento e Coimbra¹⁶⁷ (2009) aprofundam esse conceito afirmando que tais modalidades de subjetivação ocorrem microscopicamente, de modo invisibilizado e pleno de violência, ou seja, poucas vezes se percebe o quanto somos violentados e violentos, produzidos e produtores em pequenas ações e práticas cotidianas. Em um só tempo somos produzidos e produtores de modos violentos de existência.

Ao problematizar as forças que estão no mundo e os modos como atravessam e constituem o sujeito, podemos pensar como se dá, hoje, a gestão das vidas, em especial as dos jovens. Nascimento e Coimbra¹⁶⁷ (2009) afirmam que por meio das práticas cotidianas, diferentes dispositivos de poder se engendram. Partindo dessa perspectiva, Cano¹¹ (2009) compreende a violência de modo mais abrangente, como um método de controle social, por parte de grupos ou estruturas organizadas, como o Estado, mas também por parte de indivíduos que tentam controlar o comportamento dos outros. Pode-se concluir, portanto, que de alguma forma, esse aspecto controlador, invasivo, de dominação e intencional da violência repercute num processo de coisificação do ser humano.

6.1.5 Coisificação do humano

Sendo manifesta por meio do abuso do poder, da força, do desrespeito ou de qualquer outro fator significativo, em geral, a violência resulta num tratamento desumano com o próximo. Conforme assinalado por Costa¹⁶⁸ (2010), aquilo que se revela como uma violação do significado da vida, ou do direito a uma vida minimamente digna, parece operar como uma espécie de violência silenciosa e invisível, dispersa microscopicamente nas malhas do cotidiano e, logo, com uma origem

e um agente perpetrador difícil de identificar. Reconhecer a existência da violência, parece sempre implicar a demanda de reconhecimento de um “culpado”, pois a manifestação da violência está imbricada em categorias dicotômicas de “violador e vítima-violada”. Porém, essas categorias nem sempre são claramente perceptíveis, o que torna difícil sua identificação e, muitas vezes, acabam se naturalizando e incorporando-se na vida dos sujeitos de forma desumana.

Nesta subcategoria de análise destaca-se a ideia da violência como um fenômeno que coisifica o ser humano, transformando-o num objeto, como se vê nas narrativas a seguir:

“Violência é tudo aquilo que contradiz ou não condiz com uma boa sociedade, o respeito ao próximo, ver o outro como uma pessoa igual a você e não como um objeto e uma coisa, é ser tratado bem, sabe!?” (moça, 18 anos).

“É algo que prejudica alguém, é ser violentada, tipo quando alguém trata alguém como um troço qualquer” (moça, 18 anos).

Tais depoimentos ratificam o que diz Silva¹³² (2012), embora essa autora afirme que o tema da violência possa ser tratado de variadas maneiras e ter múltiplas definições, de acordo com a ênfase dada pelos estudiosos à dimensão física, psicológica e/ou simbólica. Silva¹³² (2012) defende uma definição mais ampla e danosa ao ser humano, concebendo-a como um ato que viola, em especial, a dignidade do ser humano e de outros seres vivos. Com esse conceito é possível apreender a violência em suas distintas manifestações (física, psicológica e simbólica), da mesma maneira que torna-se possível reconhecer as agressões contra o meio ambiente e a outros seres vivos como uma agressão ampliada à humanidade.

A perspectiva apontada pelas entrevistadas também foi analisada por Adorno (apud Koehler¹⁶⁹, 2003) ao se referir à violência:

“Ao mesmo tempo que ela expressa relações entre classes sociais, expressa também relações interpessoais(...) está presente nas relações intersubjetivas, aquelas que se verificam, entre homens e mulheres, entre adultos e crianças, entre profissionais de categorias distintas. Seu resultado mais visível é a conversão de sujeitos em objetos, sua coisificação. (...) A violência é

simultaneamente negação de valores considerados universais: a liberdade, a igualdade, a vida” (p.2).

Braz (apud BRAZ¹⁷⁰, 2004) faz uma análise sobre o conceito metafórico de “coisificação do ser humano”. A “coisificação” é uma palavra derivada do verbo coisificar. Fazendo um paralelo com o dicionário Aurélio, a autora assinala que num sentido amplo significa reduzir [o ser humano, ou elemento(s) ligado(s) a ele] a valores exclusivamente materiais, ou seja, seria o ser humano tornado coisa, como um objeto inanimado.

Adicionalmente, segundo Braz¹⁷⁰ (2004), o sentido de “coisificação do humano” é alguém deixar de ser um homem, não em sua aparência, mas porque perde a sua marca humana, aquilo que o distingue dos outros seres. A coisificação implica em ver no outro algo não semelhante a si, isto é, sem as particularidades da personalidade humana (sobretudo quanto ao uso da razão, do pensamento, do julgamento, da moralidade.). Há como uma perda da visão de alteridade, de forma que uma pessoa pode pensar: “O que está diante de mim não é um ser humano, é uma coisa, um animal.”. Como outra jovem sugere, que a violência, além de transformar o ser humano em objeto, também pode compará-lo a um animal:

“violência é você saber que mesmo morando num lugar onde não é permitido [crimes e violência], você é assaltado, abusado, torturado, por falta de segurança. É sair de casa sem saber se volta. Porque assim, a gente hoje vive como se fosse animal, é tipo a lei da sobrevivência. As pessoas nem parecem gente.” (rapaz, 17 anos).

Neste aspecto algumas pessoas parecem agir pura e instintivamente de forma agressiva, visto que, em prol da sobrevivência ou benefício próprio, “vale tudo”, inclusive se sobrepor e prejudicar o outro, sem que este ato produza qualquer sinal de consciência, culpa ou arrependimento, em contrapartida, tal atitude torna-se natural e comum. No entanto, o que se vê na verdade é um processo implícito de transformação da agressividade em violência, um percurso que acontece ao mesmo tempo social e

psicossocial para o qual contribuem às circunstâncias sociais e o ambiente cultural (NJAINE, ASSIS, CONSTANTINO³³, 2009).

Uma vez consumada e introjetada na vida do indivíduo, a violência “trata [e transforma] seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos e inertes ou passivos” (CHAUÍ¹⁶⁵, 1999, p.3).

Além do aspecto da insegurança, também é bem visível e incômodo na fala da jovem, que a “coisificação do humano” só ocorre se houver, paralelamente ou anteriormente, a “coisificação de si próprio”. Em outras palavras, só enxergo o outro como “coisa” quando já me tornei uma “coisa”. A questão não se resume assim na “coisificação” do outro, mas principalmente na “coisificação” de si (BRAZ¹⁷⁰, 2004), como bem demonstra a fala de uma jovem:

“Violência é a falta de respeito com o próximo, muitas vezes é uma consequência da falta de amor próprio. Por que se eu não me amo como vou dar amor e poder amar e me respeitar. Cada um dá o que tem. Por isso, se eu vivo num lugar que só tem isso né, desrespeito, eu vou só dá isso desrespeito, violência né!?. Eu vejo que hoje falta muito amor no coração, a gente vive como bicho” (moça, 18 anos).

Assim sendo, observa-se que a violência representa um fator significativo para tornar os homens cada vez mais coisificados, sem que se sintam assim, ou melhor, sem perceberem que são mais um dos instrumentos dela.

6.2 Violências experienciadas em distintos ambientes

Nesta categoria foram identificadas os ambientes em que a violência ocorre: na família, na escola e na comunidade, onde se vê que as violências manifestam-se de diferentes formas, em distintas circunstâncias e são experienciadas e significadas por cada jovem de maneira singular.

De acordo com Palhares e Schwartz¹⁷¹ (2015), é necessário destacar a grande amplitude do fenômeno da violência, que se faz presente (ainda que em diferentes níveis) entre os ricos e entre os pobres, nas grandes e pequenas cidades, em casa, na escola, no trabalho, no lazer, nos programas televisivos, no trânsito e em tantos outros locais, situações e contextos.

Silva¹³² (2012) ressalva que na vida, há alguns episódios que ficam marcados na alma, pois permitem o estabelecimento de uma reflexão sobre os valores e sobre o próprio sentido do existir, principalmente aqueles acontecimentos marcados por violências, como os que ocorrem nas favelas.

Um fator observado e que merece atenção, trata-se da diferente percepção entre meninos e meninas a respeito de seus ambientes de convívio. O espaço comunitário da rua é ocupado mais pelo público masculino, de forma que este contexto passa a ser vivido um pouco mais sem restrições para o desenvolvimento de atividades comumente coligadas a esse grupo, como jogar futebol ou outras práticas esportivas, e até mesmo rodas de conversas com colegas. Já no núcleo familiar, que exige um auxílio mais vinculado com serviços de natureza doméstica como arrumar a casa, fazer comida e cuidar de irmãos, a presença das jovens é unânime. Dai resulta em maior frequência das moças na esfera privada e dos jovens rapazes nos espaços públicos.

Contudo, não se pode omitir a presença de meninas em outros territórios da Maré que não em casa, nos quais, por exemplo, praticam esportes. Cabe dizer também que, embora algumas jovens tenham apresentado mais versatilidade no que diz respeito a ocupação do ambiente público, ressaltam também que a rua pode ser um lugar de insegurança e perigo. Assim, a observação mostrou que essas jovens evitam transitar em algumas áreas da comunidade, sobretudo no período noturno.

6.2.1 *Violências no contexto familiar*

Em geral, as experiências de violências vividas no contexto familiar apareceram nas narrativas como as ocorrências em que os jovens foram afetados, em sua maioria, como *testemunhas*, ou seja, por acontecimentos que foram indiretamente experienciados. Via de regra, a forma de violência mais destacada pelos participantes foi a violência física entre parceiros íntimos, que afeta, em sua maioria, o público feminino:

"Eu já presenciei várias vezes agressão do meu pai contra minha mãe... me senti desesperado, não sabia o que fazer, pois não sabia o que poderia acontecer... Isso não ocorre mais porque eles se separaram, mas eu ficava na minha, não falava nada, ficava calado, não comentava com ninguém." (rapaz, 17 anos)

"Quando meu tio espancou a mulher dentro de casa, eu escutava e via, No caso presenciei violência física. Me senti muito mal e sempre pensava em ajudar. Hoje em dia só conversamos sobre coisas passadas, pois não acontece mais." (rapaz, 16 anos)

"Minha mãe já foi espancada pelo ex-padrasto. E eu não lembro de ter sofrido. Me senti bem revoltada, pensei em fazer o mesmo com ele... sou de desabafar com alguém, choro, mas tem coisas que guardo pra mim." (moça, 17 anos)

"Já presenciei e testemunhei brigas entre parentes, entre meu pai e minha mãe. É por causa dessas brigas, acontece muitos transtorno e separação (dos pais)... guardo pra mim, e isso não faz bem, mas fazer o que!?" (moça, 17 anos)

Essas falas enfatizam os marcadores sociais da diferença (SCHRAIBER¹⁷², 2009; LOURO¹¹⁴, 2008; McKLINTOCK⁴⁶, 1992; McKLINTOCK⁴⁷, 1995; CRENSHAW⁴⁸, 2002; PISCITELLI⁴⁹, 2008) e corroboram estudos já realizados que apontam que as maiores vítimas de violência no âmbito familiar são as mulheres (KRUG⁶ et al., 2002; MORÉ e KRENKEL¹⁰¹, 2014). Meninas e mulheres, em distintas faixas etárias e de todos os estratos socioeconômicos e culturais acabam submetidas a estes eventos adversos.

A violência contra a mulher é entendida como qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, e pode ocorrer tanto no âmbito público como privado (BRASIL, 2006).

Moré e Krenkel¹⁰¹ (2014) afirmam que a mulher em situação de violência tende a estar inserida num conjunto de condições familiares que sustentam sua permanência num sistema familiar violento, o que corrobora o entendimento naturalizado da violência vivida. Esse processo de naturalização é denominado por Ravazzola¹⁷³ (2005) de *anestésias relacionais*, que surgem em oposição à reação normalmente esperada de pessoas que se deparam ou sofrem violência em seu cotidiano. A resposta esperada de pessoas que entram em contato com uma situação de violência social ou familiar – seja como testemunha ou como diretamente envolvida – é sentir dor, indignação, raiva, impotência e vergonha. A experiência do mal-estar levaria a algum tipo de reação no sentido de interrompê-la. A presença das anestésias, isto é, desse processo de naturalização impede essa reação (RAVAZZOLA apud MORÉ e KRENKEL¹⁰¹, 2014).

Essas anestésias estão presentes na fala desses jovens, no sentido de esquecimento ou no aspecto de guardar pra si e não contar pra ninguém, demonstrando uma suposta tranquilidade:

"Violências verbais que presenciei... me senti tranquila quando, procuro pensar que não é nada, pois sabia que era passageiro. Dependendo, procuro alguém de confiança pra desabafar." (moça, 17 anos)

"vi minha vizinha apanhando do seu marido. Primeiro fiquei indignada, pensei em justiça. Mas guardei pra mim mesmo. Preferi não falar com ninguém." (moça, 18 anos)

Tanto o testemunho quanto a real vitimização de situações violentas podem afetar a forma como o jovem vê o mundo e se vê, isto é, suas ideias sobre o sentido da vida, suas expectativas em relação a si e ao futuro, podendo abalar alicerces básicos

para o desenvolvimento mais saudável, com repercussões prováveis até na vida adulta (ASSIS¹⁷, et. al., 2009; PINTO e ASSIS¹⁴, 2013).

A próxima narrativa deixa claro como essas experiências mnêmicas ficam, de maneira latente, impactando as emoções e a vida do sujeito como um todo:

"Quando criança presenciei o esposo da minha irmã espancar ela. Deixava ela desfigurada. A imagem dela parece ainda ficar na minha memória... Quando isso acontecia eu ficava muito triste e magoada. Queria que ele morresse... Mas hoje em dia está tudo tranquilo. Não há mais violência entre nós." (moça, 17 anos)

Outro aspecto naturalizado a ser destacado das lembranças desses jovens são as punições em forma de agressões físicas sofridas quando ainda eram crianças. O “apanhar” foi justificado como um modo de “correção” e uma tentativa de transmissão de valores, em virtude do espaço favelado ser um lugar com muitas influências negativas:

"... hoje não, mas eu já apanhei muito, mas eu entendo minha mãe, eu não era fácil não. Ela sempre se preocupou muito com a gente, por isso sempre se preocupou em corrigir a gente, porque aqui na favela não é fácil não, se tu da mole tu cai na vida." (rapaz, 17 anos)

"Minha mãe chegou a me bater, mas apanhei pouco, mais quando era criança, mais pra correção mesmo." (moça, 17 anos)

Segundo Fridman¹⁷⁴ (2008), bater pode significar “educar” e nos contextos das relações familiares é compreendida como forma de cuidado e advertência. Esse padrão, com todas as discrepâncias que contém, pode ser concebido como uma tentativa de evitar violências vistas como mais graves e em outros momentos da vida, num esforço desesperado (e com distintos graus de eficácia) de assegurar um mínimo de segurança ontológica: *"minha mãe falava pra mim, é melhor você chorar agora, do que eu chorar amanhã."* (rapaz, 18 anos)

Como pôde perceber, as violências mais visíveis estavam impregnadas no discurso dos jovens, ainda que fossem incentivados a falar sobre outras formas de

violência, buscou-se manter a espontaneidade dos participantes, de modo que esta expressividade da violência prevaleceu.

6.2.2 Violências no contexto escolar

No Brasil, o surgimento da escola e dos cuidados especiais as crianças e adolescentes fizeram parte da história da construção da família nuclear (PINHEIRO¹⁷⁵, 2002).

Ariès¹⁷⁶ (1986) já apontava que desde a Idade Média, o público infanto-juvenil já sofria com uma disciplina autoritária que era exercida no contexto escolar. Somente a partir do fim desse período iniciou-se a conscientização e o sentimento comum das peculiaridades da infância e, conseqüentemente, da necessidade de tornar o colégio um instrumento para sua educação. O autor descreve que no início dos tempos modernos, a escola servia como meio de isolar esse público, separando-os da sociedade dos adultos, além de se constituir como um período de formação moral e intelectual. Em contrapartida, esse autor afirma que assim que ingressava na escola, a criança entrava imediatamente no mundo dos adultos.

A *Priori*, conforme coloca Viana¹⁷⁷ (2002), para entender a violência escolar é preciso, antes de tudo, entender o que é a escola. A escola é uma instituição importante para a socialização dos indivíduos, embora, muitas vezes pautada na *repressão*, *coerção*¹⁶ e na violência. LOURO¹⁷⁸ (1997) aponta que:

“Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas. [...] A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela

¹⁶ Michel Lobrot¹⁷⁹ (1977) faz uma distinção entre repressão e coerção. Onde repressão é ação que impede a manifestação de algo; e coerção é ação que suscita a manifestação de algo, ou seja, a repressão é proibitiva e a coerção é afirmativa.

afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o "lugar" dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos "fazem sentido", instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos." (p.57-58).

Como já abordado conceitualmente, os jovens falam da violência escolar e da violência na escola (VIANA e VIEIRA⁹⁶, 2002; NEVES⁹⁴, 2008; TOGNETTA,⁹⁵, 2008). No que diz respeito a primeira conceituação dois jovens narram:

"Abuso de autoridade, um professor rasgou e jogou fora o trabalho de um aluno. Mas o trabalho era de outra matéria... não entendi direito... a gente acaba se sentindo inferiores. Não tem o que fazer." (moça, 16 anos).

"A escola deu pra agora ficar falando desse negócio de gênero. Pô eu não sou obrigado a aceitar que isso é certo, mas eles obrigam a gente sabe!? o professor briga e tudo com a gente, se a gente discordar dele... se os caras lá se beijam e se gostam, o problema é deles, eu não me meto sabe, o problema é deles, mas não acho certo eles querer obrigar a sociedade que isso é certo. cada um tem que ter sua opinião e pronto, e ser respeitada né!?" (rapaz, 16 anos)

Neste contexto de violência escolar identificou-se que a violência simbólica destaca-se nas falas dos jovens. Este tipo de violência surge com a imposição de uma significação, de um conjunto de valores simbólicos que representam as expectativas de um grupo social determinado. Este conflito se estabelece no campo das ideias. Diante disso, o que é experienciado e sentido por alguns jovens é que muitas vezes, o trabalho escolar se coloca como uma forma de institucionalizar uma determinada maneira de ver o mundo e, portanto, de organizar a atividade intelectual de acordo com "as condições institucionais em exercício" (BOURDIEU & PASSERON¹⁸⁰, 1982, p. 68), de maneira que a educação, que não é mais tão repressiva como era no passado, acaba sendo apreendida como um fenômeno de inculcação de crenças, idiomas, línguas e, conseqüentemente, com o objetivo de eliminar outras crenças (SANTOS¹⁸¹, 2002).

Em outras palavras, ao observar as duas narrativas citadas, para os jovens, a escola acaba incorporando um caráter uno que carrega uma ideia antiquada e obsoleta, onde apresenta-se como um mecanismo de adequação e solidificação de uma cultura

determinada e que assume contornos de imposição (SANTOS¹⁸¹, 2002), de modo, que estes sujeitos acabam sentindo-se impotentes frente aquilo que lhes é imposto, onde a única possibilidade é a de assumir uma atitude submissa.

Todavia, a escola não pode ser compreendida apenas por esse único ponto de vista captado e sentido por esses jovens. Há de se pensar também no caráter atual a qual ela se propõe, enquanto um instrumento para formação moral e intelectual, para educação, socialização e inclusão social das pessoas. Conforme assinala Louro¹⁷⁸ (1997), que embora em sua origem, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva entre os indivíduos, ela ganhou transformações: *“Concebida inicialmente para acolher alguns — mas não todos — ela foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles/as aos/às quais havia sido negada. Os novos grupos foram trazendo transformações à instituição.”* (p.57).

Neste sentido, se observa na fala do rapaz citada acima, a resistência que ainda perdura no espaço escolar, no simples fato de se tentar discutir a respeito da questão dos marcadores sociais da diferença, especialmente no campo do gênero e da sexualidade. A esse respeito Louro¹⁷⁸ (1997) diz:

“A linguagem institui e demarca os lugares dos gêneros não apenas pelo ocultamento do feminino, e sim, também, pelas diferenciadas adjetivações que são atribuídas aos sujeitos. [...] tão ou mais importante do que *escutar* o que é *dito* sobre os sujeitos, parece ser perceber o *não-dito*, aquilo que é silenciado — os sujeitos que *não são*, seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir por não poderem ser nomeados. Provavelmente nada é mais exemplar disso do que o ocultamento ou a negação dos/as homossexuais — e da homossexualidade — pela escola. Ao não se falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda "eliminá-los/as", ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas "normais" os/as conheçam e possam desejá-los/as. Aqui o silenciamento — a ausência da fala — aparece como uma espécie de garantia da "norma" [...] A negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às "gozações" e aos "insultos" dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos.” (p.68).

Deste modo, embora imprima e traga algum desconforto a alguns jovens a discussão de determinados temas, torna-se necessário empreender um esforço para se ouvir aquilo que muitas vezes é “silenciado” ou “não dito”, pois “dar voz” aqueles que estão num “campo invisível” pode criar a possibilidade de existência e visibilidade

daquilo que normativamente é ocultado. Assim, neste processo laborioso de desconstrução de um paradigma tradicional, quem sabe um dia, o jovem enxergue o poder transformador da escola.

Além disso, observou-se nesta pesquisa que a violência na escola, que se refere a toda e qualquer forma de violência que acontece no âmbito escolar, que não é produzida por ela, mas ocorre devido à “interferência de grupos externos” (VIANA¹⁷⁷, 2002), se expressa através de questões relacionadas em sua maioria ao namoro e aos conflitos entre os alunos, constituindo-se predominantemente pela violência física, onde o jovem assume o papel como autor, ora como vítima direta ora como testemunha:

"nada demais, apenas brigas entre alunos... fiquei tranquilo, pois não eram coisas graves ou sérias. mas tanto meninas quanto meninos brigam por causa de namoro." (rapaz, 17 anos).

"Brigas, Ponta pé e tudo... me senti bem assustada com essas situações." (moça, 17 anos)

"normalmente acontece com os meninos brigando por causa de namoradas. Nesse tipo de situação não gosto de me meter. Pois acho muito fútil brigas por esse tipo de coisa." (moça, 18 anos)

"quase fui vítima junto com uma amiga por um grupo de garotas.... me senti preocupada e bem triste e preocupada. essas garotas achavam que a gente queira ficar com o namorado de uma." (moça, 17 anos)

"já presenciei brigas físicas e xingamentos e também já briguei..." (moça, 17 anos).

Esses achados corroboram pesquisas realizadas por Njaine e Minayo¹⁰² (2003) em que, embora os atos mais violentos nos colégios sejam peculiarmente cometidos por meninos, suas expressões existem também entre meninas, e se manifestam, sobretudo, nas disputas por namorados. Outras pesquisas apontam que não há grandes diferenças entre meninos e meninas provenientes de escolas públicas ou particulares quando se trata de violência no namoro ou no 'ficar'. Ambos são vítimas e perpetradores na maioria das vezes (ARAÚJO⁹¹, 2002).

Outras circunstâncias identificadas de violências no espaço escolar foram os furtos, o *bullying* e aquelas advindas de brigas por causa de facções criminosas:

"Violência física acontece direto e outro ponto também são os furtos que acontecem repetidamente... fico muito indignada com os furtos, pois eram e são pessoas que convivem diariamente juntas. as pessoas não respeitam nem consideram nem os amigos." (moça, 17 anos).

"Bullying por causa do sotaque diferente. Me senti horrível, triste e pensei em sair da escola, do Estado e voltar pra minha casa. Nesse tempo nem conseguia estudar direito, me lembro que tava indo muito mal nas matérias" (moça, 16 anos).

"Na escola a maioria das brigas são sempre por causa de namorado ou por causa de facção. É triste né. Não tem como não ficar chateado com tanta violência.... converso sempre com meus amigos, que é o fim do mundo essa violência. As vezes tenho vontade de nem ir mais pra escola. Igual uma vez, eu parei de estudar pra trabalhar, e é bem melhor trabalhar mesmo e ganhar dinheiro do que ir pra uma lugar desse" (rapaz, 17 anos)

Independente de responder o quão freqüente esses tipos de violências ocorrem dentro da escola, torna-se relevante entender como esse processo se constrói e como isso repercute na experiência subjetiva de cada jovem. Deste modo, o que fica subentendido nesses relatos é o desejo de abandono escolar e o baixo desempenho educacional por consequência das experiências de violência. Isso é corroborado em estudos realizados por Assis¹⁷, et al., (2009) que também relaciona o absenteísmo e abandono da escola, o baixo rendimento na aprendizagem como consequências dessas experiências, além de poder levar às ideações suicidas e a comportamentos violentos.

Observa-se ainda que essas modalidades de violência abarcam questões mais amplas de natureza social, que dizem respeito à aquisição de uma formação de caráter cidadã. A escola tem um papel importante nesse processo de formação, porém ao invés de atuar no sentido de prevenir todo e qualquer tipo de violência, acaba contribuindo e transformando-se em um espaço, muitas vezes, produtor de violência.

6.2.3 Violências no contexto comunitário

"Vou te falar, diante de tanta violência a gente acaba se sentindo até meio que asfixiado... sufocado, sem saber o que fazer, e não tem né!? é polícia, é bandido de um lado... é a gente com medo, raiva de outro... e aí fazer o que?" (rapaz, 17 anos)

De modo geral, com base nessa e nas demais narrativas, há que se destacar duas instâncias assim denominadas: (a) *instância de asfixia objetiva* e (b) *instância de asfixia subjetiva*. Em sentido mais amplo, a *instância de asfixia* pode ser entendida por um estado de sufocamento ou estrangulação, no qual o sujeito se sente sufocado perante uma ameaça estarrecedora e, em parte, inevitável. Essa categoria coliga-se ao desespero, na acepção de desesperançar, onde diante de uma opressão e sujeição moral ou social, o indivíduo experimenta uma restrição na capacidade de viver e de desfrutar da própria existência.

Inclusos na *instância de asfixia objetiva* está aquilo que é concreto e externo ao sujeito, ou seja, situações ou eventos adversos, como o confronto entre facções criminosas, bandidos e policiais autoritários, tiroteios, conflitos entre vizinhos, etc. Dentro da *instância de asfixia subjetiva* está aquilo que é pertinente ou característico ao mundo interno da pessoa, isto é, suas emoções e sentimentos advindos e experienciados no contato com os elementos da *instância de asfixia objetiva*, dentre eles destacam-se o medo, a ansiedade, a tristeza, o pânico, a indignação, a raiva, a desesperança, a impotência, dentre outras.

Machado da Silva¹²⁰ (2008) faz uma análise semelhante, porém não enfatizando os aspectos emotivos e sentimentais dos moradores de favelas:

"Toda população moradora de favelas [...] emparedada, vive uma vida sob cerco. De um lado, pela violência criminal e policial que desestabiliza a sociabilidade em seus territórios de moradia (e de trabalho, para muitos) e dificulta o prosseguimento regular das interações nas diferentes localidades[...] De outro lado, o medo e a desconfiança generalizados das camadas mais abastadas da cidade obrigam os moradores de favelas a um esforço prévio de "limpeza simbólica" – isto é, a necessidade de demonstrar ser "pessoa (ou grupo) de bem", a fim de ganhar a confiança do outro". (p.14-15)

Nesta análise de uma vida sob cerco se buscou descrever e interpretar a sociabilidade dos "confinados", ou seja, as formas específicas de relações sociais ou de

vínculos que se estabelecem nessas localidades, onde a preservação da integridade física e moral, as negociações e os elementos de convivência assumem características peculiares.

Um aspecto bastante curioso da vida cotidiana na favela é o fato da imensa maioria das violências percebidas vincular-se à dinâmica do conflito entre os grupos armados, em detrimento dos conflitos das mais variadas ordens (SILVA¹³², 2012). Frente a isso e buscando articular as duas *instâncias* citadas, observa-se nas falas a seguir como o conflito entre facções (instância de asfixia objetiva) pode infundir sentimentos de pânico, medo e desesperança (instância de asfixia subjetiva):

"Confronto entre facções são muito comuns, e é uma situação que uma hora ou outra a gente acaba presenciando... Muitas das vezes o sentimento que se instala é de pânico, pois nessas situações nunca podemos prever o estrago que pode acontecer."(rapaz, 16 anos)

"Ao voltar da escola fiquei presa no meio de um tiroteio, próximo a minha casa, mas não pude chegar em casa... com medo pensei que seria baleada, mas minha mãe foi me buscar e me levou pra casa.... Não tem o que fazer (nessas situações) só esperar." (moça, 16 anos)

Silva¹³² (2012) afirma que a transformação da favela em uma arena de enfrentamento de grupos armados tornou-se o principal fator de desestabilização do cotidiano dos moradores, pois define a rotina dos responsáveis, que, muitas vezes, são dominados pelo temor permanente de deixar seus filhos circularem livremente. Como se vê, os interditos espaciais derivados da luta interna da favela se expandem, objetiva e subjetivamente para outros territórios da cidade e marcam a rotina dos equipamentos sociais como escolas, serviços de saúde e demais setores de possível alcance dessa violência.

Outro fator que leva a um *estado de asfixia* (objetiva e subjetiva) é a presença de bandidos, que sendo detentores do poder dentro da favela (embora esse poder também seja exercido para além das fronteiras da favela), perpetram violências, ora espancando

e punindo, ora matando e executando pessoas. Esses fatores se articulam com sentimentos de medo, tristeza e impotência, levando muitas vezes a uma disposição em que o jovem tende a naturalizar essa prática, admitindo-a como normal:

"já presenciei mortes em que um queria executar o outro. Senti bastante medo e não sei porque, mas fiquei pensando na minha mãe." (moça, 16 anos)

"já aconteceu dos bandidos matarem homens na porta da minha casa. Tenho essa imagem na minha cabeça... já chorei muito por causa disso." (moça, 17 anos)

"já vi bandidos espancando um jovem por ele ter vacilado.... Isso é muito triste né. Hoje em dia tá todo mundo muito violento." (rapaz, 16 anos)

"a gente vê direto uma porção de homens armados aqui na comunidade, mas fazer o que? Não tem o que fazer. Isso não vai mudar. A gente tem que conviver com isso mesmo. Isso pra mim é normal." (rapaz, 17 anos)

A presença e o intercurso desses criminosos no seio da favela fazem com que as pessoas que lá residem tenham medo, assumindo, portanto, uma posição silenciosa e passiva em relação às situações de violência. Essas relações sociais estão sujeitas a vetores de força, ou seja, as relações de poder, que não são simplesmente definidas, mas impostas. Não é rara a ocorrência de ameaças de morte contra membros da comunidade, caso não se submetam às regras que eles impõem (GUARESCHI²², et al., 2003). Outros jovens ressaltam o abuso de autoridade por parte de policiais:

"Bandidos sendo muito autoritários ou policiais entrando na casa dos moradores. Acho esse tipo de situação desnecessária e dá uma indignação... Diante disso, converso com amigas e guardo pra mim mesmo. Se levar isso pra frente não dá em nada mesmo, só piora." (moça, 17 anos)

"Diversas violências. Policiais entrando nas casas dos moradores. Dos tipos mais diversos, desde furtos até mortes... Isso me deixa triste é pensativa. Sei lá, penso em me mudar, mas aí lembro que violência existe em qualquer lugar." (moça, 17 anos)

A violência policial atinge intensamente a juventude, especialmente a que reside em comunidades pobres. Os sentimentos que a polícia desperta nos jovens são de medo,

desconfiança, desrespeito, ameaças, torturas, extorsão, abuso de poder, independentemente do estrato social desses jovens (MINAYO e SOUZA⁷², 1999).

Em geral, a visão é de que os policiais agem de modo discriminatório e arbitrário com os habitantes da favela, invadem suas casas e, muitas vezes, tratam as pessoas com extrema brutalidade (GUARESCHI²², et al., 2003). Adicionalmente, uma jovem expressa um sentimento alarmante a respeito de como enfrenta essa situação de violência policial:

"já presenciei de policiais entrando na minha casa sem ser convidado. Me senti invadida, sabe é tipo um estupro. Pensei em falar umas verdades pra eles, mas não pode porque eles são os maiores." (moça, 18 anos).

Esse sentimento de que foi violada ou estuprada socialmente e psicologicamente, frente ao autoritarismo da polícia, expressa de maneira singular a *instância de asfixia subjetiva*, pois percebe-se um estado de estrangulação e violação (comparado a um "estupro") no próprio sujeito por forças externas a ele (*instância de asfixia objetiva*), a ponto de sentir-se impotente e desesperançoso diante de uma situação de opressão e sujeição.

Além disso, observa-se que a vida diária na favela é rodeada por um clima tanto de violência quanto de insegurança e desrespeito. Isso abarca também todas as esferas de convívio, como é o caso de brigas e conflitos entre vizinhos, tal como alguns relatam haver testemunhado:

"um matando o outro e não me lembro de ter sofrido. Me sinto triste com isso tudo." (moça, 16 anos)

"Mas uma vez, uma vizinha minha, vi uma vizinha minha apanhando na rua de um cara. E eu tive que ir até lá tirar ela das mãos dele sem um pedaço da orelha." (rapaz, 17 anos)

Por fim, compreende-se que o fenômeno da violência, pode assemelhar-se a um "líquido corrosivo" que penetra em todas as esferas sociais, instituições organizacionais, comunidades e famílias, resultando em distintas ramificações e efeitos impactantes na

construção subjetiva de cada sujeito, podendo trazer implicações na dinâmica e funcionamento social destes. Assim, as violências e suas repercussões parecem ser “líquidas”, estando em todo lugar, manifestando-se fenomenologicamente em cada indivíduo na forma de *instâncias de asfixia objetiva e subjetiva*.

Contudo, é importante destacar, que, em virtude de diversas circunstâncias e atravessamentos, essas duas *instâncias de asfixia* são patentes e notórias em distintos contextos que se inserem para além das fronteiras da favela, tal como se fazem presente na vida de indivíduos que experimentam as violências seja onde e de que forma forem.

6.3 Ser jovem

A intenção aqui é discutir a respeito do que é ser jovem, considerando os significados que os participantes outorgaram a essa temática, surgindo as seguintes conotações, desenvolvidas a seguir: favelatizar, não dar mole e aproveitar as oportunidades, fase confusa e cheia de responsabilidades, fase de descobertas e de fácil influência, etapa mais desejada da vida, fase de iniciação para um viver de verdade e, vazio existencial – um vazio na barriga que não é fome.

6.3.1 Favelatizar: uma forma de Ser jovem

Salienta-se aqui como o *lugar* (componente constituinte da memória, particularmente ligado a lembrança e vivências do sujeito) (POLLAK¹⁰⁵, 1992) é um elemento importante na construção e formação da identidade dos sujeitos. Os lugares podem ser atravessados por *acontecimentos* e *pessoas* (outros elementos constituintes e fundantes da memória), havendo uma ligação muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Pollak¹⁰⁵ (1992) destaca que a construção da identidade é um

fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de credibilidade e que se faz por meio da negociação direta com outros. É nesse sentido que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade.

Neste sentido, o lugar/território é base material da existência humana, e sua apropriação para as diversas formas de uso é condição necessária para que a vida seja possível. Nessa perspectiva, evoca-se a discussão de Gondim e Monken¹⁸² (2017) sobre território e territorialização nas diferentes práticas de vigilância, no campo da saúde pública. O conceito de território permite descrever e entender os modos de vida e como pessoas e grupos se organizam e se relacionam.

“Território é o espaço delimitado, produzido pela sociedade, no qual existem múltiplos objetos geográficos (naturais e construídos), atores sociais – pessoas (indivíduos e grupos) e instituições –, relações (fluxos) e poderes diversos.” (GONDIM e MONKEN¹⁸², 2017, p.22).

Consequentemente, territorialização é compreendida como:

“Processo pelo qual populações, pessoas, grupos, se fixam em um espaço, em determinado tempo (espaço temporal), e no qual organizam e estabelecem relações sociais que possibilitam criar identidade, vínculo e pertencimento ao lugar.” (GONDIM e MONKEN¹⁸², 2017, p.36).

Dito isso, observou-se como o lugar/território da favela torna-se um aspecto fundante na estruturação da identidade jovem:

“Se a gente não favelatizar, nego engole a gente... nego caga na nossa cabeça. E aí fora [da favela] Playboy quer ser melhor que a gente, acha que é melhor que a gente. Por isso, que eu digo: 'se a gente não favelatizar nós não tem respeito' ” (rapaz, 16 anos).

“O lugar onde você passou a maior parte da sua vida sempre vai ser um lugar que vai fazer você. Tipo, formar sua identidade, seu modo de ser, entende!?” (rapaz, 18 anos).

Favelatizar é uma característica peculiar surgida para se colocar no mundo e se impor enquanto sujeito, que traz arraigada em seu bojo uma manifestação potente e ativa no modo de ser e existir. Essa particularidade está intimamente ligada ao território favelado.

Segundo Gondim e Monken¹⁸² (2017) quando a pessoa se estabelece em determinado lugar, carrega consigo a história, hábitos, costumes, pertences, projetos,

desejos e dúvidas, ao mesmo tempo que encontra e recebe elementos semelhantes e diversos que, em interação, vão contribuir (positiva ou negativamente) na sua vida.

Conforme se vê a seguir:

"Tem gente que fala que as favelas são tudo igual. Mas né não! Favela não é tudo igual... Maré é uma coisa, barbante é outra, alemão é outra e assim vai... até aqui dentro da maré tem favela diferente uma da outra. Mas cada favela tem um clima e tem uma cara diferente, sabe!? E cada morador vai ser aquilo que a favela que mora faz dele." (rapaz, 17 anos).

"A gente vem daqui sim... a gente é da comunidade, é favelado. Mas não tem que aceitar o que impõe sobre a gente. Como se todo jovem da favela fosse bandido. nós não somos bandidos... posso ser favelado, mas não sou bandido." (moça, 16 anos)

"Eu não me importo e nunca me importei, porque a gente é favelado. Isso ninguém vai tirar de mim. Ainda que minha mãe e meu pai queiram se mudar, sair daqui, mas foi aqui que nasci e fui criada. Isso acho que não tem como sair de mim. É a minha vivência, sabe!? Isso que fica na minha cabeça, nos meus pensamentos, e não tem jeito." (moça, 17 anos)

Este ato de *ser-estar-fazer* num lugar favelado atravessado por acontecimentos, experiências e pessoas propicia um processo de construção de identidade e vínculos relacionais característicos da favela, que ora pode ser sentido como uma condição arraigada no jovem, a ponto dele ser aquilo que a favela faz dele. Assim, conforme assinala Saffioti¹⁸³ (1997), o sujeito integra permanentemente a realidade objetiva com a qual interage, construindo-se na e pela relação social. Desta sorte, os sujeitos derivam de uma atividade, um movimento, ou seja, do viver a vida, do produzir e reproduzir a vida em todas as suas dimensões. Proporcionalmente, Zanella¹⁸⁴ (2004), corrobora ao afirmar que só há sujeitos porque são constituídos em contextos sociais, os quais, por sua vez, resultam da ação concreta de homens que coletivamente organizam o seu próprio viver.

Deste modo, é possível entender esse *modo de ser jovem* para além de uma identidade jovem, formatada e quadrada, mas também, constituindo-se numa *intensidade juvenil*, que manifesta-se num “movimento”, enfatizando as forças que

atravessam e constituem os sujeitos em vez das formas com que se tenta defini-los (COIMBRA, BOCCO e NASCIMENTO⁵⁶, 2005), de maneira que não se busca caracterizá-los, enquadrando-os numa categoria específica e estática, mas ressaltando, em especial, o modo de se viver.

Como se verá a seguir, alguns participantes trazem em suas falas outras ideias introjetadas na forma de ser jovem, isto é, moldes de expressar as intensidades juvenis.

6.3.2 Não dar mole e aproveitar as oportunidades

"Jovem é uma fase hoje, que não podemos dar mole. Temos que aproveitar as oportunidades que surgem para termos um futuro melhor. Os jovens de hoje em dia não estão mais curtindo a sua juventude de maneira legal, mas o ser jovem é muito mais." (rapaz, 16 anos)

“Não dar mole” diz respeito a não vacilar, não deixar a desejar, principalmente no sentido de aproveitar as oportunidades que surgem, de forma a dar instrumentalidade e recursos para o jovem se preparar para a vida adulta. Todavia nesse processo podem sobrevir conflitos e impasses na vida de alguns jovens.

Há quem veja nestes tumultos juvenis os *ritos de passagem* cedendo lugar a *ritos de impasse* (PAIS¹⁸⁵, 2009). *Ritos de passagem* demarcavam, de modo preciso, a transição dos jovens para a idade adulta. Pais¹⁸⁵ (2009) alude que para muitos jovens, as dificuldades de emprego e o desequilíbrio no mercado matrimonial geram problemáticas *situações de impasse*. É neste âmbito que se identifica um vestígio para refletir-se a respeito do entendimento de alguns comportamentos juvenis da contemporaneidade que talvez possam ser discutidos a partir de um novo conceito, o de *ritos de impasse*. Os *ritos de impasse* afloram associados a situações de *anomia*, quando necessidades essenciais de segurança e auto-estima não se satisfazem ou quando sentimentos de pertença identitária se fragilizam.

Assim, *ritos de impasse* preenchem vazios de trocas simbólicas e ritualísticas que, em sociedades tradicionais, constituíam modelos de construção da identidade juvenil, inscrita em processos de transição para a vida adulta. Tais *ritos de impasse* envolvem jovens para os quais o futuro é ameaçador, daí que apostem em diferentes estratégias: ora vivendo o presente e menosprezando o futuro; ora tateando oportunidades, numa lógica de “para o que der e vier”. De fato, umas vezes os riscos criam oportunidades, outras vezes geram situações de impasse, sujeitas a novas ritualizações (PAIS¹⁸⁵, 2009). Contudo, podem gerar um imbróglio naquilo que constitui-se no “vir a ser jovem”.

6.3.3 Fase confusa e cheia de responsabilidades

"Um pouco confuso, pois o adolescente tá saindo da vida de criança e agora tem que ter um pouco... muito, de responsabilidades. Têm... têm uma nova vida, uma nova escolaridade e com isso os problemas" (moça, 16 anos)

"ser jovem é sorrir, festejar, estudar, mas ao mesmo tempo ter consciência das responsabilidades." (rapaz, 16 anos)

"ser jovem é arrecadar mais responsabilidades". (rapaz, 18 anos)

"ser jovem é aprender a ter responsabilidades." (rapaz, 17 anos)

Existem diversos estudos que trazem a lume o aspecto confuso da categoria “jovem”, que lhe imprimem uma vertente de “problema social”, concebida como uma fase de crise, irresponsabilidade e rebeldia (PICCOLO⁴², 2010; ABRAMO³⁷, 1997; LEITE e SILVA⁴³, 2013). De fato, muitos consideram a juventude como um momento de crise, uma fase confusa, difícil e dominada por conflitos com a auto-estima e/ou com a personalidade (DAYRELL¹⁸⁶, 2003). Porém, torna-se necessário colocar em questão essas imagens, pois, quando arraigados nesses “modelos” socialmente construídos, corre-se o risco de analisar os jovens de forma negativa e limitada, enfatizando as características que lhes faltariam para corresponder a um determinado modelo de “ser

jovem”. Com base nessas preocupações, esses sujeitos sociais constroem um determinado modo de ser jovem, baseados em seu cotidiano (DAYRELL¹⁸⁶, 2003) e revelando diferentes dimensões da intensidade juvenil.

Além do aspecto confuso do “ser jovem”, surge outro ponto significativo, que é a responsabilidade, que aparece como um impasse diante dessa nova fase da vida. O *impasse* é tanto mais desconcertante quanto é certo que, no nível das representações e conhecimento, continuam a persistir normatividades etárias, isto é, idades consideradas ideais para se dar determinados “passos” ao longo do curso de vida (PAIS¹⁸⁵, 2009).

A fala desses jovens demonstra como vem evoluindo as intensidades juvenis, como foi exposto por Dayrell¹⁸⁶ (2003), que apontou em seus estudos que havia uma visão cristalizada nos anos de 1960, de que a juventude além de ser um tempo de liberdade, de prazer, de expressão de comportamentos exóticos, seria um período marcado pelo hedonismo e pela irresponsabilidade. Contra-pondo-se a isso, as falas remetem a assunção de responsabilidades, a busca da independência e a necessidade de dar provas de auto-suficiência.

Assim, compreender a adolescência/juventude requer considerar as especificidades e as diversidades de manifestação desse período do ciclo vital, contextualizando-a na cultura e na sociedade na qual está inserida. Portanto, não pode ser compreendida como um fenômeno homogêneo em diferentes regiões e classes sociais (MELO, BARROS e ALMEIDA³⁶, 2011)

6.3.4 Fase de descobertas e de fácil influência

Dentro dessa intensidade juvenil, ser jovem também configura-se como uma fase de novas descobertas, e, nesse afã de descobrir e se autodescobrir, alguns jovens temem

não levar uma vida original, espontânea e criada por eles mesmos, mas perpassadas por influências, sobretudo as más:

"É muito bom, mas ao mesmo tempo perigoso, pois é a fase de descoberta, e se não tomar muito cuidado pode ser influenciado para caminhos errados, tanto pela convivência, como pela mídia. porque a gente vê tanta coisa por aí, na televisão." (moça, 18 anos).

Existe uma ambivalência que permeia os significados atribuídos acima, entre ser *bom* e ao mesmo tempo *perigoso*, em virtude da ideia ser seguida por uma mobilização de buscar novas experiências, pois, neste ínterim, o jovem pode acabar seguindo *caminhos errados*, escolhidos em função das más influências, sobretudo, em função da força do grupo nessa fase da vida. Esse significado da juventude é semelhante àquele comumente apresentado pela mídia, onde o jovem assume o papel de facilmente influenciável. Essas são características estereotipadas sobre esta fase do desenvolvimento humano.

Percebe-se que nesta etapa da vida ocorrem transformações físicas, psicológicas e sociais. Durante esse período, o corpo, como uma extensão do eu, se transforma, havendo também modificações no próprio eu, aparecem novas ideias e uma nova forma de ver o mundo. Como tudo acontece ao mesmo tempo, é normal que ocorram conflitos internos e externos, o que não significa que necessariamente isso se afigure como sensação de dificuldade ou como problema, visto que cada pessoa tem uma experiência única de vida.

No que diz respeito às "más influências", alguns autores apontam a violência como um dos principais fatores que afetam o desenvolvimento do jovem. Assis, Deslandes e Santos¹⁸⁷ (2005) afirmam que um dos fortes empecilhos para o total desenvolvimento de jovens entre 10 e 19 anos no Brasil é a violência, sejam como vítimas ou autores de suas diferentes manifestações. Para essas autoras, a violência

diminui a expectativa de vida, reduz o potencial da população, representa custos para as famílias e para os sistemas de saúde, e interfere nos projetos de vida.

6.3.5 Etapa mais desejada da vida

"Nunca pensei nisso... mas ser jovem é viver a etapa mais desejada da vida. A etapa das oportunidades, dos amores, dos prazeres, das festas, ostentação. Quando se é criança todos desejam ser logo jovem e quando se é velho é a etapa que todos gostariam de voltar." (moça, 18 anos)

Embora haja evidências de que esta é a etapa mais desejada da vida, parece que é para a criança, que deseja crescer, e para o idoso, que deseja retornar, porém para o próprio jovem esse período não demonstra-se tão claro assim. Observa-se que quando se está vivenciando a juventude, essa experiência de se pensar acerca dela aparenta não manifestar-se, ou seja, ser jovem é exatamente não refletir sobre algo quando se tem. Pelo contrário, alguns almejam crescer logo. Este pode ser considerado um período caracterizado pelos impulsos do desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social e pelos esforços do indivíduo em alcançar os objetivos relacionados às expectativas culturais da sociedade em que vive.

Na mídia a juventude costuma ser retratada como a mais perfeita encarnação da figura hedonista, e, quando comparada com as crianças, possui certa autonomia. Entretanto, quando equiparada aos adultos se encontra ainda livre das obrigações conjugais, parentais e laborais que pesam sobre os mais velhos. Tratada como sinônimo de alegria, bom-humor, graça e leveza, a juventude deixa de ser apenas uma etapa da vida para se tornar um estado de ser, desde que se tenha presente uma predisposição para *o joie de vivre* – alegria de viver (ZARUR e CAMPOS¹⁸⁸, 2015).

Ponderando a respeito da contemporaneidade e a partir das concepções dos sociólogos Bauman, Zarur e Campos¹⁸⁸ (2015), conclui-se que a vida tornou-se estetizada, um espetáculo no qual o sujeito vale pelo que parece e não pelo que é. Nas

redes sociais, as *selfies*¹⁷ estão em destaque, são numerosas e minuciosamente selecionadas e, invariavelmente, apresentam uma imagem positiva. A boa apresentação, a beleza, e a fama configuram-se como atributos extremamente desejáveis, pois na sociedade de consumo todos estão dentro do mercado, sendo consumidores e consumidos. O predomínio das imagens resulta em uma supervalorização da aparência corporal, e o público jovem acaba se enquadrando nesses padrões. Isso pode resultar no imaginário social de que a juventude incorpora uma etapa ideal e mais desejada na vida.

Nesse cenário, a juventude assumiu “um status de produtora de gostos e costumes, o que lhe confere um poder hegemônico antes inimaginável” (ROCHA e PÈREIRA apud ZARUR e CAMPOS¹⁸⁸, 2015). Deste modo, ser jovem não é mais uma faixa etária estipulada e socialmente construída, mas um projeto de vida que se estende para muito além da adolescência (ZARUR e CAMPOS¹⁸⁸, 2015). Ratificando, Debert¹⁸⁹ (2010), a juventude perde a conexão com um grupo etário específico e passa a significar um valor que deve ser conquistado e mantido em qualquer idade através da adoção de formas de ser e viver, adquirindo modos de expressar atitudes na vida, isto é, maneiras de subsistir e manifestar suas intensidades juvenis.

6.3.6 Fase de iniciação para um viver de verdade

Para muitos a juventude pode se configurar como um viver inexistente, com um protagonismo juvenil apático e sem vigor. Parece haver uma caracterização da juventude como um período de aprendizagem e de uma simples preparação de um caminho futuro que se deseja viver verdadeiramente, como se aquele atual presente que estariam vivendo não fosse genuíno e autêntico:

"É o momento para escolher e se preparar para o caminho que quer viver. Porque antes parece que tudo era 'café com leite' [risos]... Até porque, você já

¹⁷ *selfies* - Fotos em primeira pessoa.

viu como os mais velhos falam, pelo menos meu pai, meus tios falam, que a gente não tem vida, isso que a gente tem não é vida, que bom mesmo era no tempo deles..." (rapaz, 17 anos)

"É um aprendizado. É uma faixa etária de idade que mais se aprende, não que o adulto saiba de tudo. Mas a adolescência é onde mais aprendemos. Ser jovem é uma fase que aprendemos, nos preparamos, pra vivermos nossa vida de verdade." (moça, 17 anos)

É comum observar no cotidiano de muitos jovens da nossa cultura uma espécie de anulação de suas histórias. Os adultos frequentemente dizem aos mais novos que eles não têm passado, pois “bom mesmo era antigamente”, ademais, a vida que levam não é apropriada, visto que, se alimentam mal, se vestem mal, vivem mal, etc. Deste modo, do jeito que as coisas estão, indo de mal a pior, “não terão futuro”. De maneira implícita, essas convicções acabam retirando o passado, o presente e o futuro do jovem, isto é, abolem a sua própria história, imprimem nele uma incapacidade de existir e incorporam uma irrealidade na sua vida presente, como se somente a vida futura (adulta) fosse de fato a plenitude total de sua existência.

Neste sentido, uma ideia, em forma de pergunta, que permeia e já permeou a vida de muitos é a seguinte: “*O que você vai ser quando crescer?*”. Os rudimentos que atravessam essa pergunta trazem em seu âmago, ainda que de forma tácita, a ideia de que, não só o jovem, mas também a criança introjeta a noção de que não é ninguém, passando a “ser alguém” somente a partir do período que entrasse na vida adulta, sobretudo quando adquirisse um emprego. Adicionalmente, neste contexto, a profissão se apodera do “ser”, tomando o lugar da identidade da pessoa.

Novaes¹⁹⁰ (2007) diz que a juventude acena como uma espécie de “moratória social”, sendo vista como uma etapa de preparação, em que os indivíduos processam sua inserção nas diversas dimensões da vida social, a saber: constituir família e responsabilizar-se por ela, inserir-se no mundo do trabalho, exercitar plenamente os direitos e deveres de cidadania.

Hoje já é comum falar em “juventudes”, no plural. São desiguais e distintas as possibilidades de se viver a juventude como “moratória social”, tempo de preparação. A condição juvenil é vivida de forma desigual e diversa em função da origem social, dos níveis de renda, das disparidades socioeconômicas, entre campo e cidade, entre regiões do mesmo país, entre países, entre continentes, hemisférios, etc (NOVAES¹⁹⁰, 2007).

Com o virar do século XIX, Pais¹⁸⁵ (2009) afirma que as fases de vida ganham novas valências e relevâncias. Não obstante, independentemente das fronteiras entre as várias fases de vida se encontrarem sujeitas a uma crescente indeterminação, continuam a ser valorizados determinados marcadores de passagem entre esses momentos. Assim, ao se referir ao público juvenil, há um reconhecimento genérico quanto às idades esperadas para se ter relações sexuais, deixar a escola, casar ou ter filhos. Essas trajetórias de vida são singulares, mas inscrevem-se em regularidades que têm marcas culturais e sociais.

Novaes¹⁹⁰ (2007) declara que a juventude é como um espelho retrovisor da sociedade. Mais do que comparar gerações, é necessário comparar as sociedades em que vivem os jovens de diferentes gerações. Ou seja, em cada tempo e lugar, fatores históricos, estruturais e conjunturais determinam as vulnerabilidades e as potencialidades das juventudes. Nesse sentido, para além da dimensão biológica (os hormônios, a adrenalina, o corpo jovem), essa autora alude que ser jovem, em um mesmo tempo histórico, é viver uma experiência geracional comum, ou seja, cada jovem vive de acordo com a sua época. Contudo, embora essa fase de vida se encontre sujeita a regularidades, cada indivíduo pode viver singularmente o seu próprio curso de vida (PAIS¹⁸⁵, 2009).

6.3.7 Vazio existencial - *Um vazio na barriga que não é fome*

Essa subcategoria surgiu, em virtude de uma fala significativa de uma jovem, ao narrar sobre suas escolhas e solidão, isto é, suas angústias.

“A angústia é observada como uma inquietante estranheza, um sentimento sinistro, algo que o sujeito sente de forma inegável e avassaladora; o indivíduo é afetado em ato, no instante. Ele é como que tomado por esse turbilhão de emoções profundamente assustadoras e contraditórias, que o deixam, por vezes, profundamente desorientado. Etimologicamente, a palavra angústia originou-se do vocábulo grego *argor*, que significa estreitamento, diminuição. É como se, nos momentos de angústia, o indivíduo se sentisse sufocado, como se a passagem do ar se tornasse impossível e a conexão com o cosmos diminuísse, trazendo uma sensação de desolamento e aniquilação. O indivíduo tem a sensação de desamparo e solidão.” (OLIVIÉRI¹⁹¹, 2007, p.35)

Embora, exista uma estruturação do jovem enquanto sujeito pertencente a um lugar/território, sendo realçada sua identidade, que manifesta-se em intensidades juvenis, com práticas e condições específicas de sua época e de sua fase de vida, a partir dos dados colhidos também foi possível perceber que esses aspectos seguem acompanhados por uma oscilação no que diz respeito ao “vir a ser jovem”, isto é, na sua própria existência, que muitas vezes resultam num vazio existencial. Por *vazio existencial* subentende-se indagações e uma busca que o sujeito faz acerca do sentido de sua vida e da falta de uma razão de ser (FRANKL¹⁹², 1989).

Numa tentativa de descrever a angústia e aflição interior, que às vezes perpassam sua vida, uma jovem relata: *“Às vezes falo com minha mãe que sinto um vazio na barriga que não é fome.”* (moça, 17 anos).

Este sentimento inominável surge e é sentido como “um vazio na barriga que não é fome”. Esta denominação pressupõe uma analogia e uma demanda, pois um indivíduo ao sentir seu estômago vazio, deduz-se que este precisa ser preenchido, a fim de saciar sua necessidade biológica. Da mesma forma, este vazio interno, sentido na “alma”, configura-se numa necessidade existencial que não pode ser saciada ou preenchida por elementos materiais ou orgânicos, mas por rudimentos impalpáveis. Por isso, a descrição de que, ainda que o vazio pareça estar localizado na barriga (âmago do indivíduo), não é uma fome fisiológica, mas algo que fenomenologicamente manifesta-

se como uma “fome existencial”, isto é, uma ânsia por existir e encontrar razões e sentido para a própria vida.

Neste percurso, o jovem tem de criar meios e estratégias para se reinventar enquanto sujeito, sobretudo para lidar com situações adversas da vida.

6.4 Estratégias para lidar com vivências de violência

A seguir são expostas algumas formas de lidar com situações de violências desenvolvidas pelos jovens entrevistados, dentre as quais destacam-se o esporte, a religião e o *ASMR (Autonomous Sensory Meridian Response)*¹⁸. Pode-se considerar que essas “formas de lidar” são estratégias que emergem diante de vivências de violências, que, segundo alguns autores, são denominadas como *estratégias de coping* (LISBOA¹⁹³ et al., 2002; LIMA¹⁹⁴, 2013; SONODA¹⁹⁵ et al., 2016; EPSTEIN-NGO⁷⁹ et. al., 2013). O *Coping* é uma palavra inglesa sem tradução literal em português, podendo significar “lidar com”, “manejar”, “enfrentar” ou “adaptar-se a” (PANZINI¹⁹⁶, 2004; PANZINI e BANDEIRA¹⁹⁷, 2005; ALVES e ASSIS¹⁹⁸, 2015). É um conjunto de estratégias, cognitivas e comportamentais, utilizadas pelos indivíduos com o objetivo de lidar com demandas internas ou externas que surgem em situações de estresse (LAZARUS e FOLKMAN apud BRITO¹⁹⁹ et al., 2016). Lazarus e Folkman (apud BRITO¹⁹⁹ et al., 2016) definem estresse como uma relação entre pessoa e contexto ambiental, que é percebida como excedendo seus recursos pessoais e ameaçando seu bem-estar.

¹⁸ASMR - em Inglês *Autonomous Sensory Meridian Response*, que em português pode ser traduzido como *Resposta Sensorial Autônoma do Meridiano*. É um recurso virtual que tem como intuito provocar relaxamento e bem-estar, sendo um fenômeno sensorial previamente não estudado, no qual os indivíduos experimentam uma sensação de formigamento e estática em todo o couro cabeludo, parte de trás do pescoço e às vezes em outras áreas do corpo, em resposta a estímulos de áudio e visual de desencadeantes específicos (BARRATT e DAVIS²⁰⁰, 2015).

Observa-se que as estratégias variam de acordo com os contextos no qual a pessoa interage e os fatores situacionais podem interferir nas respostas de *coping* e influenciar nos tipos de estratégias a serem utilizadas (LISBOA¹⁹³ et al., 2002). Além disso, já foi analisado e exposto neste presente estudo o que alguns jovens manifestaram de suas experiências frente a situações de violências na família, que resultaram em *anestésias relacionais* (RAVAZZOLA¹⁷³, 2005), que podem ser entendidas como uma forma de evitar entrar em contato com situações estressoras e que causam mal-estar.

Aflora nesta categoria algumas estratégias que certos jovens desenvolvem, a fim de se reinventar para lidar com situações de violências ou de desconforto. Como se verá a seguir, ao perceber a situação estressante, o sujeito experimenta uma sensação emocional desagradável, buscando adotar estratégias que minimizem seu sofrimento (LISBOA¹⁹³ et al., 2002).

6.4.1 Esporte

A prática esportiva, em especial as artes marciais, é apontada como forma de lidar com a própria agressividade e impulsos violentos:

“Olha eu vejo tanta violência nessa comunidade que às vezes me da uma revolta. As vezes da vontade de sair metendo a porrada em todo mundo. Mas paro pra pensar e vejo que se fizer isso vou me igualar a eles [bandidos e policiais]... Por isso, é bom o boxe, faço no Luta pela Paz [projeto social da área], aí consigo extravasar essa minha raiva”(rapaz, 16 anos)

"Até eu, mesmo sendo mulher adoro treinar... Eu treino Muay Thai e boxe. Eu acredito que o esporte ajuda a gente com esse nosso lado ruim, [violento] sabe!?" (moça, 16 anos)

Embora as falas estejam diretamente relacionadas ao âmbito comunitário, compreende-se que a prática desportiva pode proporcionar um abrandamento de comportamentos agressivos e violentos que vão além das fronteiras da esfera

comunitária, atingindo demais esferas sociais, visto que, estando mais calmos e reflexivos é possível manejar, de maneira mais adequada os atos violentos:

"Embora alguns dizem que a luta é violenta, né não, ela deixa a gente mais calma e faz a gente pensar muito antes de agir." (moça, 16 anos)

Woodward²⁰¹ (2009) afirma que as artes marciais podem proporcionar um significativo exercício de promoção da saúde para seus praticantes. Os benefícios advindos desta prática incluem uma melhor saúde e equilíbrio geral, bem como uma melhora no senso de bem-estar psicológico, além de amenizar a agressividade dos indivíduos e poder ser usado como tratamento de jovens que estão em risco de violência. Deste modo, cabe aqui analisar a luta, enquanto uma modalidade desportiva e fenômeno sociocultural, considerando suas características de esporte e sua interface com a violência.

Neste âmbito, Vasques²⁰² (2013) ressalta que as lutas esportivizadas, tal como qualquer prática esportiva, são formas de luta simbólica, representações do real. Elas surgem em determinado momento histórico com características claras de restrição e diminuição dos atos de violência permitidos.

As lutas na sociedade moderna surgem com uma diminuição dos níveis aceitáveis de violência. Conseqüentemente, as lutas enquanto esporte contemporâneo são mais “abstratas”, mais afastadas dos “combates sérios e reais”. Ou seja, tornam-se uma representação mais simbólica e “menos real” de uma violência propriamente dita (VASQUES²⁰², 2013).

Em sua análise sobre a gênese do desporto, Elias²⁰³ (1992a) revela como emergiu e desencadeou a prática esportiva. O autor afirma que, uma das características essenciais para o surgimento desse fenômeno foi o aumento da sensibilidade em relação à violência, o que transformou os jogos da nobreza inglesa e das classes populares em

práticas pautadas pelas características do esporte, processo que se deu o nome de esportivização (ELIAS²⁰³, 1992a).

De acordo com Elias e Dunning²⁰⁴ (1992), os esportes, assim como as lutas esportivizadas, tornaram-se formas de luta simbólica. A expansão da civilidade fez com que as violências em suas distintas expressões não fossem mais toleradas. Deste modo, jogos com características violentas existentes até então, foram transformados em esportes com diretrizes e instruções exclusivas, trazendo uma redução dos atos de violência. Assim, na contemporaneidade, as lutas esportivizadas são formas de lutas simbólicas com regras particulares que têm como objetivo combater atos de violência real ou práticas não aceitas socialmente.

Vasques²⁰² (2013), em análise sobre as artes marciais mistas (MMA) e a violência, reafirma tais concepções e destaca que parece haver uma necessidade intrínseca e simbólica do ser humano para tolerar a violência:

“Na realidade, a capacidade de tolerância à violência, mesmo que simbólica, depende de fatores históricos, socioculturais e individuais; cada grupo ou indivíduo pode ser mais ou menos tolerante à violência. Por exemplo, indivíduos ou grupos próximos às modalidades de lutas/artes marciais tendem a ver menos violência no MMA do que indivíduos ou grupos distantes deste ambiente, principalmente por possuírem mais “conhecimento sobre o universo” das lutas e do MMA; assim, são mais tolerantes àquela violência. Ocorre que a massificação do MMA faz com que as pessoas tenham mais “conhecimento sobre este universo”, inclusive por próprio interesse midiático; e, por essa razão, possam ser cada vez mais tolerantes à violência simbólica do MMA. Essa forma de naturalização da violência, mesmo que cada vez mais simbólica, é alvo de críticas. Contudo, parece haver uma necessidade humana em saber quem é o mais forte entre os fortes, mesmo que simbolicamente.” (p.13)

Elias e Dunning²⁰⁴ (1992) ressaltam que dentro das práticas esportivas também existem as atividades miméticas, isto é, aquelas atividades que reproduzem algo ou um comportamento de modo idêntico. As atividades miméticas são experienciadas em determinadas situações, neste caso, nos esportes, podem produzir emoções e sentimentos que se experimentam em situações da “vida real”. Assim, as atividades miméticas transformam-se, numa oportunidade socialmente aceitável para indivíduos liberarem comportamentos de tensão e excitação, contudo, de forma mais civilizada.

Elias²⁰⁵ (1992b) assinala que o indivíduo busca nas atividades miméticas uma forma de excitação, um tipo específico de tensão, frequentemente relacionada com determinadas emoções que procuraríamos evitar na vida cotidiana. O que também proporciona valências para o indivíduo espairer. Como o próximo jovem assinala:

"Tenho muitos amigos que treinam lá [no Luta pela paz]. Lá é muito legal. É um lugar legal pra estarmos espairecendo, porque diante do que, as vezes, acontece aqui, que deixa qualquer um louco e as vezes sem saber o que fazer... quando estamos treinando a gente espairce e se diverte." (rapaz, 16 anos)

Assim, além de ser uma possível estratégia para lidar com a violência e suas distintas expressões, as modalidades de luta vem ganhando cada vez mais destaque, principalmente após a popularização das Artes Marciais Mistas (MMA), que desde os anos 2000 ganhou destaque no Brasil e no mundo com a visibilidade do evento Ultimate Fighting Championship (UFC)¹⁹ (BARON²⁰⁶, 2016). Por conseguinte, ganha um aspecto de oportunidade e também como uma forma de refúgio contra adversidades situacionais e ambientais:

"A luta é um refúgio pra muitos jovens aqui da comunidade." (rapaz, 18 anos)

"Eu gosto muito de ver UFC. A luta pode ser a oportunidade pra muitos jovens aqui [da Maré]. Por exemplo, tem uns caras amigos meus que treinam que são muito bons cara. Eu também me esforço, mas quem sabe um dia a gente não pode estar lá no UFC também." (rapaz, 17 anos).

6.4.2 Religião

Existem diversos estudos que concebem a religião e seus aspectos como uma estratégia de *coping* para enfrentar dificuldades provenientes de vivências laboriosas do cotidiano (PANZINI¹⁹⁶, 2004; PANZINI e BANDEIRA¹⁹⁷, 2005; KOENIG²⁰⁷, 2012; ALVES e ASSIS¹⁹⁸, 2015; BRITO¹⁹⁹ et al., 2016). Sendo assim, o *Coping* religioso diz

¹⁹ UFC é a sigla de Ultimate Fighting Championship, um evento de lutas que envolvem distintas modalidades de artes marciais. Este evento é promovido por uma organização americana de artes marciais mistas, também conhecida por MMA (Mixed Martial Arts).

respeito ao uso da fé ou de crenças religiosas para facilitar a solução de problemas e prevenir ou aliviar as consequências emocionais negativas de circunstâncias de vida que são estressantes (BRITO¹⁹⁹ et al., 2016). Como se vê nas falas a seguir:

“A fé em deus me ajuda muito. Me deixa mais calma e me ajuda com qualquer situação que possa surgir na minha vida. Porque não ter fé e perseverança na vida a gente perece.” (moça, 18 anos)

“Sou evangélico, e mesmo diante de tudo, tenho ânimo pra enfrentar os problemas do dia a dia, porque existe um deus que habita em mim que da força, sabe!? Pra gente enfrentar o que for.” (rapaz, 17 anos)

O coping religioso espiritual acontece quando o indivíduo volta-se para a prática religiosa para lidar com o estresse (PANZINI¹⁹⁶, 2004; PANZINI e BANDEIRA¹⁹⁷, 2005). Desse modo, as crenças religiosas e a espiritualidade são recursos pessoais que servem também como apoio para se esquivar e enfrentar situações desconfortáveis do cotidiano (ALVES e ASSIS¹⁹⁸, 2015), gerando uma conformação e um conforto frente às adversidades.

Koenig²⁰⁷ (2012) descreve que a religião é um comportamento de enfrentamento que reduz o estresse psicológico e social, podendo criar também um sentimento de esperança e confiança de que um ser supremo guarda e cuida de todos. Como declaram as participantes:

“Guardo pra mim [experiências de violência que vivencia] e procuro me precaver o máximo possível e sempre confiando em Deus” (moça, 17 anos)

“Só Deus pra ter misericórdia das nossas vidas. E eu tenho certeza que ele me guarda de todo esse mal que está no mundo” (moça, 17 anos)

Negreiros²⁰⁸ (2003) afirma que a espiritualidade configura-se num recurso poderoso de suporte para enfrentar frustrações, sofrimentos e desafios, além de melhorar consideravelmente a saúde e o bem estar subjetivo. Pois, diante da desesperança e desânimo ou mesmo por qualquer situação de violências existentes, a

figura de um Deus que pode suprir alguma necessidade situacional e existencial surge como um adequado recurso:

“Não tem muito o que fazer [a respeito das situações de violência], somente chorar e pedir pra Deus que guarde toda essa comunidade” (moça, 18 anos)

Adicionalmente, a religiosidade e a espiritualidade empreendem o esforço de significar demandas que emergem no sujeito, como a busca de compreender o próprio sofrimento, a morte e a existência (ALVES e ASSIS¹⁹⁸, 2015). Outra participante menciona utilizar suas crenças para lidar com a realidade de violências territoriais presentes, demonstrando que encontra na fé religiosa algum sentido para tudo:

“A gente vê muita maldade aqui dentro da Maré. esse lugar tem violência de tudo que é jeito. Só Deus pra dar uma nova vida pras pessoas aqui. Porque você conversa com algumas pessoas aqui e elas parecem não ter sentido na vida” (moça, 17 anos)

Conforme esta jovem deixa claro, sua experiência espiritual influencia sua vida em geral, oferecendo, muitas vezes, esperança de que coisas boas podem surgir de qualquer situação adversa, o que também coopera para uma construção de sentido para a vida.

6.4.3 ASMR: uma forma de compensação afetiva

Outro elemento que sobressaiu como forma de lidar com situações de violência foi o ASMR, que em inglês significa *Autonomous Sensory Meridian Response* e pode ser traduzido para o português como *Resposta Sensorial Autônoma do Meridiano*, um fenômeno que se destacou com o surgimento do ciberespaço. O ASMR são vídeos que através de uma condição perceptiva geram uma resposta sensorial, promovendo relaxamento e uma sensação de conforto e prazer. Segundo Barratt e Davis²⁰⁰ (2015), o advento das comunidades de vídeo on-line (como o *youtube*) facilitou a reunião daqueles que experimentam ASMR e, como resultado, centenas de vídeos foram

produzidos, vistos e compartilhados com o objetivo de induzir essa sensação, que se diz semelhante a um sentimento de relaxamento intenso.

O ciberespaço é um lugar concebido de modo virtual através da utilização de meios de comunicação modernos, dentre os quais, destaca-se a internet (LOPES, ARANTES e LOPES²⁰⁹, 2007). O ciberespaço é um espaço que existe no mundo interrelacional e comunicacional do homem, não sendo necessária sua presença física para constituição e estabelecimento de relações sociais, além de ser um mediador entre informações, que podem circular à velocidade da luz (LÉVY²¹⁰, 1999). Com o advento da internet um número significativo de jovens reduziram suas possibilidades de contato físico social (DEL PRETTE & DEL PRETTE²¹¹, 2002), passando a instalar um novo modo de se relacionar e de estar no mundo.

Na sociedade atual o mundo “virtual” e mundo “real” se misturam, de modo que o contrário de virtual (como muitos podem pensar) não é mais real, mas sim, não presencial. É no “lugar virtual” que o sujeito pode experimentar uma nova sociabilidade. O cidadão moderno pode trafegar por diversas infovias até encontrar o espaço com que mais se identifique. Ao encontrá-lo, o indivíduo fixa-se neste endereço eletrônico e passa a experienciar e compartilhar de um lugar simbólico uma sensação de pertencimento de caráter ideológico, afetivo, dentre outros (SILVA e TANCAMAN²¹², 1999). Portanto, conforme argumentam Corrêa, Souza e Petta²¹³ (2007):

“O ciberespaço não se caracteriza pela forma física, constitui-se como um espaço imaginário ou virtual e nem por isso está desconectado da realidade, é parte fundamental da cultura contemporânea. Este espaço não exclui a realidade física e material, apenas a aumenta formando uma terceira dimensão de realidade, uma realidade simulada. É o mundo da superficialidade, da imaginação e das simulações que projeta a vida física na vida virtual.” (p. 5)

O ASMR, que se constitui neste espaço virtual, pode ser considerado como capaz de criar realidades. Todavia, cabe dizer que este é um fenômeno sensorial muito

pouco estudado, menos ainda no Brasil, o que impõe limitações aos possíveis benefícios dessa técnica pelo desconhecimento científico da sua eficiência.

Podemos dizer que o ASMR ainda está em fase de definição na literatura científica, e, em virtude dessa carência, este estudo utilizará os dados da pesquisa e as contribuições descritivas qualitativas dos participantes para explorar as características do ASMR e fornecer uma base para uma investigação experimental posterior.

Alguns autores compreendem que o ASMR é um fenômeno sensorial, no qual os indivíduos experimentam uma sensação de formigamento e estática em todo o couro cabeludo, parte de trás do pescoço e às vezes em outras áreas em resposta a estímulos de áudio e visual de desencadeantes específicos. Esta sensação é amplamente relatada como acompanhada por sentimentos de relaxamento e bem-estar por aqueles capazes de experimentá-lo (BARRATT e DAVIS²⁰⁰, 2015). Outros afirmam que o ASMR é uma condição perceptiva em que estímulos específicos suscitam provas relaxantes e prazerosas sensivelmente localizadas na região da cabeça e pescoço e podem se espalhar secundariamente para outras regiões do corpo. Os disparadores ASMR variam de pessoa para pessoa e podem ser de natureza auditiva, visual e/ou tátil (FREDBORG, CLARK e SMITH²¹⁴, 2017).

Os indivíduos utilizam uma variedade de estimulação visual e de áudio - mais tipicamente através do compartilhamento de vídeos - para obter essa sensação agradável (BARRATT e DAVIS²⁰⁰, 2015). Determinados autores (BARRATT e DAVIS²⁰⁰, 2015; GALLAGHER²¹⁵, 2016; FREDBORG, CLARK e SMITH²¹⁴, 2017) identificam vários gatilhos comuns usados para alcançar ASMR, incluindo sussurros, uso de objetos, atenção pessoal, sons nítidos, movimentos lentos e rápidos, dentre outros. Algumas pesquisas sugerem que a ASMR pode ser útil para proporcionar alívio temporário a indivíduos com depressão, estresse e dor crônica (BARRATT e DAVIS²⁰⁰, 2015). Além

disso, existe o aglomerado emocional e a carga afetiva que perpassam os vídeos ASMR, que geram uma "ligação cognitiva de diversos eventos sensoriais" de modo a afirmar a interimbricação de diferentes modalidades sensoriais e estados afetivos (GALLAGHER²¹⁵, 2016). Muitos desses vídeos representam situações de jogo de papéis, nas quais o espectador é colocado em uma posição de "proximidade" a outra pessoa para ser atendido de alguma forma (BARRATT e DAVIS²⁰⁰, 2015). Esses desencadeadores afetivos proporcionam uma "formação de conexões afetivas" (GALLAGHER²¹⁵, 2016), ainda que de forma virtual. As falas a seguir descrevem bem como o ASMR pode emergir como uma forma de compensação afetiva diante da ausência de alguém significativo, para amenizar o estresse advindo de um ambiente ameaçador, além de proporcionar relaxamento:

“Uma coisa que descobri, que é muito bom, e me deixa muito calma são os vídeos de ASMR. Você já ouviu falar? lembro de um que vi, muito bom, cafuné virtual... é muito bom, pra relaxar. Quando as vezes quero me acalmar, se estou estressada com alguma coisa, estou sempre vendo ou se estou precisando de um abraço. Ouvindo alguém falando com você.” (moça, 17 anos)

“Não sei por que, mas sempre quando sinto falta da minha mãe (falecida) e assisto os vídeos [ASMR] me sinto melhor... deve ser porque sinto alguém falando comigo né!? Sei lá! Mas é legal, estes vídeos relaxam e me deixam bem, me sentindo melhor.” (moça, 16 anos)

“Assistir ASMR é como voltar no tempo de criança, em que minha mãe fazia carinho em mim pra mim dormir. É muito bom e acalma.” (rapaz, 16 anos)

Em virtude de alguns vídeos carregarem essas características afetivas, como falas iniciais: “como você está?”; “oi, que bom que você voltou”; “você está precisando de um carinho, de um cafuné?”; “você se sentirá muito melhor”; etc. Essas falas estreitam a lacuna existente entre virtual e real. Barratt e Davis²⁰⁰ (2015) e Gallagher²¹⁵ (2016) apontam que os benefícios relatados da ASMR podem melhorar o humor e os sintomas de dores, o que, embora ainda sejam necessárias mais investigações sobre o

assunto, há uma possível medida terapêutica semelhante à da meditação e da atenção plena.

Adicionalmente, pesquisas (BARRATT e DAVIS²⁰⁰, 2015; FREDBORG, CLARK e SMITH²¹⁴, 2017) assinalam uma possível ligação entre ASMR e sinestesia (junção de sensações diferentes sentidas ao mesmo tempo. Fenômeno em que estímulos externos específicos causam uma experiência interna em uma segunda modalidade não estimulada). Os vídeos ASMR costumam incluir uma ênfase no uso de sons e estímulos visuais para desencadear a sensação estática de ASMR. A resposta automática e consistente relatada aos estímulos audiovisuais que se sentem em modalidades sensoriais tácteis, ao lado de um sentimento de calma assemelham-se à uma experiência sinestésica. As participantes abaixo descrevem essa experiência, sobretudo no uso desses vídeos para induzir e auxiliar no sono:

“Uma amiga uma vez me falou do ASMR e agora não quero outra vida. sempre antes de dormir eu vejo... ajuda a dar sono. São vídeos pra relaxar e dar sono, dando uma sensação de arrepio na cabeça. Depois de um dia corrido, é muito bom ver.” (rapaz, 17 anos)

“Uma amiga me mostrou os vídeos de ASMR e eu gostei muito, porque eu também sou muito ansiosa e eles me ajudam a dormir. Dão uma sensação boa e tipo de arrepio no pescoço.” (moça, 17 anos)

“ah, tem vários tipos de ASMR, são vídeos pra relaxar. são feitos sons específicos com a boca, movimentos com as mãos, algumas meninas batem as unhas em caixas, ora rápido, ora devagar. É muito bom pra dormir.” (rapaz, 16 anos)

Outra participante ressalta que adentrar neste âmbito virtual, lhe proporciona um escape do seu ambiente físico real que em grande parte do tempo é composto por aspectos desgastantes, incômodos e preenchidos por violências:

“Os vídeos de ASMR dão tipo um relaxamento mental, a gente vai ficando tão calma e com sono que parece mesmo que tem alguém com a gente, e, vou te falar, as vezes nem parece que a gente tá aqui [na Maré]... porque aqui é sempre tudo muito agitado, é funk tocando, músicas alta, isso quando não tem tiroteio.” (moça, 17 anos)

Bauman²¹⁶ (2008) reflete sobre os hábitos altamente mutáveis de nossa sociedade cada vez mais “plugada” nas tecnologias, afirma que:

“Grande porção da vida social já é, como parte da rotina, mediada eletronicamente (ou melhor, onde a vida social já se transformou em vida *eletrônica* ou *cibervida*, e a maior parte dela se passa na companhia de um computador, um iPod ou um celular, e apenas secundariamente ao lado de seres de carne e osso), é óbvio para os jovens que eles não têm sequer uma pítada de escolha. Onde eles vivem, levar a vida social eletronicamente mediada não é mais uma opção, mas uma necessidade do tipo “pegar ou largar”. A “morte social” está à espreita dos poucos que ainda não se integraram ao cibermercado.” (p.8-9).

Portanto, na época vigente “vida social já se transformou em vida *eletrônica* ou *cibervida*”, onde diversos recursos virtuais já adentraram na vida cotidiana comum, e, o ASMR é um desses instrumentos.

6.5. Expectativas em relação ao futuro

“A vivência da adolescência envolve o sujeito em descobertas, anseios, escolhas e desafios, e têm como consequência marcante sua reestruturação psíquica, bem como a mudança de seu papel na sociedade. O adolescente se encontra num processo de conquista de autonomia e para ele o futuro se coloca como uma interrogação. O presente é objeto de constante questionamento, enquanto seus investimentos subjetivos são potencialmente capitalizados para o futuro. O adolescente vive no campo das virtualidades, o que o move à reflexão acerca do que pode vir a ser, buscando integrar suas experiências passadas, desenvolvendo a consciência de ser autor de seu próprio destino” (DE OLIVEIRA, PINTO e SOUZA²¹⁷, 2003, p.17).

Observou-se que há distintas expectativas dos jovens em relação ao futuro. Enquanto uns, numa tentativa de ter ou construir um futuro promissor, se vêem formados em alguma profissão de curso superior, realizados e bem sucedidos; outros têm uma perspectiva de futuro cada dia pior. Sob o ponto de vista mais negativo, as expectativas se relacionam aos aspectos discutidos anteriormente na abordagem do sentido da vida, que trouxe o vazio existencial sentido por alguns jovens, levando-os a experienciar a falta de uma razão de ser e de uma frágil perspectiva de vida futura. Conclui-se, portanto, que a falta de expectativa no presente pode impedir uma projeção à uma vida futura.

6.5.1 O sentido e o vazio da vida

Gilles Lipovetsky²¹⁸ (1989) em sua obra – A era do vazio – diz que, em virtude de haver uma abundância de modelos de referências, a sociedade vive numa flutuação existencial que sucumbe num vazio emocional, pela inconsistência indiferente em que se efetuam as operações sociais. Tudo isto dá lugar, a uma cultura pós-moderna identificável por diversas características: busca da qualidade de vida, paixão da personalidade, sensibilidade extrema, desafeção dos grandes sistemas de sentido, culto da participação e da expressão, moda retro e da reabilitação de certas crenças e práticas tradicionais.

Nesta acepção, Goergen²¹⁹ (2007) entende que pela *dissolução das referências*, o homem corre o iminente risco de submergir na transformação, de ser envolvido, absorvido e levado pelo fluxo da existência, sem conseguir assenhorear-se do seu próprio caminho e destino. Em outras palavras, essa dissolução pode aflorar devido aos *tempos líquidos* (BAUMAN²²⁰, 1999), uma época de liquidez, de fluidez, de inseguranças e incertezas. Nos tempos líquidos os padrões de referência se esvaem, tal como, os códigos sociais e culturais que possibilitam os indivíduos construir suas vidas. Essas são características presentes nas relações humanas vigentes, que retratam a fragilidade dos laços humanos, que se condensam de forma frágil e volúvel. Num mundo com tantas incertezas e cada vez mais fluído é que Bauman²²¹ (1998) passa a compreender que a configuração atual da modernidade é qualitativamente diferente daquela descrita até a década de 60-70 (época tomada como marco simbólico das mudanças históricas e socioculturais).

Esses e outros aspectos podem influenciar na vida do sujeito, interferir na sua cosmovisão e na forma com que busca respostas para suas indagações existenciais. Ao longo de sua existência, o homem buscou construir sentido para sua razão de ser e de estar no mundo. Desde a luta pela sobrevivência, a ocupação do território e a formação

das sociedades primitivas, aos poucos, ele foi tomando consciência de sua singularidade e condição diferenciada das outras espécies e, cada vez mais, vem desenvolvendo meios para afirmar sua presença no mundo e dar sentido a ela (CARNEIRO e STELLA²²², 2008).

Diante dessa trajetória humana na busca de sentido para a vida, é que cabe refletir sobre o pensamento do psiquiatra Viktor Frankl¹⁹² (1989), fundador da logoterapia, que foi por ele definida como a terapia através do sentido. Em seu livro "Um Sentido para a Vida", ele traz um relato de sua experiência pessoal, nos tempos em que esteve em alguns campos de concentração nazistas, dentre os quais destacam-se Dachau e Auschwitz. O autor enfatiza que a condição fundamental que poderia sustentar um homem numa situação de adversidade extrema como aquela vivida por ele nestes campos de concentração era "a consciência de que a vida tem um sentido a ser realizado, mesmo que no futuro" (1989, p. 28).

Frankl¹⁹² (1989) apreende que o "desejo de sentido" é um "valor de sobrevivência", ainda que este seja concebido somente no futuro, torna-se de fundamental importância para que o sujeito possa ter uma expectativa de vida futura:

"eu to hoje aqui... Mas amanhã posso tá morto mesmo. A vida é muito doida... No fim acho que pode não dar em nada. Por isso fico pensando, estudar pra quê, ne!?" (rapaz, 16 anos)

A falta de sentido ou expectativa no presente pode impedir a projeção de uma vida futura. Deste modo, o vazio existencial que se constitui na vida desses jovens é personificado numa fluidez de fenômenos, inclusive na falta de uma perspectiva de vida futura. No caso deste participante, a ausência de esperança pode estar relacionada aos aspectos violentos encontrados no ambiente favelado, que se circunscreve na vida de todos os seus moradores, sobretudo dos jovens.

“Ao observar o percurso histórico, o homem no seu início, parecia resolver a questão da sobrevivência com aparatos mais simples (comida, abrigo, prole), hoje, apesar de todos os recursos à sua disposição, sua condição de permanência na Terra parece uma tarefa cada vez mais penosa. A crise de valores pela qual o homem passa na atualidade remete-nos a uma questão primordial: Que sentido tem a vida? Que propósito podemos dar à vida e ao existir?” (CARNEIRO e STELLA²²², 2008, p. 190).

Esses questionamentos envolvem a vida de muitos jovens que acabam por tentar exprimir uma razão de ser, todavia, de maneira superficial, como uma inconsistência existencial que traduz-se numa “comunicação sem finalidade”:

“Se você vê meu perfil do Facebook, você vai me ver lá sorrindo e tudo, mas na verdade nem sempre sou assim, eu tipo transmito uma pessoa que eu não sou, tipo uma comunicação sem finalidade.” (rapaz, 16 anos)

Tentar transmitir ser uma pessoa que não é pode ser entendido como uma “comunicação sem finalidade”, isto é, há um empenho, mas a comunicação é sem sentido, o que resultará numa frivolidade sem qualquer valor autêntico e original da vida. Neste contexto, a tecnologia e seus diversos desmembramentos como a internet e as redes sociais facilitam e servem como recurso para manifestar tal (in)expressividade.

No anonimato do mundo virtual, o jovem, tal como todo indivíduo, pode demonstrar ser quem nunca sentiu que foi, sendo cômodo revelar uma máscara capaz de ocultar o que de fato sente e experiencia enquanto sujeito no mundo real, diante de situações sociais tangíveis. Além disso, no ambiente virtual é possível que se proporcione gratificações imediatas e momentâneas, que por fim, podem reforçar determinados comportamentos e necessidades não supridas no mundo real (ALVES²²³ et al., 2012).

As trajetórias de vida de muitos jovens assemelham-se a jardins labirínticos de atalhos que bifurcam, como redes que enfileiram diversas possibilidades. Os modos de ser que os jovens buscam engendrar abrem portas a um vazio temporal de enchimento adiado. Pais¹⁰⁸ (2006) alude que os caminhos por eles idealizados são trajetos que nem sempre são alcançados. Para muitos jovens, o projeto hoje é sobreviver, criando

estratégias para lidar com qualquer adversidade que possa surgir na vida e não sucumbir a tal desventura.

Neste sentido, analisando o ser humano em todo seus ciclos de vida, permanece a reflexão proposta por Carneiro e Stella²²², (2008): “Mas o homem, como um todo, mantém sua perplexidade e inquietação na busca de um sentido para a vida. Cabe-nos indagar se isso é alcançável ou não, e, ainda, como fazê-lo” (p.191), isto é, quais estratégias são possíveis estabelecer para tal fim.

6.5.2 Cada dia pior

Partindo de uma perspectiva um pouco mais fatídica com relação ao futuro, sobretudo, por causa das violências vivenciadas, outros jovens declaram um porvir cada vez mais delicado e desfavorável possível. O jovem (erroneamente singularizado, visto que eles são muitos em termos de categorias ou grupos sociais), por vezes, parece ser muito mais angustiado do que contestador. Muitos deles vivem um clima de extrema tensão devido à violência que toma conta de suas vidas de maneira marcante e da qual não pode deixar de encarar (SILVA²²⁴, 2009). Alguns ratificam:

“A violência sempre é ruim, né!? a gente acaba ficando com medo ou pra baixo [triste], desanimada, aí como a gente pode imaginar o futuro? Cada dia pior, cada ano pior.” (moça, 17 anos)

“Tento fazer com que a violência não faça parte da minha vida na forma que é hoje. Raramente podemos escolher como começamos a viver, mas podemos escolher se vamos continuar vivendo da mesma forma. Mas do jeito que as coisas estão, fica difícil viu, difícil.” (rapaz, 16 anos)

“As vezes converso com uns amigos, que ta sinistro, cada dia mais sinistro que outro, mas temos que ter fé que vai melhorar.” (moça, 16 anos)

Os aspectos “cada dia e cada ano pior”, “difícil”, “sinistro” retratam bem como alguns jovens imaginam o futuro. O que está imbricado nestes pontos de vista emerge em virtude das violências experienciadas por cada um deles, lhe dando uma ideia de um

porvir, que de modo direto ou indireto, lhe causam desesperança. Além disso, do ponto de vista psicossocial, a violência estimula a desconfiança, o pânico, o individualismo dentre outros fatores (CANO²²⁵, 2007).

Devido a sua disseminação por distintos espaços da vida social, emerge a violência difusa (BARREIRA⁸⁵, 2013; BARREIRA⁸⁶, 2015), ou seja, um tipo de violência própria da sociedade atual, que assume dimensão polissêmica, direcionada para uma “sensação difusa de insegurança”, bem como para “difusos medos sociais” que atingem todos os cidadãos, independentemente de sexo, idade ou classe social, podendo ser vítimas ou atores de práticas classificadas como violentas, em diversificadas situações sociais.

Os efeitos da violência, como se pode observar, são múltiplos. O primeiro e mais grave é a perda de vidas humanas. Além disso, nos casos de violência não-letal, há as lesões e seqüelas provocadas por ela. Um terceiro impacto acontece sobre as pessoas próximas das vítimas diretas (família, amigos, dentro outros), que também sofrem e muitas vezes adoecem. O simples medo de sofrer violência leva as pessoas a restringirem seus horários e espaços e a mudarem seus costumes, perdendo qualidade de vida (CANO²²⁵, 2007). Ademais, como se observou na fala de alguns jovens, apesar de uns apresentarem uma capacidade considerável de resiliência, a ponto de influenciar em suas ideias futuras, a violência se inscreve como um obstáculo para uma (re)construção possível de suas próprias vidas, podendo acarretar em consequências significativas para o seu desenvolvimento psicossocial e no modo como buscam se reinventar enquanto sujeitos.

6.5.3 Ser resiliente

A violência é um fenômeno que comumente desestabiliza suas vítimas, sejam elas vítimas diretas ou indiretas. Ser vítima real ou potencial da violência gera ansiedades (em suas distintas manifestações, englobando medos, angústia, estresse, etc) e agressividade (CANO²²⁵, 2007). Contudo, observa-se que de acordo com as características peculiares de cada pessoa e do ambiente em que se encontra, essas conseqüências podem tomar rumos distintos daquilo que costumeiramente se vê. Por resiliência entende-se a capacidade do indivíduo para enfrentar e responder de forma positiva às adversidades que surgem na sua vida e oferecem risco para a sua saúde e desenvolvimento (GROTBERG apud MATOS²²⁶ et al., 2015). Junqueira e Deslandes²²⁷ (2003) propõem uma metáfora, ao retratarem:

“um elástico que, após uma tensão inicial, volta ao mesmo estado. Nesse ponto há uma importante diferença, visto que naquilo que concerne ao humano, a resiliência não significa um retorno a um estado anterior, mas sim a superação (ou adaptação) diante de uma dificuldade considerada como um risco, e a possibilidade de construção de novos caminhos de vida e de um processo de subjetivação a partir do enfrentamento de situações estressantes e/ou traumáticas. Dessa forma, não falamos de resistência, mas de uma capacidade (singular e também socialmente adquirida) de sair-se bem frente a fatores potencialmente estressores.” (p.28)

A resiliência é considerada uma importante característica do desenvolvimento humano, que pode ajudar na superação de situações difíceis e na adaptação positiva e saudável da pessoa quando esta se depara com situações adversas (MATOS²²⁶ et al., 2015). Sabe-se o quão avassalador pode ser sofrer e presenciar uma situação de violência para um jovem, podendo acarretar conseqüências significativas para o seu desenvolvimento psicossocial. Porém, determinados jovens apresentam maior potencial de resiliência, tornando possível estabelecer um processo de reconstrução de suas próprias vidas. O depoimento do jovem, a seguir, demonstra isso, ao descrever que, mesmo diante das violências, busca ser uma pessoa melhor e influenciar positivamente os outros:

“Sinceramente tudo na vida tem seu lado positivo, embora seria muito melhor não ter violência, pois, haveriam menos tragédias. A violência me faz querer ser

uma pessoa melhor, de querer andar na contra-mão do mundo. [...] Embora o mundo esteja caminhando a passos largos pra destruição, pois a cada pesquisa, os índices de violência significativamente, eu me imagino uma pessoa influenciadora para o bem, mesmo que em pequenos passos ou atitudes, cada mente influenciada para o bem será menos uma fazendo o mal... me vejo num fundo como uma pessoa próspera em todas as áreas da minha vida e ajudando pessoas a terem vidas transformadas e mostrando que é possível sim ter paz em um mundo caótico” (rapaz, 18 anos)

A tarefa ou a motivação pela qual se pretende atuar em sociedade não é somente o que se quer fazer, mas sobretudo aquilo que se deseja ser. Buscar ser alguém diferente mesmo diante da opressão danosa e maléfica advinda do fenômeno da violência pode resultar num aspecto positivo no que diz respeito a conservação, a superação (ou adaptação) da auto-estima e demais aspectos psicodinâmicos do sujeito, emergindo a possibilidade de construção de novos caminhos de vida.

6.5.4 Ter uma profissão

Outro aspecto significativo é o fator de “estar formado”, como um recurso resiliente para alguns jovens:

“Violência só traz mais violência. a violência não resolve, uma boa atitude sim, faz a diferença... mas pensando no futuro, me vejo formada em engenharia.” (moça, 17 anos)

“Minha opinião é que isso [impactos da violência na vida] se reflete fora da comunidade, porque onde você chega te perguntam onde você mora, e se você mora na comunidade é um ponto a menos pra você. mas isso não define quem você é [...] mas minha expectativa pro futuro... se for da vontade de deus, independente de tudo isso, quero está formado em direito, noivado e morando junto.” (rapaz, 17 anos)

Segundo essas falas, em especial a segunda, observam-se os estigmas, ainda existentes, sobre a população pobre e favelada. Parece existir, aquilo que foi analisado por Loic Wacquant²²⁸ (1999), uma “ditadura sobre os pobres”, em destaque a “criminalização da pobreza” ou a “guerra a pobreza”, em que o pobre e favelado é discriminado pelo local em que reside. Wacquant²²⁸ (1999) ressalta que:

“A urgência, no Brasil como na maioria dos países do planeta, é lutar em todas as direções não contra os criminosos, mas contra a pobreza e a desigualdade, isto é, contra a insegurança social que, em

todo lugar, impele ao crime e normatiza a economia informal de predação que alimenta a violência.” (WACQUANT²²⁸, 1999, p.8).

Permanece no imaginário social, sobretudo das classes mais abastadas, uma ideia de reorganização, no sentido de refrear o medo das classes médias e superiores por meio da perseguição permanente aos pobres nos espaços públicos (ruas, parques, meios de transportes, mercado de trabalho, etc.) (WACQUANT²²⁸, 1999). Esse autor ainda acrescenta que reside uma ideia-força composta por uma noção de "caráter sagrado dos espaços públicos", que é indispensável à vida urbana; ao contrário do que se concebe do espaço favelado, onde a "desordem" na qual se comprazem as classes pobres torna-se um terreno natural do crime. E continua argumentando que:

“a questão social que domina as sociedades avançadas – tanto na América como na Europa (embora com atraso) - não é mais "a igualdade econômica", noção obsoleta, mas a "dependência dos pobres" incapazes de trabalhar por incompetência social e imperícia moral.” (p.29).

Assim sendo, nesta acepção, surge uma emergência social em prol de reafirmar a influência moral da sociedade sobre seus "maus" pobres e de educar o (sub) proletariado na disciplina do novo mercado de trabalho (WACQUANT²²⁸, 1999). Desse modo, estar formado ter uma profissão e instituir uma família constituem formas de o jovem se igualar, se adequar a um padrão social normativo, de estar apto a enfrentar e sobrepor-se a cada um desses estigmas e fatores negativos que influenciam a sua vida.

Ponderando entre as informações confluentes da família, da realidade social e da escola sobre o mundo do trabalho e, tendo em conta suas especificidades desenvolvimentais, o adolescente delinea perspectivas, criando um cenário de futuro, do qual a formação universitária e a vida profissional são partes importantes (DE OLIVEIRA, PINTO e SOUZA²¹⁷, 2003).

Neste sentido, ao descrever o medo da violência que permeia sua vida, uma jovem entrevistada demonstrou que, apesar de todos os problemas que a violência pode acarretar, gerando aquilo que foi denominado de *instâncias de asfixia objetiva* e

subjetiva, a busca por estar formada e “estruturada” financeira, espiritual e familiarmente compõem um “desejo de sentido” e um “valor de sobrevivência”, para que a mesma possa ter uma expectativa de vida futura:

“Sinto muito medo, medo de sair ou ser roubada, medo de ser assassinada por bandidos que matam por tão pouca coisa, até mesmo por as pessoas não ter o que eles [bandidos] querem [...] no futuro espero sair da comunidade, estar formada, ter filhos e ser uma pessoa com uma vida estruturada financeiramente, espiritualmente e familiarmente.” (moça, 18 anos)

Por fim, numa busca de estar socialmente integrado, o jovem pode enfrentar distintos obstáculos, tornando essa etapa de vida um pouco mais complexa.

“Na contemporaneidade, a conquista de um lugar no mundo social adulto depende de processos de crescente complexidade, tornando a fase de adolescência mais prolongada e, ao que parece, mais penosa. Inexiste um único ritual de passagem. São necessários vários pequenos rituais, em diferentes setores da vida psicológica, familiar e comunitária para se alcançar o status de adulto socialmente integrado.” (DE OLIVEIRA, PINTO e SOUZA²¹⁷, 2003, p.17).

6.5.5 Ser realizada e bem sucedida

Ser um adulto socialmente integrado corresponde, em nossa sociedade, a ser bem sucedido ou realizado. Na concepção das entrevistadas, ser realizada e bem sucedida diz respeito a relacionamentos afetivos estáveis, constituição de família, casamento, estar trabalhando, ser respeitada e acima de tudo sentir-se feliz. Apesar dos aspectos fatigantes e aflitivos advindos do ambiente, algumas participantes destacam:

“Em alguns casos [a violência], nos desmotiva, mas na maioria das vezes nos motiva a mudar, sermos melhores [...] pensando daqui a cinco ou dez anos me imagino bem resolvida plenamente, bem realizada, com minha família, trabalhando... Minhas expectativas são as melhores.” (moça, 17 anos)

“O que a violência traz é a falta de confiança, mas mesmo assim, quando eu olho daqui pra frente me vejo uma pessoa feliz, casada ou com alguém né (risos)... respeitada pelas minhas escolhas e opiniões e ser bem-sucedida.” (moça, 16 anos)

Os jovens são constantemente desafiados a projetar o seu futuro. Eles devem consolidar a um só tempo opções que integram amizades, formação, profissão e emprego, incluindo as necessárias escolhas afetivas (DE OLIVEIRA, PINTO e SOUZA²¹⁷, 2003).

A disseminação desses discursos com as mesmas falas bifurcam numa direção e sentido de desenvolvimento de um *habitus*. O conceito de *habitus* foi sistematizado por Pierre Bourdieu, um dos grandes sociólogos do século XX, que ocupou-se durante toda a sua trajetória acadêmica à compreensão e explicação da dominação social por meio da cultura, educação, economia e política, entre outros.

Entende-se por *habitus* uma concepção de matriz cultural enquanto repertório comum de respostas a problemas comuns que afeta cotidianamente as pessoas e cria uma predisposição para pensar, agir e sentir de uma dada maneira, como em um sistema de esquemas de percepção, apropriação e ação profundamente internalizados por meio da incorporação da ordem social pelos sujeitos, que é experimentado e posto em prática tendo em vista que as conjunturas de um campo o estimulam. Segundo Bourdieu²²⁹ (1983a) por *habitus* compreende-se:

“um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas.” (p. 65)

O conceito de *habitus* propõe identificar a mediação entre indivíduo e sociedade como uma das questões centrais da produção teórica de Bourdieu (SETTON²³⁰, 2002). De acordo com Setton²³⁰ (2002):

“*Habitus* surge então como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais. Capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. *Habitus* é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano.” (p.63)

Para Bourdieu²²⁹ (1983a), comportamentos e atitudes individuais são, em geral, socialmente condicionados. O processo de construção dos *habitus* individuais passa a ser mediado pela coexistência de distintas instâncias produtoras de valores culturais e referências identitárias (SETTON²³⁰, 2002). Nesta perspectiva, Pollak^{106 144} (1989,

2010) também ressalva que qualquer evento ou situação contada, ainda que de maneira individual, indiretamente, traz em seu bojo uma multitude de definições do grupo e de ligações com o passado. As histórias de vida devem ser consideradas como elementos de reconstrução da identidade que abarcam todo um contexto social, e não devem ser tratadas simplesmente como relatos factuais. Além disso, ao contar sua vida, em geral o sujeito tenta estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos chaves. Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo, o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros.

Portanto, as experiências narradas por essas participantes retratam essa mediação entre indivíduo e suas distintas realidades locais, e como o *habitus* torna-se uma subjetividade socializada. Em vista disso, ainda que o fenômeno da violência desencadeie um sentimento de “desmotivação” e “falta de confiança”, conforme citado na fala das duas entrevistadas acima, alguns desses jovens parecem se agarrar nessas idealizações cristalizadas no imaginário social, levando-as, muitas vezes, a um esforço irrealista na busca de resolução de seus conflitos externos e internos, com o intuito de chegar a condição de ser realizada, bem sucedida ou a ter a felicidade plena, como se ter ou alcançar tal estado fosse possível. Segundo alguns autores (SILVA²²⁴, 2009), a felicidade e a realização plena é uma construção efetivada nos moldes burgueses representada como uma normalidade. Assim, aqueles que não correspondem ou não se enquadram nesse modelo hegemônico ficam associados à concepção de fracasso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa analisou-se as experiências e significados dados por jovens às violências vividas em seus distintos ambientes de convívio, considerando o fenômeno da violência enquanto um problema social, mas que também se inscreve na subjetividade destes jovens, devido aos atravessamentos que experienciam em distintas esferas e conjunturas sociais

A partir da motivação inicial, comprova-se a dificuldade e o sofrimento de jovens que vivem em contextos violentos que impactam sua reflexão sobre si mesmo e sobre seu futuro, colocando-os num lugar de vítima, assim definida:

"pessoas que, individual ou coletivamente tenham sofrido um prejuízo, nomeadamente um atentado à sua integridade física e um sofrimento de ordem moral, uma perda material, ou um grave atentado aos seus direitos fundamentais, como consequência de atos ou de omissões violadores das leis vigora em um Estado membro, incluindo as que proibem o abuso de poder [...] O termo vítima, inclui, conforme o caso, a família próxima ou as pessoas a cargo da vítima e as pessoas que tenham sofrido um prejuízo ao intervirem para prestar assistência às vítimas em situação de carência ou para impedir a vitimização"²⁰

A violência em suas distintas expressões afeta profundamente a vida não só daqueles diretamente atingidos (as vítimas diretas), mas também de amigos, familiares e demais pessoas (vítimas indiretas ou co-vítimas) que presenciam ou testemunham tais atos (LAGATTA²³¹, 2017). Soares, Miranda e Borges²³² (2006) denominam essas vítimas indiretas de “vítimas ocultas” da violência, isto é, vítimas de traumas emocionais causados pelos impactos da violência.

Diante dessas experiências, muitas vezes geradoras de angústias, os jovens apresentaram distintas concepções acerca do ser jovem, dentre as quais destaco o *favelatizar*, onde o lugar/território da favela torna-se um aspecto fundante na estruturação da identidade jovem. Desse modo, *favelatizar* é uma característica peculiar

²⁰ Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder – Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DeclPrincBasJusVitCrimAbuPod.html>

surgida para se colocar no mundo e se impor enquanto sujeito, que traz arraigada em seu bojo uma manifestação potente e ativa no modo de ser e existir.

Contudo, devido a fluidez contemporânea no sentido do vir a ser jovem, percebe-se que esse *modo de ser* vai para além de uma identidade jovem, expressando-se em *intensidades juvenis*, ou seja, formas de existir na contemporaneidade, que são maneiras de falar sobre algumas experiências juvenis. De modo que, hoje, é difícil conceber uma identidade fixa e rígida, pois pode-se dizer que não existe um sujeito, nem muito menos uma juventude, mas existem formas de subjetivação, onde o sujeito se constitui e se reconstitui dentro de contextos distintos, vivendo e experienciando intensidades juvenis.

Todavia, a partir dessa liquidez e liberdade do mundo moderno o jovem pode experimentar o que alguns relataram neste estudo, um vazio existencial, tido como um sentimento angustiante e inominável. Hoje pode-se dizer que não só o jovem, mas quaisquer um, vive uma *patologia da insuficiência*, em virtude da excessiva liberdade e autonomia. Há o sentimento de que sempre se está aquém daquilo que se poderia estar vivendo. Como uma patologia da incerteza, não se é contra nada e ao mesmo tempo pode-se desejar tudo. E por poder desejar tudo, não se sabe mais o que desejar.

Essa patologia da insuficiência gera incertezas que são permeadas por sentimentos de angústia. Uma simples análise da palavra angústia, no dicionário online Aurélio, remete a uma estreiteza, grande aflição acompanhada de opressão e tristeza. Outras significados são redução de espaço ou de tempo; carência, falta; e estado de ansiedade, inquietude; sofrimento, tormento. Em resumo, pode-se dizer que o que alguns jovens tentaram descrever ao falarem de suas angústias foi uma espécie de estreitamento de sua própria existência, o que trouxe implicações na sua capacidade de viver. Muitos jovens, devido às violências, vivem um estreitamento da própria

existência, resultando em fenômenos aqui denominados de instância de asfixia objetiva e instância de asfixia subjetiva.

Esses sentimentos são personificados na forma de medo, desânimo, tristeza, falta de confiança, etc, levando muitos a desacreditarem de um futuro possível, exigindo de si mesmos esforço e empenho para o desenvolvimento de estratégias de *coping* para lidar com os eventos adversos. Alguns dos entrevistados buscam se equilibrar psicologicamente, ainda que de forma inconsciente, através do uso de certos recursos e ferramentas, como a prática desportiva, a fé religiosa e o ASMR, que se constitui num espaço virtual capaz de criar realidades e emergir como uma forma de compensação afetiva diante da ausência de alguém significativo, a fim de amenizar o estresse advindo de um ambiente ameaçador, além de proporcionar um estado de relaxamento. Enquanto o ASMR parece ser uma experiência perceptiva genuína e relativamente prevalente, a natureza exata do fenômeno ainda é desconhecida, necessitando assim, de estudos futuros para melhor compreensão deste fenômeno tão potente na nossa sociedade contemporânea.

Adicionalmente, um aspecto digno de pesquisas futuras é essa diversidade na concepção da juventude, que embora, por um lado, existam várias, em decorrência dos locais em que habitam, das relações de gênero, do estilo de vida, do pertencimento a classes sociais distintas, dentre outros determinantes. Por outro lado, pensando acerca da dimensão biológica (os hormônios, a adrenalina, o corpo jovem) e do tempo histórico ao qual cada juventude está submetida, ser jovem é viver uma experiência geracional comum, onde por esse ponto de vista, em quase nada difere o vir a ser jovem na favela e em outros contextos.

Portanto, ainda que ser jovem tenha relação com vários fatores multicausais, parece que o “fantasma” do mito shakespereano de Hamlet (*ser ou não ser*) assombra os

tempos de hoje, perpassando não só o imaginário dos jovens, como de cada pessoa. Consequentemente, o que parece pairar no *Zeitgeist* é essa espécie de *patologia da insuficiência*, permeada por sentimentos de angústia e incertezas, sobretudo na busca de saber quem de fato somos. Deste modo, na sociedade atual disseminam-se novas formas de ser, onde jovens ou adultos, estão imersos numa qualidade permanente e insistente de si ao se deparar com uma incerteza crucial sobre a efetiva condição de ser, condição essa que demarca o sujeito da contemporaneidade (BIRMAN¹¹⁰, 2009).

Assim, alguns sentimentos e impressões evocados por esses jovens podem parecer difusos, discordantes e, por vezes paradoxais, todavia, essas vicissitudes salientam que esses são os tempos de hoje, aos quais todos estão sujeitos.

Por fim, ressalta-se a importância de pesquisas envolvendo esta temática, que além de proporcionarem uma construção epistemológica a respeito dos próprios conceitos adotados de juventude e adolescência, também enfatizam a necessidade e a urgência de ações sociais para esse grupo. Como assinala Silva e Lopes⁵³ (2009), as circunstâncias em que se encontram os jovens brasileiros hoje são lamentáveis, sobretudo, aqueles de classes menos abastadas, pois a realidade da educação, trabalho, assistência, direitos e bens sociais revelam um acúmulo de reivindicações de soluções nas esferas social, política e econômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes; 1996.
2. MINAYO, MCS. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, Mar. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000300007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 05 Nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>.
3. ALVES, D. G.; VIDAL, A. C.; BRITO, M. C.; NASCIMENTO, A. F. M. A cidade (in)segura e o impacto na produção da subjetividade de moradores da zona norte do Rio de Janeiro: um estudo exploratório. *Conexões psi*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 128-144, jan./jun. 2014.
4. BOTELHO, AP. Mal-estar na Cidade Maravilhosa: juventude desafiliada, rua e saúde mental. Rio de Janeiro, 2008, 114 f. Dissertação (Mestrado) / Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPUB-Instituto de Psiquiatria, 2008.
5. GOMES, R. et. al., *Êxitos na prevenção da violência*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ensp/Claves; Hucitec, 2010.
6. KRUG, E. G. et al., (eds). *World report on violence and health*. Geneva, World Health Organization, 2002.
7. PRADO, M. C. C. A (Coord.). *O mosaico da violência: a perversão na vida cotidiana*. 1.ed. São Paulo: Vetor, 2004.
8. MINAYO, MCS. A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v.11, supl. p.1259-1267, 2006c. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000500015&lng=en&nrm=iso>. acesso em 16 Fev. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232006000500015>.
9. ZALUAR, A. M. *Crime, Medo e Política*. Sociedade e Estado. Brasília, v.X, n.02, p.391 - 416, 1995.
10. ALVARENGA FILHO, José Rodrigues de. *A “Chacina do Pan” e a produção de vidas descartáveis na cidade do Rio de Janeiro: não dá pé não tem pé nem cabeça, não tem ninguém que mereça, não tem coração que esqueça*. 2010. 316 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

11. CANO, I. A vivência subjetiva da violência entre jovens do Rio de Janeiro. In: BOCAYUVA, H. e NUNES, S. A. (Orgs). *Juventudes, subjetivações e violência*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.
12. KAMINER, D., DU PLESSIS, B., HARDY, A., & BENJAMIN, A. Exposure to violence across multiple sites among young South African adolescents. *Journal of Peace Psychology*, 19(2), 112–124, 2013.
13. HINSBERGER, M.; SOMMER, J.; KAMINER, D.; HOLTZHAUSEN, L.; WEIERSTALL, R.; SEEDAT, S.; MADIKANE, S.; ELBERT, T. Perpetuating the cycle of violence in South African low-income communities: attraction to violence in young men exposed to continuous threat. *European journal of psychotraumatology*. v. 7, 2016.
14. PINTO, LW; ASSIS, SG. Violência familiar e comunitária em escolares do município de São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil. *Rev. bras. epidemiol.*, São Paulo , v. 16, n. 2, p. 288-300, Junho, 2013 . Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2013000200288&lng=en&nrm=iso>. acesso em 03 Out. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-790X2013000200006>.
15. HARRIS, A. and J. SECKL, Glucocorticoids, prenatal stress and the programming of disease. *Hormones and Behavior*, 59(3): p. 279-289, 2011.
16. GLOVER, V., Prenatal stress and the origins of psychopathology: an evolutionary perspective. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 52(4): p. 356-367, 2011.
17. ASSIS, Simone Gonçalves de et. al. Situação de crianças e adolescentes brasileiros em relação à saúde mental e à violência. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v.14, n. 2, p. 349-361, Abr. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000200002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 06 Nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000200002>.
18. REICHENHEIM, Michael E.; HASSELMANN, Maria Helena; MORAES, Claudia Leite. Conseqüências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente: contribuições para a elaboração de propostas de ação. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v.4,n.1, p.109-121, 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231999000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Fev. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81231999000100009>.
19. MARTINS, Camilla Soccio. A compreensão de família sob a ótica de pais e filhos envolvidos na violência doméstica contra crianças e adolescentes.

- Ribeirão Preto, 2005. 136 p. 30cm Dissertação (Mestrado – Programa de Pós Graduação em Enfermagem. Área de Concentração: Enfermagem em Saúde Pública) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, 2005.
20. DELEUZE, G. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
 21. VELHO, G. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: ALMEIDA, M. I. M. e EUGENIO, F. (Orgs). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p.192-200.
 22. GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima et al. Pobreza, violência e trabalho: a produção de sentidos de meninos e meninas de uma favela. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v.8, n.1, p.45-53, Abr. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2003000100006&lng=en&nrm=iso>. acesso em 05 Fev. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2003000100006>.
 23. BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1990.
 24. WEBER, M. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, Gabriel. (Org.). *Sociologia*. Ed. Ática, 7ª Ed. São Paulo, 2003. (Coleção grandes cientistas sociais).
 25. WRIGHT MILLS, C. Sobre o artesanato intelectual. In: Wright Mills, C. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 21-58.
 26. DA MATTA, R. O ofício do etnólogo, ou como ter ‘Anthropological Blues’. In: Nunes, E.(org). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
 27. VELHO, G. Observando o familiar. In: Nunes, E. (org). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
 28. DOMENACH, J. M. La violencia. In: UNESCO (Org.). *La violencia y sus causas*. Paris, 1981. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000430/043086so.pdf>>. acesso em 02 Out. 2016.
 29. MINAYO, MCS. A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 10 (supplement 1): 07-18, 1994.
 30. MINAYO MCS, SOUZA ER. Violência e saúde como campo interdisciplinar e de ação coletiva. *Hist Ciênc Saúde Manguinhos*. 1997; 4:513-31.

31. CASTRO, MG; ABRAMOVAY, M. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, n. 116, p. 143-176, Julho 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 09 Jan. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000200007>.
32. ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. Violência contra crianças e adolescentes: o grande investimento da comunidade acadêmica na década de 90. In: Maria Cecília de Souza Minayo & Edinilsa Ramos de Souza (org.). *Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. p.163-198.
33. NJAINE, K. (Org.); ASSIS, S. G. (Org.); CONSTANTINO, P.(Org.). *Impactos da violência na saúde*. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Oswaldo Cruz; Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009. 384 p.
34. BOCAYUVA, H. e NUNES, S. A. (Orgs). *Juventudes, subjetivações e violência*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.
35. BARRETT, J; KALLIVAYALIL, D. “Ride or Die”: Therapeutic Interventions for Retaliatory Violence Among Youth. *Journal adolescent psychiatry*. v. 5, is. 1, p. 40-49, 2015.
36. MELO, MCB; BARROS, ÉN; ALMEIDA, AM LG. A Representação da violência em adolescentes de escolas da rede pública de ensino do Município do Jaboatão dos Guararapes. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 10, p. 4211-4221, Out. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011001100026&lng=en&nrm=iso>. acesso em 03 Out. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011001100026>.
37. ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. 1997. Número especial: Juventude e Contemporaneidade. São Paulo: ANPED, (5-6), 25-36.
38. NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. I. M. e EUGENIO, F. (Orgs). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p.105-120.
39. SOUZA, ER; MELLO JORGE, MHP. Impacto da Violência na Infância e Adolescência Brasileiras: Magnitude da Morbimortalidade. In: LIMA, Cláudia Araújo de (Coord.) et al. *Violência faz mal à saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. p. 23-28.

40. MINAYO, MCS. A Violência dramatiza causas. In: Maria Cecília de Souza Minayo & Edinilsa Ramos de Souza (org.). *Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. p.23-48.
41. MINAYO, MCS. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. In: NJAINE, K. (Org.); ASSIS, S. G. (Org.); CONSTANTINO, P.(Org.). *Impactos da violência na saúde*. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Oswaldo Cruz; Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009. p.21-42.
42. PICCOLO, F. D. Desigualdades sociais, práticas educativas e juventude numa favela carioca. In: VELHO, G. e DUARTE, L.F.D. (Orgs). *Juventude contemporânea: culturas, gostos e carreias*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010. p. 110-128.
43. LEITE, MP; SILVA, LAM. "Circulação e fronteiras no Rio de Janeiro: a experiência urbana de jovens moradores de favelas em contextos de pacificação". In: Neiva Vieira Cunha & G. de Sanctis Feltran (orgs.), *Sobre periferias: novos conflitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj. 2013. p. 146-158.
44. SCHILLING, F. As formas da contestação juvenil, ontem e hoje: onde, quem, como? Três hipóteses para uma pesquisa.. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 1., 2005, São Paulo. *Proceedings online...* Disponível em:
<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000100027&lng=en&nrm=abn>. Acesso em 11 Fev. 2017.
45. PEREIRA, Cláudia; ROCHA, Everardo; PEREIRA, Miguel. Tempos de juventude:ontem e hoje, as representações do jovem na publicidade e no cinema. *ALCEU* - v. 10 - n.19 - p. 5 a 15 - jul./dez. 2009.
46. MCKLINTOCK, A. The Angel of Progress: Pitfallsof the term “pos-colonialism”. *Social text*, n. 31/32, *Third World and Post-Colonial Issues*, p. 84-98, 1992.
47. MCKLINTOCK, A. *Imperial leather, Race, gender and sexuality in the colonial contest*. Routledge, 1995.
48. CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, *Estudos feministas*,1, p.171-189, 2002.

49. PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e cultura*, 11.2, 2008.
50. DAVILA LEON, O. Adolescencia y juventud: de las nociones a los abordajes. *Ultima década*, Santiago, v. 12, n. 21, p. 83-104, dic. 2004. Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362004000200004&lng=es&nrm=iso>. acesso em 07 fev. 2017. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-22362004000200004>.
51. DAVILA LEON O. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In Freitas, M. V. de (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação educativa, 2005. (e-book). Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf>> Acesso em: 03 nov. 2016.
52. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2005.
53. SILVA, C. R.; LOPES, R. E. Adolescência e Juventude: entre conceitos e políticas públicas. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFScar*. São Carlos, Jul-Dez 2009, v.17, n. 02.
54. FILHO, J. F.; VAZ, P. *Construções do tempo e do outro: representações e discursos midiáticos sobre alteridade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.
55. GRINSPUN, M. P. S. Z.; NOVIKOFF, C.; COSTA, P.M. D.; RAMOS, R.M. S. C. M. Juventude e subjetividade: imagens de uma (possível) realidade. 2005. Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: GTP psicologia da Educação / n.20 - 28ª Reunião Anual da ANPEd, 2005. Disponível em <<http://28reuniao.anped.org.br/gt20.htm>> acesso em 02 Out 2016.
56. COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.
57. MOREIRA, J. O.; ROSÁRIO, A. B.; SANTOS, A. P. S. Juventude e adolescência: considerações preliminares. *Psico*, Porto Alegre, PUCRS, v. 42, n. 4, pp. 457-464, out./dez. 2011.
58. SPOSITO, M. P. Estudos sobre juventude em educação. *Revista Brasileira de Educação*, (5), 37-52, 1997. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_06_MARILIA_PONTES_SPOSITO.pdf. Acesso em 03 nov 2016.

59. ABRAMO, H. W. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In Freitas, M. V. de (Orgs.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação educativa, 2005. (e-book). Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf>>. Acesso em 03 nov. 2016.
60. BRASIL. *Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013*. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). Brasília, DF, 2013.
61. SILVA, Roselani Sodré da; SILVA, Vini Rabassa da. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. *Cad. CRH*, Salvador , v. 24, n. 63, p. 663-678, Dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000300013&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Jan. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000300013>.
62. BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983b. p. 112-121.
63. GROppo, LA. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DFEL, 2000.
64. DAYRELL, J. O rap e o funk na socializa o da juventude. *Educa o e Pesquisa*, São Paulo, 28, 1, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022002000100009&lng=es&nrm=iso>. acesso em 03 Nov 2016.
65. SPOSITO, MP.; CARRANO, PCR. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n.24, p.16-39,Dec. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 07 Fev. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000300003>.
66. SANTOS, G. P. De qual juventude estamos falando? Um estudo sobre as dimensões histórico-sociais e culturais da juventude. 2014. 32 f. Monografia (*Ciências Sociais*) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2014.
67. CASTEL, R. *Les Métamorphoses de la Question Sociale*. Paris: Fayard, 1995.
68. CASTEL, R. Rupturas irremediáveis: sobre Tristão e Isolda. *Lua Nova*. [periódico na internet]. 1998a; [acessado em fev 2017]; (43): [p. 174]: [cerca de 11p.]. Disponível <em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451998000100010>>

69. CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis:Vozes, 1998b.
70. MORAES, Mayara Cristina Muniz Bastos. A educação como processo de vida: reabilitação psicossocial de adolescentes desafiados. 2015. 97 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Mental) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psiquiatria, Rio de Janeiro, 2015.
71. ADORNO, Sergio. Violência urbana justiça criminal e organização social do crime. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 33, p. 145-156, out. 1991.
72. MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p.7-23, 1999. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231999000100002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 07 Dez. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81231999000100002>.
73. QUEIROZ, I. S.; LACERDA, N. Do espaço urbano sob a égide do medo à cidade que medra:representações sociais e práticas cotidianas num ambiente marcado pelo medo da violência urbana. In: XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR.11., 2005, Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador: UFBA, 2005. Mesa Redonda. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3479>> Acesso em: 7Dez. 2015.
74. MINAYO MCS. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006b.
75. SILVA, J. G.; VALADARES, F. C.; SOUZA, E. R. O desafio de compreender a consequência fatal da violência em dois municípios brasileiros. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v.17, n.46, p.535-547, Set. 2013. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832013000300004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 07 Dez. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832013005000022>.
76. XIMENES, Liana ; ASSIS, S. G. ; PIRES, Thiago ; AVANCI, J. Q. Violência comunitária e transtorno de estresse pós-traumático em crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica* (UFRGS. Impresso), v. 26, p. 443-450, 2013.
77. SCHIAVONE, D B. Exploring adolescent experiences with exposure to community violence. *Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing*.v. 24, is. 2, p.79-87, 2011.

78. SWAHN, M H; GRESSARD, L; PALMIER, J B; KASIRYE, R; LYNCH, C; YAO, H. Serious violence victimization and perpetration among youth living in the slums of Kampala, Uganda. *Western Journal of Emergency Medicine*.v. 13, is. 3, p.253-259, 2012.
79. EPSTEIN-NGO, Q.; MAURIZI, L.K; BREGMAN, A.; CEBALLO, R. Response to Community Violence: Coping Strategies and Involuntary Stress Responses Among Latino Adolescents. *Journal cultural diversity & ethnic minority psychology*. v. 19, is. 1, p.38-49, 2013.
80. BUTCHER, F.; GALANEK, J. D.; KRETSCHMAR, J.M.; FLANNERY, D. J. The impact of neighborhood disorganization on neighborhood exposure to violence, trauma symptoms, and social relationships among at-risk youth. *Journal social science & medicine*. v.146, Is. Si, p. 300-306, 2015.
81. VIANA, Nildo. Violência, Conflito e Controle. In: Dijaci David Oliveira; Ricardo Barbosa Lima; Sales Augusto Santos; Tânia Ludmila Dias Tosta. (Org.). *50 anos depois. Relações Raciais e Grupos Socialmente Segregados*. 2a ed. Goiânia: Movimento Nacional de Direitos Humanos, 1999, p. 223-239.
82. MILANI, F. M. Cultura de Paz x Violências: papel e desafios da escola. In: MILANI, F. M.; PEREIRA DE JESUS, R. C. D. (Orgs.). *Cultura de paz : estratégias, mapas e bússolas*. Salvador: INPAZ, 2003. p. 31-62.
83. LEITE, Ligia Costa et. al. Violência, juventude e saúde mental. Relatório final de pesquisa. Instituto de Psiquiatria, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.
84. WINNICOTT, D. W. *O gesto espontâneo*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
85. BARREIRA, C. Violência difusa, medo e insegurança: as marcas recentes da crueldade. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, n. 1, Sergipe, Jan./Jul. 2013.
86. BARREIRA, C. Crueldade: a face inesperada da violência difusa. Soc. estado., Brasília, v.30, n.1, p.55-74, Abr. 2015. disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000100055&lng=en&nrm=iso>. acesso em 04 Fev. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922015000100005>.
87. LEFÈVRE, F. Violação e violência: resgatando a violação como fato cultural. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, II(2): 36-42. 1992.
88. DARLAN, S. Menoridade Penal: prós e contras na lei? In: Leite, LC (org). Juventude, desafiliação e violência. In: LEITE, L.C.; LEITE, M.E.D; e

- BOTELHO, A.P., (Org.). *Juventude, desafiliação e violência*. Rio de Janeiro: Contra Capa; 2008.
89. BORGES, Luciana Souza; ALENCAR, Heloisa Moulin de. Violências no cenário brasileiro: fatores de risco dos adolescentes perante uma realidade contemporânea. *Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 194-203, 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822015000200010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 out. 2016. <http://dx.doi.org/10.7322/JHGD.103015>.
90. ROSA et al. A violência que atinge adolescentes e jovens de uma região do Espírito Santo. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v.32, n.77, p. 41-51, abr./jun. 2014.
91. ARAÚJO, M. F. Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*. v.7, n.2. p.3-11. jul./dez. 2002.
92. DESLANDES, S. F. *Prevenir a Violência: um Desafio para Profissionais de Saúde*. Fundação Oswaldo Cruz/Escola Nacional de Saúde Pública/Centro Latino-Americano de Estudos Sobre Violência e Saúde Jorge Careli, Rio de Janeiro, 1997. 39 pp.
93. BRASIL. Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço. Cadernos da Atenção Básica, no 8. Ministério da Saúde, Brasília, DF, 2002.
94. NEVES, P. R. C. As meninas de agora estão piores do que os meninos: gênero, conflito e violência na escola. 2008. 183 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação do Estado de São Paulo, São Paulo: s.n, 2008. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05112009-155238/en.php>> Acesso em 5 de fev 2017.
95. TOGNETTA, L. R. P. Violência da escola X violência na escola. In: *Anais do VIII Congresso Nacional de Educação da PUCPR – EDUCERE e o III Congresso Ibero-Americano sobre Violências nas Escolas – CIAVE*. Curitiba: PUC, 2008. Disponível em <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/586_903.pdf> Acesso 20 Fev 2017.
96. VIANA, Nildo e VIEIRA, Renato Gomes (org.). *Educação, Cultura e Sociedade: Abordagens Críticas da Escola*. Germinal, Goiânia – Goiás, 2002.
97. LUCINDA, M. C.; NASCIMENTO, M. G.; CANDAU, V. M. *Escola e Violência*. Rio de Janeiro, DP&A, 1999.

98. DAHLBERG, LL.; KRUG, EG. Violência: um problema global de saúde pública. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 11, supl. p. 1163-1178, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000500007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 Fev. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232006000500007>.
99. BENNETI, S. P. C., Gama, C., Vitolo, M., Silva, M. B., D'Avila, A., & Zavaschi, M. L.. Violência comunitária, exposição às drogas ilícitas e envolvimento com a lei na adolescência. *Psico*, 37(3), 279-286, 2006.
100. BRAGA, Luiza Lima; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Exposição à violência em adolescentes de diferentes contextos: família e instituições. *Estud. psicol.* (Natal), Natal, v. 17, n. 3, p. 413-420, Dec. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2012000300009&lng=en&nrm=iso>. acesso em 04 Fev. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300009>.
101. MORÉ, CLOO; KRENKEL, S(Orgs.). *Violência no contexto familiar*. Universidade Federal de Santa Catarina [recurso eletrônico] - Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. 82 p.
102. NJAINE, K; MINAYO, MCS. Violência na escola: identificando pistas para a prevenção. *Interface - Comunic, Saúde, Educ*, v7, n13, p.119-34, ago, 2003.
103. BARKER, G. T. *Homens na linha de fogo: juventude, masculinidades e exclusão social*. Trad. Alexandre Valadares Arbex Valadares. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.
104. HERRMAN, J. W.; SILVERSTEIN, J. Girls and violence: a review of the literature. *Journal of Community Health Nursing*, 29, 63-74, 2012. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1080/07370016.2012.670558>> Acesso em 5 de Fev, 2017.
105. POLLAK, M.. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5. n.10, 1992, p. 200-212.
106. POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
107. HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vertice, 1990.
108. PAIS, J. M. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: ALMEIDA, M.I.M. e EUGENIO, F. (Orgs). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 7-21.

109. SEN, A. *Identidade e violência: a ilusão do destino* / Amartya Sen; tradução José Antonio Arantes. 1. ed. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2015. 208 p.
110. BIRMAN, J. Juventude e condição adolescente na contemporaneidade: uma leitura da sociedade brasileira de hoje. In: BOCAYUVA, H. e NUNES, S. A. (Orgs). *Juventudes, subjetivações e violência*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009. p.25-40.
111. ZAMBONI, M. Marcadores Sociais. *Sociologia Especial*, p.13-18, 2016. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/07/ZAMBONI_MarcadoresSociais.pdf>. Acesso em 11 fev. 2018.
112. VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
113. MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Estudos Feministas*, 16.2, p.333-357, 2008.
114. LOURO, GL. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Proposições*, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.
115. LEITE, LC. É possível a volta para a escola. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 15, p. 1-6, dez. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601999000100007&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 12 jan. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.192>.
116. DELEUZE G. e GUATTARI F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, O Liso e o Estriado*. (b) Rio de Janeiro: Ed. 34, vol. 5, 1997.
117. SPOSITO, Marília Pontes; CORROCHANO, Maria Carla. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. *Tempo soc.*, São Paulo , v. 17, n. 2, p. 141-172, Nov. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 11 Jan. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702005000200007>.
118. CUNHA, N. V.; FELTRAN, G. S. Novos conflitos nas margens da sociedade. In: CUNHA, N. V. e FELTRAN, G. S. (Orgs.), *Sobre periferias: novos conflitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina/ Faperj. p.9-15, 2013.
119. BIRMAN, P. Favela é comunidade. In: SILVA, L. A. M. (Org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p.99-114.

120. SILVA, L. A. M. (Org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
121. ZALUAR, A. M.; ALVITO, M. (Orgs). *Um século de favela*. 4ed, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 372 p.
122. DINIZ, E; BELFORT MCS; RIBEIRO, P. *Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda*. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012. Disponível em http://www.redesdamare.org.br/wp-content/uploads/2012/07/NovaHolanda_LIVRO-REVISADO-12-03-2012.pdf> Acesso em 11 Fev 2017.
123. BIRMAN, P. Apresentação. In: Neiva Vieira Cunha & G. de Sanctis Feltran (orgs.), *Sobre periferias: novos conflitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina/ Faperj. p.7-8, 2013.
124. KELLY, S.; ANDERSON, D.; HALL, L.; PEDEN, A.; CEREL, J.; The effects of exposure to gang violence on adolescent boys' mental health. *Journal Issues in Mental Health Nursing*.v.33, is. 2, p. 80-88, 2012.
125. VELHO, G. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.
126. NUNES E.D. Ethical aspects considered by researchers who use qualitative approaches in health. *Cien. Saúde Colet.*, 2008; 13(2):351-360. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000200010> acesso em 2 Out 2016.
127. TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1995.
128. GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, MW, GASKELL G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes; 2002.
129. MALINOWSKI, B. Objetivo, método e alcance desta pesquisa. In: Zaluar, A. (org). *Desvendando máscaras sociais*. Francisco Alves Ed., 1990.
130. MINAYO MCS. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 9ª ed. São Paulo: Hucitec; 2006a.
131. BAUER M. W.; AARTS B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, MW, GASKELL G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes; 2002. 39-63

132. SILVA, Eliana Souza. *Testemunhos Da Maré*. rio de janeiro, aeroplano, 2012.
133. WIMMER, GF.; FIGUEIREDO, GO. Ação coletiva para qualidade de vida: autonomia, transdisciplinaridade e intersetorialidade. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 145-154, Mar. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000100022&lng=en&nrm=iso>. acesso em 12 Feb. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232006000100022>.
134. PEREIRA, R.M.M. & ANDRADE, L. Diagnóstico socioambiental – Bairro Maré: investigação dos aspectos que mais interferem na qualidade de vida dos moradores das comunidades que formam o bairro. *VIII Encontro Nacional de Pesquisa*. Campinas, 2011.
135. MARTELETO, R. M.; STOTZ, E. N. *Informação, saúde e redes sociais: diálogos de conhecimentos nas comunidades da Maré*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
136. VICTORA, C. Uma Ciência Replicante: a ausência de uma discussão sobre o método, a ética e o discurso. *Saúde Soc.* São Paulo, v.20, n.1, p.104-112. 2011.
137. WECHSLER, SM; NUNES, MFO; SCHELINI, PW; FERREIRA, AA; PEREIRA, DAP. Criatividade e inteligência: analisando semelhanças e discrepâncias no desenvolvimento. *Estudos de Psicologia*, 15(3), setembro-dezembro/2010, 243-250.
138. BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods & Research*, Thousand Oaks, CA, v. 10, n. 2, 1981.
139. BERNARD, H. R. *Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches*. Lanham, MD: AltaMira Press, 2005.
140. VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014.
141. ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. *Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas*. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009. Dissertação de Mestrado, 99p.
142. JOVCHELOVITCH, S, BAUER, MW. Entrevista narrativa. In: BAUER, MW, GASKELL G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes; 2002. p.90-113.

143. LIRA, G.V.; CATRIB, A.M.F.; NATIONS, M.K.; A narrativa na pesquisa social em saúde: perspectiva e método. *RBPS* 2003: 16 (1/2): 59-66.
144. POLLAK, M. A gestão do indizível. *WebMosaica revista do instituto cultural judaico Marc Chagall*, v.2 n.1 (jan-jun), 2010.p.9-49
145. GAULEJAC, V. *L'histoireenheritage: roman familial et trajectoire sociale*. Paris: Desclée de Brouwer, 1999.
146. SCHUTZE, F. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. WELLER, Wivian; PFAFF, Nicole (Orgs.).*Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Educação – Teoria e Prática*. Editora Vozes, 2013. p. 210-238.
147. CRESWELL, JW. Cinco abordagens qualitativas de investigação. In J. W. CRESWELL. *Investigação qualitativa e o projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. (pp. 67-96) (3ª ed). Porto Alegre: Penso, 2014.
148. GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social* / Antonio Carlos Gil. - 6.ed. - São Paulo : Atlas, 2008.
149. QUEIROZ DT; VALL, J; SOUZA, ÂMA; VIEIRA, NFC. Observação participante na Pesquisa qualitativa: conceitos e Aplicações na área da saúde. *R Enferm UERJ*, Rio de Janeiro, 2007 abr/jun; 15(2):276-83.
150. LOPES, M. I. V. *Pesquisa em Comunicação: formulação de um modelo metodológico*. São Paulo: Loyola, 1994.
151. SILVA, Luiz Antonio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Soc. estado.*, Brasília , v. 19, n. 1, p. 53-84, jun. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922004000100004&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 16 dez. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922004000100004>.
152. BECKER, Howard S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1997.
153. GOMES R.; SOUZA E.R.; MINAYO M.C.S; MALAQUIAS J.V.; SILVA, C.F.R.; Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO M.C.S, ASSIS S.G., SOUZA E.R., orgs. *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2005. p. 185-221.

154. GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F; GOMES, R.. *Pesquisa Social – Teoria, Método, Criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2016.
155. GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
156. MINAYO MCS. Hermenêutica-dialética como caminho do pensamento social. In: MINAYO, M. C. S. e DESLANDES S. F. (Org). *Caminhos do pensamento: epistemologia e método*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002, p.83-107.
157. FLORES, LFBN. Da construção do conceito de violência. *Pesquisa de Campo*. Rio de Janeiro, n.2, p.7-16, 1995.
158. BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria GM/MS 737/2001 - Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências*. Brasília, Ministério da Saúde. 2001.
159. MINAYO, M. C. S.; LIMA, Cláudia Araújo de. Processo de formulação e ética de ação da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências. In: NJAINE, K. (Org.); ASSIS, S. G. (Org.); CONSTANTINO, P.(Org.). *Impactos da violência na saúde*. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Oswaldo Cruz; Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009. p.43-56.
160. DAY, Vivian Peres et al . Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul*, Porto Alegre , v. 25, supl. 1, p. 9-21, Apr. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082003000400003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 17 Fev. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-81082003000400003>.
161. FERREIRA, Kátia Maria Maia. Violência Doméstica/Intrafamiliar Contra Crianças e Adolescentes - Nossa Realidade. in: SILVA, Lygia Maria Pereira da. *Violência doméstica contra a criança e o adolescente*. Recife: EDUPE, 2002. p.17-44.
162. SCHRAIBER, LB; D'OLIVEIRA, AFPL; COUTO, MT. Violência e saúde: estudos científicos recentes. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo , v. 40, n. spe, p. 112-120, Ago. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000400016&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Out. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102006000400016>.
163. ARENDT, Hannah. *Da Violência*. Tradução de Maria Cláudia Drummond Trindade. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

164. MINAYO, MCS; SOUZA, ER (orgs.). *Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.
165. CHAUI, M. Uma ideologia perversa. *Folha de São Paulo* (Caderno Mais). p 3-5, 1999.
166. ASSIS, SG; AVANCI, JQ. Abuso Psicológico e Desenvolvimento Infantil. In.: LIMA, Cláudia Araújo de (Coord.) et al.. *Violência faz mal à saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. p. 59-67.
167. NASCIMENTO, M. L.; COIMBRA, C.M.B. juventude normatizada, moralizada e violentada: alguns modos de subjetivação contemporâneos. in: BOCAYUVA, H. e NUNES, S. A. (Orgs). *Juventudes, subjetivações e violência*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009. p.41-50.
168. COSTA, DLR. Nem dentro nem fora do Albergue transformações e usos de um dispositivo da assistência. In: 34º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) - ST 31 Sobre as periferias: novos conflitos no espaço público, 2010, Minas Gerais. *Anais eletrônicos...* Minas Gerais: UFMG, 2010. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-34-encontro/st-8/st31-2/1655-dcosta-nem-dentro/file>> Acesso em: 12 Dez. 2017.
169. KOEHLER, S. M. F. Violência psicológica: um estudo do fenômeno na relação professor aluno. 2003. 210 f. Tese (Doutorado Psicologia do Escolar e Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.
170. BRAZ, M. bioética e violência. *Bioética*, Vol. 12, nº 2, 2004. disponível em: <http://www.revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/136>
171. PALHARES, M.F.S.; SCHWARTZ, G.M. A violência. In: Não é só a torcida organizada: o que os torcedores organizados têm a dizer sobre a violência no futebol? [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 11-26. ISBN 978-85-7983-742-5.
172. SCHRAIBER, L.B. et.al. Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência contra a mulher. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 25 Sup2:S205-S216, 2009.
173. RAVAZZOLA, M. C. *Historias infames: los maltratos em las relaciones*. Buenos Aires: Paidós, 2005.

174. FRIDMAN, Luiz Carlos. Morte e vida favelada. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org) *vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: nova fronteira, 2008. p.77-98
175. PINHEIRO, V. O paradigma da educação autoritária: A Contribuição da Família. In: VIANA, Nildo e VIEIRA, Renato Gomes (org.). *Educação, Cultura e Sociedade: Abordagens Críticas da Escola*. Germinal, Goiânia – Goiás, 2002.
176. ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara. 1986.
177. VIANA, N. Violência e escola. In: VIANA, Nildo e VIEIRA, Renato Gomes (org.). *Educação, Cultura e Sociedade: Abordagens Críticas da Escola*. Germinal, Goiânia – Goiás, 2002. p. 111-138.
178. LOURO, GL. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
179. LOBROT, M. *A Favor ou Contra a Autoridade*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
180. BOURDIEU, P; PASSERON, JC. *A Reprodução: Elementos Para Uma Teoria do Sistema de Ensino*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.
181. SANTOS, CP. Educação, Estrutura E Desigualdades Sociais. In: VIANA, Nildo e VIEIRA, Renato Gomes (org.). *Educação, Cultura e Sociedade: Abordagens Críticas da Escola*. Germinal, Goiânia – Goiás, 2002.
182. GONDIM, GMM; MONKEN, M. Território e Territorialização. in: GONDIM, Grácia Maria de Miranda (Org.) *Técnico de vigilância em saúde: contexto e identidade: volume 1 / Organização de Grácia Maria de Miranda Gondim, Maria Auxiliadora Córdova Christófaro e Gladys Miyashiro Miyashiro*. – Rio de Janeiro: EPSJV, 2017. p.21-44.
183. SAFFIOTI, Heleieth I.B. Violência de Gênero — lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas Sociais*, nº 2, PUC/SP, 1997, pp.59-79.
184. ZANELLA, Andréa Vieira. Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da psicologia histórico-cultural. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 9, n. 1, p. 127-135, 2004.
185. PAIS, JM. A Juventude como Fase de Vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. *Saúde Soc.* São Paulo, v.18, n.3, p.371-381, 2009.

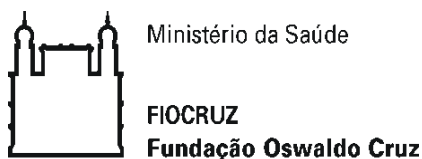
186. DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, Set /Out /Nov /Dez, No 24, 2003.
187. ASSIS, S.G.; DESLANDES, S. F; e SANTOS, N. C. Violência na adolescência: sementes e frutos de uma sociedade desigual. in: Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros / Ministério da Saúde,Secretaria de Vigilância em Saúde. –Brasília: Ministério da Saúde, 2005.
188. ZARUR, AP; CAMPOS, JL. A juventude como valor na modernidade líquida. *Temática*. Ano XI, n.01 - NAMID/UFPB – Janeiro, 2015.
189. DEBERT, GG. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 49-70, Dec. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832010000200003&lng=en&nrm=iso>. acesso on 22 Nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832010000200003>.
190. NOVAES, R. Juventude e sociedade: jogos de espelhos Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. *Revista Sociologia Especial - Ciência e Vida*, 2007. disponível em: <<http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a38-rnovaes.pdf>> acesso em 18 dez 2017.
191. OLIVIÉRI, Maria de Fatima. Angústia existencial sob a ótica reflexiva de Sören Aabye Kierkegaard. *Controvérsia* – v.3, n.2, p. 32-41, jul-dez, 2007.
192. FRANKL, EV. *Um sentido para a vida: psicoterapia e humanismo*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1989.
193. LISBOA, Carolina et al . Estratégias de coping de crianças vítimas e não vítimas de violência doméstica. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre , v. 15, n. 2, p. 345-362, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722002000200012&lng=en&nrm=iso>. acesso em 21 Fev. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722002000200012>.
194. LIMA, JST. Estratégias de enfrentamento em mulheres que sofrem violência por seus parceiros. 2013. 77 f. Dissertação (Mestrado em Saúde e Ambiente) – Universidade Tiradentes, Programa de Pós Graduação em Saúde e Ambiente, Aracaju, 2013.
195. SONODA, Katerine da Cruz Leal; ASSIS, Simone Gonçalves de; SCHENKER, Miriam. Estratégias de enfrentamento da violência urbana por ativistas sociais do rio de janeiro. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 749-767, dez. 2016.

196. PANZINI, R. G. Escala de Coping Religioso-Espiritual (Escala CRE): Tradução, adaptação e validação da Escala RCOPE, abordando relações com saúde e qualidade de vida. 2004. 238 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
197. PANZINI, R. G.; BANDEIRA, D. R. Escala de coping religioso espiritual (Escala CRE): elaboração e validação de construto. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 3, p. 507-516, 2005.
198. ALVES, D. G. A.; ASSIS, M. R. O desenvolvimento religioso e espiritual e a saúde mental: discutindo Alguns de seus significados. *conexõespsi*, v. 3, n. 1, p. 72-100, jan./jun. 2015.
199. BRITO, Hérica Landi de; SEIDL, Eliane Maria Fleury; COSTA-NETO, Sebastião Benício. Coping religioso de pessoas em psicoterapia: um estudo preliminar. *Contextos Clínicos*, vol. 9, n. 2, Julho-Dezembro 2016.
200. BARRATT, E.L; DAVIS, N.J. Autonomous Sensory Meridian Response (ASMR): a flow-like mental state. *PeerJ* 3:e851, 2015. disponível em <<https://doi.org/10.7717/peerj.851>>.
201. WOODWARD, W. Thomas. A Review of the Effects of Martial Arts Practice on Health. *Wisconsin Medical Journal*, Volume 108, No. 1, 2009. Disponível em: <http://www.wisconsinmedicalsociety.org/_WMS/publications/wmj/pdf/108/1/40.pdf> acesso em 31 jul 2017.
202. VASQUES, DG. As artes marciais mistas (MMA) como esporte moderno: entre a busca da excitação e a tolerância à violência. *Esporte e Sociedade*, ano 8, n 22, set. 2013. Disponível em: <<http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es2203.pdf>> acesso em 31 jul 2017.
203. ELIAS, N. A gênese do desporto: um problema sociológico. In: ELIAS, N.; DUNNING, E. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992a. p.187-222.
204. ELIAS, N.; DUNNING, E. A busca da excitação no lazer. p.101-138. In: *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.
205. ELIAS, N. Introdução. In: ELIAS, N.; DUNNING, E. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992b. p.39-100.
206. BARON, Bárbara Costa. *Perfil Antropométrico De Lutadores De Muay Thai De Florianópolis - SC*. 2016. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em educação física) - Universidade Federal De Santa Catarina, SC, 2016.

207. KOENIG, H. G. *Medicina, religião e saúde: um encontro da ciência e da espiritualidade*. Porto Alegre: L&PM, 2012.
208. NEGREIROS, T. C. G. M. Espiritualidade: desejo de eternidade ou sinal de maturidade? *Revista Mal-Estar Subjetividades*, Fortaleza, v. 3, n. 2, p. 275-291, 2003. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v3n2/03.pdf>>. Acesso em 04 nov. 2017.
209. LOPES, M. S.; ARANTES, R. C.; LOPES R. G. d C. Um breve ensaio sobre a aceitação da beleza na efemeridade dos corpos. *revista Kairós*, São Paulo, 10(2), dez., pp. 45-61, 2007.
210. LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo, Ed. 34, 1999.
211. DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. *Psicologia das relações interpessoais: Vivências para o trabalho em grupo*. Petrópolis: Vozes, 2002.
212. SILVA C. A. F., TANCAMAN, M. A dimensão socioespacial do ciberespaço: uma nota. *Geographia*, ano 1, nº2 – 1999.
213. CORRÊA, M. P. S.; SOUZA, M. C. S.; PETTA, N. M. Formação de novas tribos na pós-modernidade a partir da internet, tendo como objeto o Orkut. In: VI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Norte – Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2007, Belém – PA, *anais eletrônicos...* Belém – PA: UFPA, 2007. disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/norte2007/resumos/R0096-1.pdf>>. acesso em 7 dez 2017.
214. FREDBORG, Beverley; CLARK, Jim; SMITH, Stephen D. An Examination of Personality Traits Associated with Autonomous Sensory Meridian Response (ASMR). *Front Psychol.* 2017; 8: 247. Published online 2017 Feb 23. doi: 10.3389/fpsyg.2017.00247.
215. GALLAGHER, R. Eliciting Euphoria Online: The Aesthetics of “ASMR” Video Cult. *Film Criticism*, 40(2), pp.D1-D15. 2016. disponível em <https://kclpure.kcl.ac.uk/portal/files/83527557/Eliciting_Euphoria_Online_The_GALLAGHER_Firstonline22June2017_GOLD_VoR_CC_BY_.pdf> acesso em 20 jan 2018.
216. BAUMAN, Z. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*/Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
217. DE OLIVEIRA, MCSL; PINTO, RG; SOUZA, AS. Perspectivas de futuro entre adolescentes: universidade, trabalho e relacionamentos na transição para a

- vida adulta. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto , v. 11, n.1, p.16-27, jun. 2003. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2003000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 fev. 2018.
218. LIPOVETSKY, G. *A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Antropos, 1989.
219. GOERGEN, Pedro, Educação moral hoje: cenários, perspectivas e perplexidades. *Educação & Sociedade* [en linea] 2007, 28 (Outubre-Sin mes) : [Fecha de consulta: 27 de noviembre de 2017] Disponible en:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313704006>>.
220. BAUMAN, Z. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
221. BAUMAN, Z. *O Mal Estar na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
222. CARNEIRO, C; STELLA, A. Formas de existir: a busca de sentido para a vida. *Revista da Abordagem Gestáltica – XIV(2): 190-194, jul-dez, 2008.* disponível em: < <http://www.redalyc.org/html/3577/357735511006/>>. acesso em 27 nov. 2017.
223. ALVES, D. G. et al. A comunicação no ciberespaço: relacionamentos interpessoais no anonimato. *Revista Eletrônica POLÊM!CA*, v. 11, n. 2, abril/junho 2012.
224. SILVA, RA. “O futuro é violento”: sobre perspectivas de futuro para jovens de ensino Médio e ingressantes de curso superior. *Revista FACEVV*, 1º Semestre | Número 2 | p. 57-62. 2009.
225. CANO, I. Violência estrutural e suas repercussões na juventude. In: TAQUETTE, Stella R. (organizadora). *Violência contra a mulher adolescente-jovem*. Rio de Janeiro : EdUERJ, 2007. p. 43-48.
226. MATOS, F. et al . Prevenção da violência através da resiliência dos alunos. *Psic., Saúde & Doenças*, Lisboa, v. 16, n. 1, p. 35-43, mar. 2015. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862015000100005&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 21 fev. 2018. <http://dx.doi.org/10.15309/15psd160105>.
227. JUNQUEIRA, MFPS; DESLANDES, SF. Resiliência e maus-tratos à criança. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro , v. 19, n. 1, p. 227-235, Fev. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000100025&lng=en&nrm=iso>. acesso em 21 Fev. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2003000100025>.

228. WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
229. BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática. 1983a.
230. SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, nº 20, Maio/Jun/Jul/Ago, 2002.
231. LAGATTA, Pedro. Resistência seguida de morte. Uma experiência de escuta de familiares vítimas da letalidade policial na cidade de São Paulo / São Paulo, 2017. 154 f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. 2017.
232. SOARES, G. A., MIRANDA, D., & BORGES, D. *As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Record. 2006.



ANEXO I

CARTA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Solicitação de realização da pesquisa no Instituto Vida Real – IVR.

À ILMO Srº.:

Sebastião Antônio de Araújo

Diretor do Instituto Vida Real

Prezado Senhor,

Eu **Daniel Gonçalves Alves**, mestrando do Curso de Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente – IFF/FIOCRUZ, estou desenvolvendo um projeto de pesquisa intitulado: **“Viver em contextos violentos: significações de jovens moradores do complexo da maré/RJ”**.

Sendo assim, solicito a vossa contribuição com o estudo na autorização, permitindo a realização das entrevistas na instituição com os jovens que residem na comunidade local. Sua colaboração é de fundamental importância para o desenvolvimento e construção da pesquisa.

Vossa Senhoria poderá solicitar esclarecimentos se necessário for e também optar por não aceitar esta pesquisa. Asseguro que serão mantidos o sigilo e o anonimato dos dados coletados mediante a observância da Resolução 466/12 do CNS. A referida pesquisa será encaminhada ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Fernandes Figueira/FIOCRUZ.

O desenvolvimento do estudo será de responsabilidade do Mestrando Daniel Gonçalves Alves, sob orientação da Profa. Dra. Edinilsa Ramos de Souza, com co-orientação da Profa. Dra Joviana Quintes Avanci (CLAVES/ENSP/FIOCRUZ).

Segue o Projeto em Anexo.

Na expectativa de contar com a inestimável atenção de V.S.º no atendimento desta solicitação, aproveitamos o ensejo para apresentar o elevado apreço do Mestrando e das Professoras da instituição.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

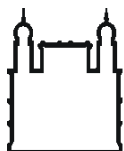
Atenciosamente,

Daniel Gonçalves Alves
Pesquisador Responsável
Mestrando em Saúde da
Criança e da Mulher
IFF/FIOCRUZ

Eu, **Sebastião Antônio de Araújo**, Diretor do Instituto Vida Real, tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada “**Viver em contextos violentos: significações de jovens moradores do complexo da maré/RJ**” sob responsabilidade do pesquisador Daniel Gonçalves Alves no Instituto Vida Real.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2017

Sebastião Antônio de Araújo
Diretor do Instituto Vida Real



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

INSTITUTO NACIONAL | FERNANDES FIGUEIRA
DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ANEXO II AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

*Instituto Vida Real*

CNPJ: 08.077.747/0001-50

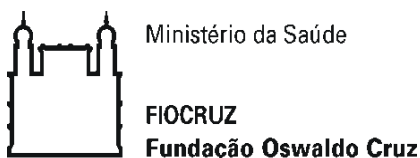
AUTORIZAÇÃO

Eu **Sebastião Antônio de Araújo**, abaixo assinado, responsável pelo Instituto Vida Real, autorizo a realização do estudo “**Viver em contextos violentos: significações de jovens moradores do complexo da maré/RJ**”. Fui informado pelo responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Rio de Janeiro, 19 de Abril de 2017.

Sebastião Antônio de Araújo
Diretor do Instituto Vida Real



ANEXO III ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS JOVENS

BLOCO 1 – QUEM É O JOVEM?

- 1 – Me fale um pouco sobre você, desde quando era pequeno.
- 2 – Me conte como é o seu dia a dia. Agora me conte um dia bom que tenha vivido e que te marcou. E um dia ruim?

BLOCO 2 – O JOVEM E A FAMÍLIA

- 3 – Como é o seu relacionamento entre as pessoas da sua família? E o seu com sua família? (atentando para a vitimização direta e o testemunho)
- 4 – Me conte uma situação de violência que você já PRESENCIOU na sua família.
- 5 – Me conte uma situação de violência que você já SOFREU na sua família.
- 6 – Como você se sentiu quando essas situações aconteceram? No que pensou?
- 7 – Como costuma lidar com essas situações de violência na sua família (conversa com alguém sobre isso, chora, guarda só para você mesmo, grita, briga,...)?

BLOCO 3 – O JOVEM E A ESCOLA

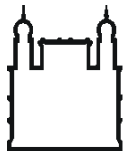
- 8 – Como é o seu relacionamento com os seus colegas e professores da escola?
- 9 – Me conte uma situação de violência que você já PRESENCIOU na sua escola.
- 10 – Me conte uma situação de violência que você já SOFREU na sua escola.
- 11 – Como você se sentiu quando essas situações aconteceram? No que pensou?
- 12 – Como costuma lidar com essas situações de violência na sua escola (conversa com alguém sobre isso, chora, guarda só para você mesmo, grita, briga,...)?

BLOCO 4 – O JOVEM E A COMUNIDADE

- 13 – Como é o seu relacionamento com as pessoas daqui da comunidade onde vive?
- 14 – Me conte uma situação de violência que você já PRESENCIOU aqui na comunidade.
- 15 – Me conte uma situação de violência que você já SOFREU aqui na comunidade.
- 16 – Como você se sentiu quando essas situações aconteceram? No que pensou?
- 17 – Como costuma lidar com essas situações de violência (conversa com alguém sobre isso, chora, guarda só para você mesmo, grita, briga,...)?

BLOCO 5 - EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO FUTURO

- 18 – Quando você olha para daqui há 5 ou 10 anos, como você se imagina? E o que você acredita ser necessário para isso acontecer?



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



IFF
INSTITUTO NACIONAL
DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

ANEXO IV



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



IFF
INSTITUTO NACIONAL
DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (RESPONSÁVEL)

Título da Pesquisa: “Viver em contextos violentos: significações de jovens moradores do Complexo da maré/RJ”.

Pesquisadores Responsáveis: Daniel Gonçalves Alves.

E-mail: danielalvesdga@gmail.com

Tel: 984342764

End: Rua vinte e oito de outubro, 20 – Ilha do Governador/RJ – CEP: 21910-510

Edinilsa Ramos de Souza.

E-mail: edinilsaramos@gmail.com

Tel: 3882-9154

End: Av. Brasil, 4036 - sala 700 - Manguinhos CEP: 21040-361 Rio de Janeiro-RJ

Joviana Quintes Avanci

E-mail: avanci@globo.com

Tel: 3882-9155

End: Av. Brasil, 4036 - sala 700 - Manguinhos CEP: 21040-361 Rio de Janeiro-RJ

Instituição Responsável pela Pesquisa: Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/FIOCRUZ).

Endereço: Avenida Rui Barbosa 716 – Flamengo - Rio de Janeiro.

Nome do(a) responsável pelo(a) participante: _____

O/A jovem está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Viver em contextos violentos: significações de jovens moradores do Complexo da maré/RJ”, por apresentar as características do grupo ao qual se destina este estudo, ou seja, é jovem, encontra-se na faixa etária dos 15 aos 18 anos, nasceu no Complexo da Maré ou mora nessa comunidade há pelo menos dois anos.

Esta pesquisa tem como principal objetivo estudar como os jovens percebem as experiências de violência vivenciadas por eles nos seus locais de relacionamentos.

As informações obtidas nesta pesquisa poderão gerar alguns benefícios, como:

APROVADO / VALIDADE
INÍCIO _____ FIM _____
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA- IFF/FIOCRUZ
Telefones 2554-1730 / Tel./Fax 2552-8491
E-mail eepih@iff.fiocruz.br

me
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA - IFF/FIOCRUZ

TCLE RESPONSÁVEIS

Rubrica responsável participante

Rubrica pesquisador

1) identificar situações que muitas vezes não são vistas como violência; 2) melhorar a compreensão sobre as experiências de jovens que vivem em locais violentos; 3) proporcionar ao jovem uma reflexão sobre suas atitudes e comportamentos diante de situações de violência; e 4) contribuir para apoiar ações que possam prevenir o envolvimento do jovem em situações que prejudicam sua saúde e seu desenvolvimento.

A participação do jovem na pesquisa se dará através de uma entrevista individual, quando será abordada a sua experiência com situações de violência. A entrevista será realizada no Instituto Vida Real (IVR), que é uma organização não governamental (ONG) que atende crianças e adolescentes do Complexo da Maré. Essas entrevistas serão feitas em uma sala apropriada, garantindo que ninguém ouça o depoimento do entrevistado. Cada entrevista terá a duração de aproximadamente 1 hora e será agendada de acordo com o melhor horário para o jovem. A entrevista será registrada em um gravador e em um momento seguinte as informações gravadas serão transformadas em texto escrito. O depoimento do jovem será usado somente para os objetivos desta pesquisa e será garantido que ninguém saberá quem participou da pesquisa nem o que falou.

O risco relacionado à participação do jovem neste estudo pode ser relacionado a um desconforto emocional, contudo ele(a) poderá interromper a entrevista a qualquer momento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. Caso seja identificado que algum jovem entrevistado precise de um apoio após a entrevista, o entrevistador fará um encaminhamento para o setor psicossocial da instituição (IVR) e, se necessário, para algum serviço especializado da rede de cuidados a crianças e adolescentes. O entrevistador é psicólogo e é capacitado para conduzir tais situações. Além disso, todos os pesquisadores estarão acessíveis durante todo o processo da pesquisa, por telefone e por e-mail.

A participação do(a) jovem na pesquisa é VOLUNTÁRIA, podendo abandonar ou retirar-se do estudo a qualquer momento, sem que isto provoque qualquer tipo de penalização para você ou para ele/ela. A recusa de vocês não trará nenhum prejuízo à relação com o pesquisador ou com a instituição e a participação NÃO É OBRIGATÓRIA. O entrevistador também poderá retirá-lo(a) da pesquisa a qualquer momento, se julgar que é necessário para o bem estar do(a) jovem.

Não serão publicados dados ou informações que possibilitem sua identificação ou do(a) jovem e você receberá uma cópia idêntica deste documento assinada pelo pesquisador responsável pelo estudo.

APROVADO VALIDADE
 INÍCIO 2011 FIM 2014
 Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
 INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA-IFF/FIOCRUZ
 Telefones 2554-1730 / Tel./Fax 2552-8491
 Email cepiff@iff.fiocruz.br

me
 Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
 INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA - IFF/FIOCRUZ

Os resultados obtidos com a pesquisa serão publicados em revistas científicas e apresentados em eventos científicos, sempre garantindo que ninguém saiba quem participou da pesquisa nem o que disse.

A participação do(a) jovem neste estudo não trará nenhum custo a você nem a ele(a) e não terá qualquer despesa com os procedimentos realizados neste estudo. Também não haverá nenhuma forma de pagamento pela sua participação. Contudo, é garantido o direito a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Fernandes Figueira se encontra à disposição para eventuais esclarecimentos éticos e outras providências que se façam necessárias (e-mail: cepiff@iff.fiocruz.br / Telefones: 2554-1730/fax: 2552-8491).

Aprovação do sujeito de pesquisa.

Na qualidade de responsável legal, eu, _____,
como _____ (grau de parentesco) autorizo voluntariamente a participação do(a) jovem nesta pesquisa.

Declaro que li e entendi todo o conteúdo deste documento.

Assinatura _____

Data _____

Telefone _____

Testemunha

Nome _____

Documento _____

Endereço/telefone _____

Assinatura _____

Data _____

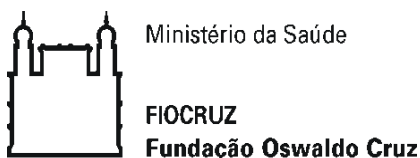
Investigador que obteve o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Nome _____

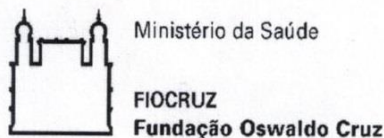
Assinatura _____

INÍCIO 25/10/17 APROVADO VALIDADE 26/10/17
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos FIM
INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA-IFF/FIOCRUZ
Telefones 2554-1730 / Tel./Fax 2552-8491
Email cepiff@iff.fiocruz.br

me
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA - IFF/FIOCRUZ



ANEXO V



TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: “Viver em contextos violentos: significações de jovens moradores do Complexo da maré/RJ”.

Pesquisadores Responsáveis: Daniel Gonçalves Alves.
E-mail: danielalvesdga@gmail.com
Tel: 984342764
End: Rua vinte e oito de outubro, 20 – Ilha do Governador/RJ – CEP: 21910510

Edinilsa Ramos de Souza.
E-mail: edinilsaramos@gmail.com
Tel: 3882-9154
End: Av. Brasil, 4036 - sala 700 - Manguinhos CEP:21040-361 Rio de Janeiro-RJ

Joviana Quintes Avanci
E-mail: avanci@globo.com
Tel: 3882-9155
End: Av. Brasil, 4036 - sala 700 - Manguinhos CEP:21040-361 Rio de Janeiro-RJ

Instituição Responsável pela Pesquisa: Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/FIOCRUZ).

Endereço: Avenida Rui Barbosa 716 – Flamengo - Rio de Janeiro.

Nome da Participante: _____

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Viver em contextos violentos: significações de jovens moradores do Complexo da maré/RJ”, por apresentar as características do grupo ao qual se destina este estudo, ou seja, é jovem, encontra-se na faixa etária dos 15 aos 18 anos, nasceu no Complexo da Maré ou mora nessa comunidade há pelo menos dois anos.

Esta pesquisa tem como principal objetivo estudar como os jovens percebem as experiências de violência vivenciadas por eles nos seus locais de relacionamentos.

APROVADO VALIDADE
INÍCIO _____ FIM _____
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA-IFF/FIOCRUZ
Telefones 2554-1730 / Tel./Fax 2552-8491
Email cepiff@iff.fiocruz.br

me
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA - IFF/FIOCRUZ

TALE PARTICIPANTES

Rubrica participante_____
Rubrica pesquisador

As informações obtidas nesta pesquisa poderão gerar alguns benefícios, como: 1) identificar situações que muitas vezes não são vistas como violência; 2) melhorar a compreensão sobre as experiências de jovens que vivem em locais violentos; 3) proporcionar ao jovem uma reflexão sobre suas atitudes e comportamentos diante de situações de violência; e 4) contribuir para apoiar ações que possam prevenir o envolvimento do jovem em situações que prejudicam sua saúde e seu desenvolvimento.

Sua participação na pesquisa se dará através de uma entrevista individual, quando será abordada a sua experiência com situações de violência. A entrevista será realizada no Instituto Vida Real (IVR), que é uma organização não governamental (ONG) que atende crianças e adolescentes do Complexo da Maré. Essas entrevistas serão feitas em uma sala apropriada, garantindo que ninguém ouça o depoimento do entrevistado. Cada entrevista terá a duração de aproximadamente 1 hora e será agendada de acordo com o melhor horário para o jovem. A entrevista será registrada em um gravador e em um momento seguinte as informações gravadas serão transformadas em texto escrito. O depoimento do jovem será usado somente para os objetivos desta pesquisa e será garantido que ninguém saberá quem participou da pesquisa nem o que falou.

O risco relacionado à sua participação neste estudo pode ser relacionado a um desconforto emocional, contudo você poderá interromper a entrevista a qualquer momento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. Caso seja identificado que algum jovem entrevistado precise de um apoio após a entrevista, o entrevistador fará um encaminhamento para o setor psicossocial da instituição (IVR) e, se necessário, para algum serviço especializado da rede de cuidados a crianças e adolescentes. O entrevistador é psicólogo e é capacitado para conduzir tais situações. Além disso, todos os pesquisadores estarão acessíveis durante todo o processo da pesquisa, por telefone e por e-mail.

Sua participação na pesquisa é VOLUNTÁRIA, podendo abandonar ou retirar-se do estudo a qualquer momento, sem que isto provoque qualquer tipo de penalização para você. Sua recusa não trará nenhum prejuízo na relação com o pesquisador ou com a instituição e a participação NÃO É OBRIGATÓRIA. O entrevistador também poderá retirá-lo(a) da pesquisa a qualquer momento, se julgar que é necessário para o seu bem estar.

Não serão publicados dados ou informações que possibilitem sua identificação e você receberá uma cópia idêntica deste documento assinada pelo pesquisador responsável pelo estudo.

INÍCIO 16/10/17 APROVADO 16/10/17 VALIDADE 30/10/17 FIM 30/10/17
 Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
 INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA-IFF/FIOCRUZ
 Telefones 2554-1730 / Tel./Fax 2552-8491
 Email cepiff@iff.fiocruz.br

me
 Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
 INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA - IFF/FIOCRUZ

Os resultados obtidos com a pesquisa serão publicados em revistas científicas e apresentados em eventos científicos, sempre garantindo que ninguém saiba quem participou da pesquisa nem o que disse.

Sua participação neste estudo não trará nenhum custo a você e não terá qualquer despesa com os procedimentos realizados neste estudo. Também não haverá nenhuma forma de pagamento pela sua participação. Contudo, é garantido o direito a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Fernandes Figueira se encontra à disposição para eventuais esclarecimentos éticos e outras providências que se façam necessárias (e-mail: cepiff@iff.fiocruz.br / Telefones: 2554-1730/ fax: 2552-8491).

Aprovação do(a) entrevistado(a).

Eu, _____ autorizo voluntariamente a minha participação nesta pesquisa.

Declaro que li e entendi todo o conteúdo deste documento.

Assinatura _____

Data _____

Telefone _____

Testemunha

Nome _____

Documento _____

Endereço/telefone _____

Assinatura _____

Data _____

Investigador que obteve o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Nome _____

Assinatura _____

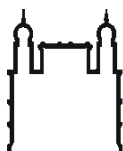
APROVADO VALIDADE
INÍCIO _____ FIM _____
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA-IFF/FIOCRUZ
Telefones 2554-1730 / Tel./Fax 2552-8491
Email cepiff@iff.fiocruz.br

me
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA - IFF/FIOCRUZ

TALE PARTICIPANTES

Rubrica participante

Rubrica pesquisador



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



IFF

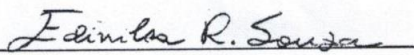
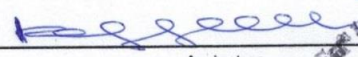
INSTITUTO NACIONAL | FERNANDES FIGUEIRA
DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ANEXO VI APROVAÇÃO DO CEP/IFF/FIOCRUZ



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: VIVER EM CONTEXTOS VIOLENTOS: SIGNIFICAÇÕES DE JOVENS MORADORES DO COMPLEXO DA MARÉ/RJ			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 10			
3. Área Temática: Saúde Coletiva			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas, Grande Área 4. Ciências da Saúde			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: Edinilsa Ramos de Souza			
6. CPF: 180.773.904-04		7. Endereço (Rua, n.º): JORNALISTA ORLANDO DANTAS BOTAFOGO 62 - apto 402 RIO DE JANEIRO RIO DE JANEIRO 22231010	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: (21) 2552-2597	10. Outro Telefone:	11. Email: edinilsaramos@gmail.com
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: <u>24</u> / <u>05</u> / <u>2017</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Instituto Fernandes Figueira - IFF/ FIOCRUZ - RJ/ MS		13. CNPJ: 33.781.055/0002-16	14. Unidade/Órgão:
15. Telefone: (21) 1554-1730		16. Outro Telefone:	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável: <u>Kátia Sydronio de Souza</u>		CPF: <u>158.294.667-49</u>	
Cargo/Função: <u>Sócio Diretor de Pesquisa</u>			
Data: <u>30</u> / <u>05</u> / <u>17</u>		 Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

